

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JEANNE MESQUITA DE PAULA LEÃO

**COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE: o processo de consolidação da
educação profissional agrícola no sudoeste goiano (1967-1979)**

UBERLÂNDIA – MG

2015

JEANNE MESQUITA DE PAULA LEÃO

**COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE: o processo de consolidação da
educação profissional agrícola no sudoeste goiano (1967-1979)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como exigência parcial do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza.

UBERLÂNDIA – MG

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L437c
2015 Leão, Jeanne Mesquita de Paula, 1971-
 Colégio agrícola de Rio Verde : o processo de consolidação da
 educação profissional agrícola no sudoeste goiano (1967-1979) / Jeanne
 Mesquita de Paula Leão. - 2015.
 154 f. : il.

Orientador: Sauloéber Társio de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Colégio Agrícola de Rio Verde (GO) -
História - 1967-1979 - Teses. 3. Escolas agrícolas (GO) - Organização e
administração - Teses. 4. Educação - História - 1967-1979 - Teses. I.
Souza, Sauloéber Társio de. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Diane Valdez
Universidade Federal de Goiás – UFG



Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Aos meus pais, Aidée e Juquinha, que sempre acreditaram em meus sonhos e não mediram esforços e incentivos para que eu pudesse concretizá-los...

Ao meu amado esposo, Paulo Rogério, pelo apoio incondicional nas dificuldades, ausências, compartilhando as alegrias e tribulações de toda minha caminhada...

Aos meus filhos, Pedro Lucas e José Luiz, motivo maior de amor e superação em minha vida...
...dedico especialmente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por seu imenso amor, que nos sustenta em nossas dificuldades e conquistas.

À minha família, que compartilhou comigo todos os momentos e, principalmente, minhas ausências.

Ao professor Dr. Sauloéber Tarso de Souza, meu orientador, por acreditar em meu trabalho, me incentivando e oportunizando avanços, através de observações e contribuições decisivas, que nortearam minha pesquisa. Meus mais sinceros e carinhosos agradecimentos.

Às professoras Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Sandra Cristina Fagundes de Lima, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

A todos os servidores do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pela presteza e cordialidade em atender a todos com competência e eficiência.

Às minhas amigas, pela paciência e solidariedade em partilhar minhas dúvidas e ansiedades, em especial, Maria Aparecida Alves Silva e Sandra Mara de Oliveira Lemos.

A todos aqueles que diretamente ou indiretamente, me auxiliaram, fornecendo dicas, matérias ou, simplesmente, me ouviram em minhas angústias e aflições.

Meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho teve como proposta de pesquisa o estudo histórico do Colégio Agrícola de Rio Verde - GO, que passou a funcionar em maio de 1967, no sudoeste goiano, tendo como recorte o ano de 1967, com sua criação, e 1979, quando o colégio foi transformado em Escola Agrotécnica. O objetivo da pesquisa é analisar a trajetória do Colégio Agrícola de Rio Verde, enfatizando seu processo de criação, instalação e consolidação, no período entre 1967 e 1979, buscando a compreensão da implantação desta instituição técnico-profissionalizante na década de 1960. Apresenta, como enfoque, três momentos, a saber: o contexto socioeconômico da região onde a escola foi instalada, justificando a necessidade da formação do profissional para o trabalho agrícola, ou seja, mão de obra qualificada local e regional, cujo desenvolvimento econômico era basicamente agrícola; uma reflexão sobre a história da educação profissional agrícola na região e no país, enfatizando aspectos políticos e sociais em seus avanços e retrocessos; e, ainda, a instalação da instituição e início das atividades, seus agentes articuladores e sujeitos. O caminho metodológico percorrido teve como ponto de partida a pesquisa documental, priorizando a identificação, seleção, análise e descrição dos documentos do Colégio Agrícola de Rio Verde, de 1967 a 1979, sejam: Decretos, Leis, relatórios, ofícios, fotografias, livros de registro de exames de seleção e matrícula, livros de ponto, atas de reuniões, e visitas a acervos particulares em busca de jornais da época destacada, fotografias, documentos e registros escolares. Em consonância, a análise de referencial bibliográfico sobre o tema estudado. Estes estudos possibilitaram a percepção da criação do colégio como parte de um planejamento político-econômico implantado para atender as necessidades regionais e locais, evidenciando as singularidades da cultura escolar agrícola na instituição que revelam histórias, fatos e relações entre todos os agentes envolvidos nos processos de construção, implantação e consolidação do colégio, dentre as estas relações, constatamos que a vocação agrícola da região foi fundamental para que essa instituição se consolidasse.

Palavras-chave: Colégio Agrícola de Rio Verde. Instituições Escolares. Formação. Trabalho Agrícola.

ABSTRACT

This work was proposed research the historical study of the Agricultural College of Rio Verde, which became operational in May 1967, in southwest Goiás, with the cut out the year 1967 with it's creation, and 1979, when the college was transformed into Agrotechnical School. The objective of the research is to analyze the trajectory of the Agricultural College of Rio Verde, emphasizing the process of creation, installation and consolidation in the period between 1967 and 1979, seeking to understand the implementation of this technical-vocational institution in the 1960 features such as approach, three stages, namely: the socioeconomic context of the area where the school was installed, justifying the need for professional training for agricultural work, and hand of local and regional skilled workforce, whose economic development was basically agricultural; a reflection on the history of agricultural vocational education in the region and in the country, emphasizing political and social aspects in their advances and retreats; and also the installation of the institution; and start of operations, their organizers and agents subject. The methodological path followed had as a starting point the documentary research, prioritizing the identification, selection, analysis and description of the Agricultural College documents Rio Verde, 1967-1979, are: Decrees, Laws, reports, letters, photographs, books registration tests of selection and registration, point of books, minutes of meetings, and visits to private collections in search of newspapers highlighted time, photographs, documents and school records. Correspondingly, the bibliographic reference analysis on the subject studied. These studies allowed the perception of the creation of the school as part of a political-economic planning deployed to meet regional and local needs, highlighting the uniqueness of the agricultural school culture in the institution that reveal stories, facts and relationships between all those involved in the processes of construction, implementation and consolidation of the college, among these relations, we find that the agricultural vocation of the region was essential for this institution to consolidate.

Key-words: Agricultural College of Rio Verde. School institutions. Training. Agricultural work.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização do Município de Rio Verde – Goiás – Década 1960 e 2010	28
FIGURA 2 - Recorte de jornal, destacando a construção de grupos escolares municipais em Rio Verde	31
FIGURA 3 - Foto da sala de Exame de Agricultura e Sericultura do Colégio Novaes	46
FIGURA 4 - Escola Profissional Rural de Rio Verde	48
FIGURA 5 - Convite de formatura de normalistas da Escola Profissional Rural	49
FIGURA 6 - Prédio do Colégio Agrícola na década de 1960	50
FIGURA 7 - Mapa da cidade de Rio Verde, em 1974	51
FIGURA 8 - Carta de agradecimento ao Presidente pelo Programa	63
FIGURA 9 - Mapa com as Escolas Técnicas Federais, criadas em 1909, e Colégios Agrícolas Federais, em 1969	69
FIGURA 10 - Doação das terras onde foi instalada a Escola	73
FIGURA 11 - Vista parcial do Colégio Agrícola de Rio Verde – década 1960/1970	74
FIGURA 12 - Edital do Exame de Seleção para o ano letivo de 1970/1971	77
FIGURA 13 - Cartão de inscrição do 1º Exame de Admissão do CARV	78
FIGURA 14 - Ficha de Requerimento de Inscrição no Exame de Admissão – 1967	79
FIGURA 15 - Certificado de aprovação em Exames de Admissão – 1967	80
FIGURA 16 - Diploma do curso Técnico em Agropecuária do CARV a partir de 1977 ...	81
FIGURA 17 - Capa do Histórico do Curso Ginasial do Ginásio Agrícola de Rio Verde ...	82
FIGURA 18 - Alunos em sala de aula de cultura geral	86
FIGURA 19 - Ficha de descrição do uniforme do Ginásio Agrícola de Rio Verde – 1968	87
FIGURA 20 - Organograma do Colégio Agrícola de Rio Verde, em 1977	90
FIGURA 21 - Anúncio sobre a entrega de certificados da primeira turma de formandos do CARV	101
FIGURA 22 - Diploma do Curso Técnico Agrícola do CARV, de 1971 até 1976	101
FIGURA 23 - Time de futebol do Colégio Agrícola de Rio Verde, em 1976/1977	103
FIGURA 24 - Cardápio apresentado aos alunos	110
FIGURA 25 - Carta enviada pela mãe de um aluno	115

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Instituições que funcionaram no município de Rio Verde desde 1900 até 1968	32
QUADRO 2 - Brasil: Legislação do Ensino Agrícola – 1909-2008	38
QUADRO 3 - Lista dos estabelecimentos federais de Ensino Agrícola no Brasil, no nível colegial, até 1968	69
QUADRO 4 - Quadro das disciplinas do curso Ginásial Agrícola	83
QUADRO 5 - Quadro das disciplinas do curso Colegial Técnico Agrícola	84
QUADRO 6 - Quadro das disciplinas do curso Colegial Técnico em Agropecuária	84
QUADRO 7 - Gestores do Colégio Agrícola de Rio Verde em ordem cronológica até o ano de 2014	89
QUADRO 8 - Lista de professores do Colégio Agrícola de Rio Verde, com as respectivas habilitações e disciplinas lecionadas, no período de 1968 a 1970	91
QUADRO 9 - Lista de alunos matriculados na 1 ^a série ginásial no CARV, no ano letivo de 1967, através do processo de seleção do CARV	94
QUADRO 10 - Número de matrículas inicial, por série, do Colégio Agrícola de 1967 a 1970	99
QUADRO 11 - Número de alunos que receberam diplomas pelo Colégio Agrícola de Rio Verde nos anos de 1971 a 1979	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produção agrícola do município em comparativo com a porcentagem de produção do Estado de Goiás de 1960 a 1980	26
TABELA 2 - População do Brasil, do estado de Goiás e do município de Rio Verde nos anos de 1960, 1970 e 1980, discriminando porcentagem de população de zona urbana e zona rural	26
TABELA 3 - População de Rio Verde de 5 anos ou mais, em 1960, segundo escolarização	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
ARLÃO – Academia Rio-verdense de Letras, Artes e Ofícios
Art. – Artigo.
BR – Brasil
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CARV – Colégio Agrícola de Rio Verde
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMOP – Centro de Formação de Mão de Obra Qualificada em Pecuária
CIES - Conselho Interamericano Econômico e Social
CNI – Confederação Nacional da Indústria
COAGRI – Coordenadoria Nacional do Ensino agropecuário
CORE – Coordenação de Registros Escolares
DADES – Divisão de Administração Escolar
DAE – Departamento de Atendimento ao Educando
DEA – Diretoria de Ensino Agrícola
DEM – Departamento de Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FESURV – Fundação do Ensino Superior de Rio Verde
GO – Goiás
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Instituto Federal
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
Km – Quilômetro
KVA – Kilovoltampere
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA – Organização dos Estados Americanos
OSPB – Organização Social e Política do Brasil
PNEA – Plano Nacional de Ensino agrícola de Grau Médio

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PUC – Pontífica Universidade Católica

Rem. – Rematriculado

SEAV – Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESG – Secretaria de Ensino de Segundo Grau

SESI – Serviço Social da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

USAID – *United States Agency For International Development*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO	23
2.1 Rio Verde: origem e contexto histórico-educativo	23
2.2 Aspectos históricos do ensino agrícola no Brasil	37
2.3 O ensino agrícola em Rio Verde – GO	46
3 COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE: IDENTIDADE INSTITUCIONAL EM CONSTRUÇÃO	54
3.1 Contexto sócio-histórico da expansão da produção e fronteira agrícola para o sudoeste do estado	54
3.2 A implantação do Colégio Agrícola em Rio Verde	64
3.3 O Colégio Agrícola de Rio Verde: sua organização e estrutura	71
4 SUJEITOS HISTÓRICOS E SUAS PRÁTICAS NO COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE	91
4.1 Discentes e docentes: perfil e percursos	91
4.2 Práticas escolares: o sistema escola-fazenda do Colégio Agrícola	103
4.3 A ditadura militar e o Colégio Agrícola de Rio Verde	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	135
ANEXO 1	136
ANEXO 2	139
ANEXO 3	143
ANEXO 4	146
ANEXO 5	153

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeros. Há como em edifícios, subterrâneos, alicerces, porões, portas, janela, sótão, telhados, chaminés... O desafio é entrar na instituição. É pouco relevante, parece-me, o caminho a ser escolhido. Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo imobiliário, pelas memórias, pela historiografia pré-existente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, sons e outras). O que me dá suporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e selecione, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado (SANFELICE, 2007, p. 77).

Esta pesquisa de Mestrado em Educação situa-se no campo da história e historiografia da educação brasileira. Tem como objeto de estudo o Colégio Agrícola de Rio Verde – GO (CARV), atual Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde, referente ao período entre 1967 e 1979, buscando refletir sobre seu processo histórico de criação, instalação e consolidação.

Nas últimas décadas, pesquisas sobre instituições escolares ganharam um grande espaço no contexto da História da Educação no Brasil, pois, as escolas, apesar de sua singularidade, foram privilegiadas pela adoção de novas metodologias que ampliaram os objetos e fontes de investigação, sob a influência da Nova História Cultural. Esta ampliou os olhares para o interior da instituição escolar, modificando a produção historiográfica educacional. Segundo Nosella e Buffa (2009), o legado positivo desse movimento foi a diversificação teórico-metodológica e a ampliação das linhas de investigação, o que abriu caminho para pesquisas de objetos aparentemente pontuais que, quando analisados em seu contexto maior, podem fornecer subsídios relevantes para construção da História da Educação sob outros prismas, os quais privilegiam as peculiaridades da história regional, sempre articulada com a história geral.

Nesse contexto, os estudos sobre a história das instituições escolares ganharam destaque, considerando que “[...] as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira” (ARAÚJO; GATTI JR., 2007, p.4). Assim sendo, a investigação de uma instituição escolar pode oferecer contribuições para a compreensão do processo educativo em sua totalidade.

Analizar a realidade histórica de uma instituição significa “[...] integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência” (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

A história das instituições de ensino profissionalizantes no Brasil é cheia de nuances, e, assim como em sua maioria, o caso específico à criação do Colégio Agrícola de Rio Verde, carece de uma investigação para se descobrir o que levou autoridades políticas a criar e instalar uma instituição desta natureza no município, destacando que para o alcance desse objetivo, foi fechado o Ginásio Agrícola de Urutaí, no sudeste do Estado, e transferido para a região de Rio Verde, em 1967.

Cabe considerar que a escola começa a funcionar como Ginásio Agrícola, oferecendo o curso ginásial, e a partir de seu segundo ano de funcionamento passa a oferecer o curso Colegial Agrícola, com o qual se consolida no período estudado. Dessa maneira, no decorrer desta dissertação, será utilizado o termo Colégio Agrícola de Rio Verde – CARV.

O desafio é a articulação entre a singularidade (instituição escolar) e o geral (contexto histórico), que oferece conhecimentos acerca da história da sociedade local, analisando seus impactos na instituição pesquisada. Segundo Magalhães (2004), é necessário que o pesquisador recorra às diversas fontes, como subsídios para a sua narrativa histórica. Desse modo, tendo como objeto de estudo a criação e consolidação do Colégio Agrícola de Rio Verde – GO, é necessário perceber que sua história está diretamente relacionada às transformações econômicas, políticas e sociais que permearam a sociedade local e nacional no período que antecedeu sua criação, bem como sua implementação, que acontece simultaneamente com a Ditadura Militar no Brasil.

Magalhães (2004, p. 28) pondera ainda que, na historiografia da educação, a análise da escola e da escolarização, torna imprescindível uma abordagem que considere as relações entre o local, o regional e o global. “Constituído à sua escala, pela multidimensionalidade do universal, o local comporta especificidades [...]: é uma singularidade, cujas marcas de diferenciação lhe conferem uma existência como totalidade em organização e evolução”. Dessa forma, faz-se necessário uma breve contextualização da cidade, destacando alguns aspectos que vieram ao longo do tempo, definindo os rumos de seu desenvolvimento, bem como a instituição que nos propomos a pesquisar.

O Colégio Agrícola de Rio Verde está localizado no município de Rio Verde, Goiás. Atualmente, a população é de, aproximadamente, de 200 mil habitantes. Com uma região de economia basicamente voltada para o setor agro-pecuário, com diversas indústrias no ramo agro-industrial.

Inicialmente, a pesquisa surgiu como um interesse em conhecer um pouco mais sobre a instituição, em 2009, quando fui nomeada pedagoga do Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde, após concurso público. No exercício da minha função na instituição, percebi um

vácuo em torno de sua história, suas relações com o tempo e espaço onde se encontrava. Essa curiosidade foi aumentando à medida que se percebia as diversas versões sobre sua origem e implantação. Havia a necessidade de escrever a sua história, buscando, a partir daí, compreender e “conhecer o processo histórico de uma instituição educativa e analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradição e memórias, práticas, envolvendo apropriação” (MAGALHÃES, 2004, p. 58). Em 2012, com a pretensão de ingresso no curso de mestrado, essa intenção se materializou como projeto de pesquisa, com o objetivo de estudo de todo seu percurso, desde a criação até o processo de “ifetilização”¹, em 2008. Após o ingresso no mestrado em Educação, o recorte temporal foi delimitado ao ano de sua criação, em 1967 até a sua transformação em Escola Agrotécnica Federal, em 1979.

A relevância da pesquisa é associada ao fato da escassez de trabalhos sobre a história da educação profissional em Goiás, especificamente da Escola Agrícola, bem como ampliar e enriquecer os estudos sobre a história da educação no município de Rio Verde. No caso do CARV, foi encontrada, durante a pesquisa, a dissertação de Kênia Bueno de Castro Ferreira, que objetivou a compreensão das orientações políticas e pedagógicas e dos conteúdos de formação, trabalhados no ensino agrícola profissionalizante de nível técnico, tendo como mediação duas categorias de análise, quais sejam: o currículo e o controle, no contexto do Colégio Agrícola de Rio Verde. Este estudo tomou como base o processo histórico de elaboração curricular do sistema escola-fazenda e o código disciplinar do regime internato, que orientava o trabalho de formação profissional, e os elementos dessa formação até 1997 (FERREIRA, 2002, p. 14).

Com base em Valdez e Barra (2012), foi possível a elaboração pela autora, de um quadro com Dissertações e Teses referentes à história de educação em Goiás (Anexo 1), onde podem ser observadas raras produções sobre a educação profissional neste Estado. De acordo com o levantamento, percebe-se que, durante o período de 1992 até 2014, foram realizadas 44 pesquisas sobre a História da Educação de Goiás, sendo, desse total, 32 em nível de mestrado e 12 em nível de doutorado. No que se refere às modalidades, concordando com Valdez e Barra (2012), fica evidente a predominância de temas relacionados ao ensino superior e, no referente ao recorte temporal, a prioridade é o século XX. Outras temáticas também são abordadas, como instrução primária, ensino secundário, educação feminina e masculina, e

¹ O termo “ifetilização” não faz parte do vocabulário da língua portuguesa. Foi utilizado no período de implantação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica. O mesmo se trata de um neologismo, ou seja, o processo de criação de uma nova palavra na língua devido à necessidade de designar novos objetos ou novos conceitos.

alguns outros temas específicos. Em relação à história da educação profissional, são pouquíssimos os trabalhos que se dedicaram a esse estudo. Além da pesquisa de Ferreira, já citada anteriormente, podemos destacar “A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola”, de Sílvia Aparecida Caixeta Issa e Mudança na Formação do Técnico Agrícola do Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - GO – o proposto e o realizado de Enio Rodrigues Machado, ambos sobre o Colégio Agrícola de Urutaí, no sudeste do Estado de Goiás.

Diante do exposto, salienta-se que o objetivo principal desta pesquisa é analisar a trajetória histórica do Colégio agrícola de Rio Verde, enfatizando seu processo de criação, instalação e consolidação, no período entre 1967 e 1979. Os objetivos específicos são: a) Apreender aspectos de sua criação, instalação e consolidação dentro de um contexto geral e local; b) Inventariar as modificações da escola nos aspectos legais, pedagógicos e estruturais; c) Delinear o perfil discente, atendido pela instituição no período delimitado, sua procedência e faixa etária e perfil docente, bem como sua formação e forma de ingresso.

A revisão bibliográfica foi fundamental para a compreensão do contexto histórico, social e econômico do estado de Goiás, evidenciando aspectos legais e educacionais no âmbito da educação profissional agrícola.

A fundamentação teórica baseia-se na pesquisa bibliográfica, priorizando os estudos de Faria Filho (2006 e 2007), Cunha (1980 e 1985), Chartier (1990), Germano (2005), Gatti Jr (2007), Julia (2001), Nosella e Buffa (2009), Saviani (2008). Em consonância, recorre-se à pesquisa documental, priorizando a identificação, seleção, análise e descrição dos documentos do Colégio Agrícola de Rio Verde, de 1967 a 1979, sejam: Decretos, Leis, relatórios, ofícios, livros de registro de exames de seleção e matrícula, livros de ponto, atas de reuniões, além de visitas a acervos particulares em busca de jornais da época destacada, fotografias, documentos e registros escolares.

Para o levantamento das fontes documentais, foram realizados contatos informais com funcionários e ex-funcionários do CARV, em busca de pistas sobre documentos e possíveis fontes de pesquisa. Inicialmente, o trabalho foi dispendioso, levando em consideração a falta de um espaço destinado a esses arquivos e a não catalogação dos documentos. Foram encontrados documentos de alunos e professores na secretaria da instituição, empacotados em caixas empilhadas, guardadas em armários numa sala empoeirada e sem ventilação. Esses documentos não apresentavam uma sequência coerente de fatos e datas, sendo necessário um trabalho de associação de fontes e dados para a continuação da pesquisa. Nesse espaço, foram encontradas as seguintes fontes: 1 Livro de Registro de Inscrições; 2 Livros de Resultados de

Exames de Admissão; 4 Livros de Registros de Matrículas; 3 Atas de Resultados Finais; 5 Livro de Registros de Diplomas; Pastas Individuais de Alunos Matriculados, Evadidos, Transferidos e Concluintes; 1 Ata de Reuniões do Conselho de Professores; Projetos de Cursos do Ginásial e Colegial; Fichas Individuais de Professores; Modelos de Diplomas e Fichas.

Nos registros conservados na Coordenação de Registros Escolares do IF (Core), além dos documentos citados, foram encontradas também, as correspondências entre escola e pais de alunos, repreensões, cartas e bilhetes, fichas com notas, avaliações do Exame de Admissão, sendo que este processo científico para seleção era realizado com aplicação de testes de inteligência além de provas de conhecimento gerais. Além disso, também pode ser verificado, pela Ata de Incineração de Documentos Diversos datada de 17 de maio de 1990, que diversos documentos, que faziam parte do registro da Secretaria do Colégio, foram incinerados, tais como: diários de classe de 1966 a 1984; ata de exames de seleção de 1974 a 1981; ata de exames finais de 1971 a 1974; mapa de notas de 1966 a 1979, documentos expedidos; portarias; regimentos; pareceres e instruções normativas. Esse fato dificultou uma análise mais precisa de alguns dados, conforme é esclarecido ao longo do trabalho.

Ainda no espaço do CARV, foi encontrado, em outra sala, também sem nenhuma organização e critério, um armário com diversos documentos, tais como: pastas com ofícios recebidos e expedidos pela escola; propostas e rescisões de contratos de funcionários contratados e horistas; relatórios de visitas e supervisões realizadas; e, ainda, uma pasta com recortes de jornais que destacaram o CARV em seus diversos momentos.

De acordo com Sanfelice (2007), os estudos sobre instituições escolares não devem ser predominantemente analisados por meio de legislação, estruturas de organização, normatizações para a escolarização ou quaisquer materiais escritos, pois é por meio das práticas escolares e não escolares que essa instituição foi construindo sua identidade, diferenciando-a das outras instituições, mesmo que sob os mesmos critérios de legislação e normatização. Esse emaranhado de informações é que vai desvelando sua identidade. Assim, os estudos, sobre o Colégio Agrícola de Rio Verde, vão sendo abordados sob os mais variados aspectos e fontes: fotos, cadernos de alunos, atas dos processos de seleção e avaliação, estudos das relações professor/aluno e demais documentos. Estes revelam histórias, memórias, fatos e relações entre todos os agentes envolvidos nos processos de construção, implantação e consolidação dessas instituições, de modo a retratá-las em sua singularidade.

Na busca de uma maior riqueza de fontes e informações, foram realizados contatos com diversas pessoas envolvidas na educação do município, bem como memorialistas e

historiadores: o escritor Filadelfo Borges, memorialista e membro da Academia Rio-verdense de Letras e Ofícios; Zilda Pires, também escritora memorialista e membro da ARLÃO; professor Paulo Guimarães, historiador e membro da ARLÃO; Dr. Luiz Braz, Advogado, secretário do município no período estudado; Jason Pimenta Bueno, ex-aluno da instituição; Professora e Historiadora Zilda Gonçalves Mendonça. Esses contatos favoreceram a busca de fontes e informações sobre o objeto de estudo, inclusive contato com docentes e outros discentes.

Através de email, foi contatado Sr. Cimino José, diretor do Colégio de 1975 a 1989, o qual enviou um relatório sobre o funcionamento da escola no período por ele dirigido, acrescentando informações relevantes à pesquisa.

Quanto às demais fontes da pesquisa, consultou-se as Atas da Câmara Municipal de Rio Verde, Atos do governo, discursos oficiais, etc. Tais consultas foram realizadas na Câmara Municipal de Rio Verde, Arquivo Público do Estado de Goiás; Arquivo Nacional, Assembléia Legislativa Estadual, Arquivos do MEC e SETEC, bibliotecas públicas. Na parte jornalística, recorreu-se aos arquivos do Correio Oficial (1960-2010), “O Popular”, “Folha do Sudoeste” e demais impressos. O Jornal Correio Oficial foi encontrado no Arquivo Público do Estado de Goiás. A pesquisa no jornal “O Popular” foi realizada na própria sede do jornal, na cidade de Goiânia, onde encontram-se micro-filmados e deveriam ser analisados em visitas periódicas através de agendamentos antecipados. Neste jornal, foram encontradas reportagens sobre a educação profissional no estado, mas nada especificamente ao CARV no período de sua criação. Quanto aos jornais Folha de Goiaz e Folha do Sudoeste foi possível sua exploração por meio do acervo particular da senhora Maria José Martins, viúva de Lauro Martins, ex-prefeito e fundador do Jornal Folha do Sudoeste, e ainda o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Vale ressaltar que a utilização de jornais, como fontes para a pesquisa história tem se destacado a partir da década de 1970, considerando que os mesmos se constituem numa rica fonte de pesquisa, pois nos possibilita tecer um olhar sobre os fatos passados, que tiveram influência direta ou indiretamente com nosso objeto de estudo. Dessa maneira, os jornais vieram somar com outras fontes de pesquisa, na busca de tentar reconstituir, mesmo que parcialmente, parte da história, bem como os fatos relacionados ao objeto de pesquisa. Além dos textos, destaca-se, ainda, as imagens iconográficas, que nos ajudaram a refletir sobre quais práticas sociais elas implicam e sobre qual realidade elas retratam.

O uso da fotografia é outra fonte interessante para a análise das instituições escolares. Nesse sentido, a iconografia como fonte histórica assume papel relevante, cabendo ao

historiador ponderar, assim como os demais registros escritos, sua análise, tendo como base que são apenas representações de uma semelhança com a realidade, jamais sua totalidade. Dessa forma, as imagens iconográficas, bem como as fontes documentais, devem ser utilizadas como um indício, ou seja, apenas como a representação de um momento específico e jamais como uma prova do passado. Enfim, as fotografias são

[...] apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como formas (esteticamente/ ideologicamente) congeladas num dado momento de existência [...], sabemos que as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos [...] (KOSSOY, 2002, p. 21-22).

Kossoy (2002) afirma que a fotografia tem sempre expressa uma motivação e uma determinada aplicação. O que nos leva a concordar com o autor, que considera a fotografia como “uma representação a partir do real” (KOSSOY, 2002, p. 31).

Destarte, por meio das imagens iconográficas, é possível uma reflexão sobre as práticas sociais e a realidade sobre as quais elas implicam. Assim, consideramos que elas são importantes fontes de pesquisa, pois representam a interpretação de um dado espaço e tempo.

Quanto aos documentos pesquisados, foram consideradas as Leis Federais e Estaduais específicas, tais como: Decretos e Resoluções; Plano de Curso; Diretrizes Curriculares; Ofícios recebidos e expedidos, Portarias, Fichas Individuais, Atas, Livros de Registros, etc. Tais documentos, além dos que foram encontrados nos arquivos do IF, também foram complementados com buscas em sites do MEC, da Câmara dos Deputados, arquivos de outras instituições de ensino agrícola e pesquisas já publicadas. Cabe ressaltar, aqui, que foram realizadas buscas no Arquivo Central e órgãos da Educação Profissional do MEC, com o auxílio de um funcionário do mesmo. No entanto, essas consultas não vieram muito a contribuir com a pesquisa pela falta de documentos do período em questão.

Diante dos argumentos, ora apresentados, esta pesquisa se caracteriza como histórica subsidiada por fontes documental e bibliográfica, situando-se no campo da História da Educação. Apresenta como suporte fundamental a análise de documentos oficiais e manuscritos históricos do período estudado, permitindo uma investigação qualitativa e quantitativa das práticas, normativas e rotinas da instituição pesquisada.

As análises documentais têm modificado ao longo dos anos e, no último século, a questão do conceito de fontes em História e História da Educação passou por uma modificação e ampliação, após significativa influência dos postulados da Escola dos *Annales*, “o documento escrito, se existir, é, sem dúvida, uma fonte a considerar, mas há outras fontes

mais adequadas. É o próprio conceito de fontes que se amplia" (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 61).

Nesse sentido, Febvre, um dos principais representantes do movimento dos *Annales*, afirma:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com o que, pertencendo ao homem, exprime o homem, demonstra a presença. A atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito (FEBVRE, 1949 apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Ao historiador cabe, quando encontrar problemas de pesquisa, recorrer a documentos, na expectativa de, a partir daí, encontrar resposta às questões levantadas. Ele atribui a alguns objetos a qualidade de fontes, pois neles há, potencialmente, respostas para as questões levantadas.

Dentro dessa perspectiva, cabe também, ao pesquisador, a tarefa de problematizar suas fontes, como também, identificar os limites do ver e do dizer de uma época que devem ser observados e distendidos pelo pesquisador. Nessa via, observa-se que

[...] a pesquisa em história se faz em meio a limites, ela os reinventa, à medida em que as questões vão sendo colocadas. Cada pesquisa, nesse sentido, não é apenas a manifestação de um lugar, mas a sua demarcação e a sua problematização. Isso se dá em meio a diálogos, os quais às vezes podem surpreender. À medida em que o historiador ai tecendo a sua teia, ele o faz trocando idéias e informações com outros saberes, com outros sujeitos do pensamento e da ação cultural, e com isso os campos são dilatados, os percursos são transformados (CERTEAU, 1982, p. 50).

Ainda de acordo com Certeau (1982), a fonte não existe em si, mas sim o trabalho do pesquisador é que construirá sua história. Como bem salienta Chartier (1990, p. 18), "[...] os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias". Dessa maneira, vale lembrar que tais fontes são produções humanas que podem estar carregadas de interesses pessoais.

Nesse contexto, a pesquisa se fundamenta no fato de que a investigação proposta ampliará o conhecimento histórico sobre a educação técnico-profissional no município,

especialmente, em uma instituição de ensino pública e gratuita, num cenário predominantemente agrícola, como oportunidade de realização pessoal e profissional, com importância local e regional, tanto pelo ensino ofertado, quanto pelo serviço prestado à comunidade.

Durante todo o percurso da educação técnico-profissional, percebe-se as modificações do perfil institucional até o processo de institucionalização. É importante destacar o Colégio Agrícola de Rio Verde como espaço agregado a questões que envolvem educação e trabalho. Nesse interim, torna-se imprescindível uma análise dos elementos legais e fatores educacionais, políticos e sociais que envolvem a educação profissional e uma reflexão pautada de elementos pertinentes que abordem a sua realidade social, política, cultural, econômica e educacional, ao longo do período, seja no campo concreto da instituição, seja no âmbito global da educação, considerando vários aspectos, tais como:

[...] o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo; origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar; organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos origem social, destino profissional e suas organizações, os professores e administradores, origem, formação, atuação e organização; os saberes; currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares; regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 16).

A História Cultural apresenta uma grande contribuição para este trabalho, possibilitando uma abertura para estudos no campo das instituições educativas, com novos objetos de análise. Baseando-se nos conceitos formulados por Chartier (1990), foram encontrados elementos norteadores da interpretação histórica, feita na perspectiva dos estudos culturais, considerando que “é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que a constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Vale salientar o quanto a categoria cultura escolar tem sido utilizada e se firmou, nesses últimos anos, contribuindo, conforme afirma Faria Filho (2001, p. 110), para “a produção de um novo olhar sobre a escola”. Essas reflexões, compartilhadas com vários autores como Julia (2001) e Viñao (1995), têm permitido um diálogo com vários historiadores e estudiosos de outros campos, bem como a utilização desse conceito com base em diferentes perspectivas disciplinares. Logo, a escola deve ser entendida como uma instituição que se

organiza a partir de normas, de valores, de significados, de rituais, de formas de pensamento, de processos diversos constituídos da própria cultura.

Pela ótica de Viñao (1995), comprehende-se que a cultura escolar envolve toda a vida escolar, incluindo, desde as ideias sobre o ensinar e o aprender, até a ação efetiva desse fazer escolar. Trata-se, portanto, de um olhar direcionado para as práticas instauradas no interior da escola, ou seja, para o seu funcionamento interno.

Assim, ficam algumas indagações: O que realmente motivou a criação de uma escola agrícola na região? Que fatos revelam a história de sua criação na década de 1960? Como aconteciam as relações internas da escola, suas funções, clientela, prestígio, inserção no plano da cidade e da sociedade? Quais suas contribuições para compor a história da educação profissional institucional no município?

Este trabalho organizou-se em cinco partes, a saber, introdução, três títulos, considerações finais e as referências. O primeiro título apresenta, de forma sucinta, o contexto histórico e educativo do município de Rio Verde, região onde está localizado o objeto de estudo, para uma percepção de sua história que está diretamente relacionada às transformações econômicas, políticas e sociais que permearam a sociedade local, regional e nacional no período que antecede sua criação. Pontua, ainda, sobre a história e a legislação da Educação Profissional Agrícola nos âmbitos nacionais, regionais e locais, para a implantação do Colégio na década de 1960.

No segundo título, a proposta consiste numa análise do contexto sócio-histórico da implantação do Colégio, sua instalação, bem como seus entraves e percalços, podendo ser de estruturas físicas, organizacionais ou educativas.

Um olhar sobre o interior do Colégio Agrícola de Rio Verde constitui o terceiro título. Este tem como intuito analisar as relações internas deste estabelecimento de ensino, a sistematização da metodologia escola-fazenda implantada pela DEA e adotada pela instituição, a formação do corpo docente, o perfil dos discentes e a educação propagada dentro deste contexto educacional, além da análise dos saberes e práticas que caracterizavam o ideário pedagógico ali presente.

Finalmente, nas considerações finais são retomadas algumas observações salientadas durante a pesquisa. Acredita-se que as ponderações deste trabalho estão abertas a novas alterações e análises, a fim de que possam contribuir para pesquisas relativas à história da educação profissional de Goiás.

2 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO

Sabemos que um objeto de pesquisa nunca é dado: é constituído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos o seu objeto (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 57).

2.1 Rio Verde: origem e contexto histórico-educativo

Neste título, discutiremos algumas notas sobre a história da educação no sudoeste goiano, com ênfase em Rio Verde. Consideraremos a origem e o contexto histórico-educativo, tendo como objeto de estudo a criação e consolidação do Ginásio Agrícola de Rio Verde - GO. É necessário destacar que sua história está diretamente relacionada às transformações econômicas, políticas e sociais que permearam a sociedade local e nacional no período que antecede sua criação, bem como sua implementação, simultaneamente, à Ditadura Militar no Brasil (a partir de 1964). Dessa forma, analisar a realidade histórica de uma instituição significa

[...] integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

O desafio deste trabalho é a articulação entre a singularidade (instituição escolar) e o geral (contexto histórico). Tal articulação oferece conhecimentos acerca da totalidade histórica e social, analisando seus impactos na instituição pesquisada. Ainda, segundo Magalhães (2010), é necessário que o pesquisador recorra às fontes diversas, como subsídios para a sua narrativa histórica.

Na historiografia da educação, para a análise da escola e da escolarização torna-se imprescindível uma abordagem que considere as relações entre o local, o regional e o global: “Constituído à sua escala, pela multidimensionalidade do universal, o local comporta especificidades [...]: é uma singularidade, cujas marcas de diferenciação lhe conferem uma existência como totalidade em organização e evolução” (MAGALHÃES, 2010, p. 28). Desse modo, faz-se necessário uma breve contextualização da cidade, destacando alguns aspectos que vieram ao longo do tempo, definindo suas transformações, assim como a instituição que nos propomos a pesquisar.

Diferentemente da história do povoamento de outras regiões do estado de Goiás², que, devido às condições precárias de transporte e à distância entre o estado e o Centro-Sul do país, dificultavam o escoamento dos produtos e se restringiam basicamente à agricultura de subsistência, o sudoeste goiano, com suas características de solo, clima e relevo, favoreceu as atividades como a criação de gado e os cultivos de arroz, milho, café e feijão, colaborando, assim, para a fixação do homem na região e, consequentemente, o seu povoamento.

Com o esgotamento da mineração do ouro em Goiás, a economia da região se estagnou, reduzindo significativamente as possibilidades de progresso. Para Chaul (2002), a pecuária e agricultura foram as principais atividades que mantiveram o Estado em integração com as regiões centro-sul do país, contribuindo para a superação da crise econômica, principalmente, no sudeste e sudoeste do Estado.

Assim que o ouro deixou de representar o principal produto da economia goiana, um processo de “êxodo aurífero” fez com que um forte contingente populacional abandonasse a Província para se dedicar à lavoura e à pecuária. Foi por meio deste processo de ocupação que a economia goiana se tornou agrária. A diminuta produção do período, que se seguiu ao colapso da mineração, tornou a economia de Goiás, praticamente estagnada. A historiografia goiana atesta, em todo o conjunto de suas produções, que foi por meio da pecuária que se procurou manter ativo o sistema de produção mercantil, abastecendo de gado os mercados de Centro-Sul e Norte-Nordeste do país. Da crise da mineração ao início do século XX, o setor agrário e o erário público teriam sobrevivido das rendas advindas da pecuária (CHAUL, 2002, p. 92).

A história de Rio Verde tem início no século XIX, década de 1830, com a chegada de José Rodrigues de Mendonça e sua família, atraídos pelo incentivo da Lei que isentava o pagamento de impostos aos criadores de gado bovino e equino na região por dez anos. Assim, desgostosos com as terras de Casa Branca, província e bispado de São Paulo, vieram para a região, estabelecendo-se às margens do Rio São Tomás, onde tomaram posse das terras, tendo inclusive doado parte dessa fazenda para a construção de uma capela e formação do então povoado. De acordo com o memorialista Cunha Neto (1988, p. 29), “aqui as terras eram boas, com vastas campinas propícias à criação de gado e plantio (...)”.

Com a chegada dessa e de outras famílias à região, tem início ao Arraial das Abóboras³, que foi elevado a distrito do município de Goiás pela Resolução Provincial n.º 6,

² O povoamento de Goiás, que acontece basicamente no século VIII, foi determinado pela mineração. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, que fundou o Arraial de Sant’Ana, depois chamado de Vila Boa e mais tarde, cidade de Goiás, primeira capital do Estado.

³ Arraial das Abóboras é o primeiro nome recebido pelo povoado. Há divergências sobre sua origem. De acordo com Cunha Neto, no Livro Rio Verde – Apontamentos para a História, o apelido foi recebido dos soldados que lutaram na Guerra do Paraguai, que ao passarem pelo local, se alimentaram basicamente de abóboras, fruto nativo da região, muito utilizado na alimentação de porcos. Porém, Onaldo Campos, na obra Rio Verde

de 5 de agosto de 1848, com o nome de Dores de Rio Verde. O município foi criado em 1854, pela Lei Provincial n. 08, de 06/11/1854, instalado em 26 de setembro de 1862, elevado à cidade pela Resolução provincial n. 670, de 31 de julho de 1882. Campos (1971) afirma que Rio Verde foi elevada à cidade, respeitando a condição de ter edifício público para escola de primeiras letras do sexo masculino.

No início do século XX, Rio Verde começava a se fortalecer como cidade de importante desenvolvimento, conforme se pode observar em documentos oficiais da Secretaria Municipal, afirmando que o município

teve a sua primeira hidrelétrica instalada em 1915, pertencente a Raul Seabra. Em 1926 foi inaugurada a primeira rede de iluminação pública, com energia de usinas particulares. Somente em 1953, foi instalada a primeira usina de geração de energia com potência de 400KVA, que está funcionando atualmente (RIO VERDE, 1997).

O povoamento e o desenvolvimento se intensificaram em decorrência de uma série de políticas públicas para a ocupação e desenvolvimento econômico da porção oeste do território brasileiro, que vem a partir 1930, com Getúlio Vargas⁴ e sua política de interiorização do Brasil; com Pedro Ludovico Teixeira⁵ mudando o cenário político goiano; com Juscelino Kubitschek de Oliveira⁶, a partir de 1950, com as metas de desenvolvimento do Brasil e, principalmente, com a chamada Marcha para o Oeste⁷ que tinha como objetivo incorporar Goiás e Mato Grosso ao processo produtivo de agricultura de grande porte. Com isso, houve a expansão da fronteira agrícola e maiores investimentos em infraestrutura no estado, além da construção da nova capital, Goiânia, e da capital Federal, Brasília.

Dentre estes fatores, é com a construção de Brasília e com a ocupação do cerrado para a agricultura modernizada e de exportação que o crescimento do município ganha um maior impulso. Destacam-se, também, os investimentos com a construção da BR 060, ligando o

⁴ Histórico (1971) afirma que nos registros de visconde de Tawnai, durante sua passagem pela região, já citava o povoado como conhecido por Abóboras, o que coloca em dúvida sua origem.

⁵ Getúlio Dornelles Vargas foi advogado e político brasileiro, líder civil da Revolução de 1930, nasceu em 19 de abril de 1882, e faleceu em 24 de agosto de 1954. Período de governo: 03.11.1930 a 20.07.1934; 20.07.1934 a 10.11.1937; 10.11.1937 a 29.10.194 e 31.01.1951 a 24.08.1954.

⁶ Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, em 23 de outubro de 1891. Bacharelou-se em Medicina Rio de Janeiro e retornou a Goiás em 1916. Participou da Revolução de 1930 e foi nomeado interventor em seu estado. Participou dos partidos: Partido Social Republicano (PSR), Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1935, se elegeu governador do Estado de Goiás, mantendo-se no cargo até 1945. De 1954 a 1962 atuou como senador da República. Faleceu em 1979.

⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em 12 de setembro de 1902, Diamantina, Minas Gerais foi médico, Oficial da Força Pública Mineira e político brasileiro. Conhecido como JK, foi prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais, e presidente do Brasil entre 1956 e 1961, pelo Partido Social Democrático. Faleceu em 22 de agosto de 1976.

⁷ Será tratado com mais abrangência, posteriormente.

município à capital do país e a BR 452 que conectou o Sudoeste Goiano ao Triângulo Mineiro.

O sudoeste do estado de Goiás, mais especificamente o município de Rio Verde, a partir da década de 1960, faz opção pela agricultura comercial que se consolida a partir de 1970, aproveitando as melhores condições, desde a infraestrutura até a organização política e econômica facilitadas. Esta microrregião avança progressivamente como produtor agrícola, conforme tabela do IBGE, que destaca a produção agrícola no comparativo com a porcentagem de produção do estado, apresentada abaixo:

Tabela 1 - Produção Agrícola do município em comparativo com a porcentagem de produção do Estado de Goiás de 1960 à 1980

Cultura/ano	1960	%*	1970	%*	1980	%*
Arroz	27.679(t)	5,4%	52.358(t)	5,8%	77.604(t)	5,8%
Algodão	-	-	16.979(t)	27,2%	8.091(t)	14,7%
Cana-de-	-	-	-	-	1.100(t)	0,1%
açúcar						
Feijão	1.095(t)	1,4%	934(t)	1,1%	67(t)	0,1%
Milho	6.983(t)	2,1%	23.148(t)	4,2%	64.056(t)	5%
Soja	-	-	3.214(t)	31,4%	38.274(t)	10,3%

Fonte: Relatórios dos Censos Agropecuários (IBGE, 1960, 1970 e 1980).

*A porcentagem é referente à produção do estado de Goiás.

Esse avanço das atividades econômicas, baseadas na agricultura da região, refletiu diretamente no processo de urbanização da população de Goiás, especificamente em Rio Verde, conforme se pode observar na Tabela a seguir, que apresentam os dados de 1960 a 1980:

Tabela 2 - População do Brasil, do Estado de Goiás e do Município de Rio Verde nos anos de 1960, 1970 e 1980, discriminando porcentagem de população de Zona Urbana e Zona Rural

	População									
	1960			1970			1980			
	Total	% Pop.	% Pop. Rural	Total	% Pop.	% Pop. Rural	Total	% Pop. Urbana	% Pop. Rural	
Brasil	70.191.370	44,9%	55,1%	93.139.037	56,9%	43,1%	119.002.706	67,6%	32,4%	
Goiás	1.917.460	30,2%	69,8%	2.899.266	42,4%	57,6%	3.860.174	62,2%	38,8%	
Rio Verde	39.823	27,9%	72,1%	55.697	48,5%	51,5%	74.694	74,5%	26,5%	

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1960, 1970 e 1980).

No que tange ao crescimento populacional de Rio Verde, no período destacado acima, percebe-se que, em 1960, o município possuía uma população de 39.823, representando 6,8 % da população do Estado. Já em 1970, essa população passa para 55.697, ou seja, um crescimento de 71% em dez anos. No ano de 1980, o número de habitantes quase dobrou em relação a 1960, aumento determinado tanto pela alta taxa de natalidade, quanto pelo processo migratório pelo qual todo o estado de Goiás passava neste período.

Além do crescimento populacional, podemos analisar ainda que a concentração dessa população apresenta um grande aumento na zona urbana em relação as três décadas observadas. Em 1960, a zona rural representava 72,1% da população do município, sendo superada por um percentual de 74,5% para a zona urbana, em 1980. Um aumento de 45% durante 20 anos, enquanto o país não passou dos 22,7%. Pode se perceber uma considerável redução da população rural e relação à população urbana. Esse fator foi em decorrência do processo de urbanização e interiorização acentuados no Brasil, a partir dos anos de 1950.

Neste contexto, o sudoeste goiano, especificamente a região de Rio Verde, que já despontava economicamente, com uma produção agropecuária, ganha destaque na década de 1960, com as políticas públicas de impulso para o desenvolvimento. Neste período, o governo federal Juscelino Kubitscheck de Oliveira elaborou as metas de desenvolvimento do Brasil. Já o governo estadual de Mauro Borges Teixeira⁸ criou o plano de metas para o desenvolvimento econômico do estado⁹, atentando para a agricultura e a pecuária. Dentre as ações, previam “Construir e equipar duas Escolas Agrotécnicas e vinte Escolas de Iniciação Agrícola”, (PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS, p.25), reforçando também o campo da Educação e Cultura em relação ao Ensino Agrícola.

Em consequência dos investimentos do Plano de Metas e pelas políticas de colonização¹⁰, a ocupação da região se intensificou pelo aumento dos movimentos migratórios nas décadas de sessenta e setenta, elevando, assim, um crescimento demográfico acima da

⁸ Mauro Borges Teixeira nasceu em Rio Verde, 15 de fevereiro de 1920. Foi um político e militar brasileiro. Filho de Pedro Ludovico Teixeira e Gercina Borges Teixeira. Iniciou sua carreira política em 1958, quando foi eleito deputado federal por Goiás. Em 1960 foi eleito governador do estado e afastado por intervenção federal após o golpe de 1964. Partidos: Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrata Cristão (PDC). Faleceu em Goiânia dia 29 de março de 2013.

⁹ Segundo Luz (1987, p.39), no governo de Mauro Borges foi contratada uma equipe de administradores da Fundação Getúlio Vargas, para elaborar o “Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás”. A partir de estudos quanto às necessidades de educação, saúde, saneamento, transporte, energia, justiça, segurança, assistência técnica e crédito da população do Estado, foi elaborado um Plano de Ação que assegurasse a superação dos problemas encontrados.

¹⁰ Consta do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás que “o principal objetivo da colonização é a fixação do homem ao solo, provendo-o de meios de conservar a propriedade e constituir a estabilidade econômico-financeira de sua família” (GOIAS, 1965, p. 48) .

média nacional. Em 1960, a taxa de urbanização era de 33,0%, considerando a nacional de 46,3%; em 1980, já superava a média do país (75,6%), com 79,2%.

A cidade de Rio Verde localiza-se na microrregião Sudoeste do estado de Goiás, que pertence a mesorregião Sul Goiano, distante à 220 Km de Goiânia (capital do Estado). No início dos anos de 1960, o município contava com uma população de aproximadamente 40 mil habitantes¹¹. O Sudoeste do Estado tem longa tradição agrícola, construída desde o seu povoamento, de forma que, ainda hoje, é a principal produtora de grãos e pecuária de bovinos, suínos e aves do Estado¹².

Na década de 1960, o estado de Goiás possuía ainda a área onde hoje faz parte do Estado de Tocantins e o município de Rio Verde, também era formado por mais quatro distritos já desmembrados atualmente: Castelândia, Maurilândia, Montividiu e Santo Antônio da Barra.

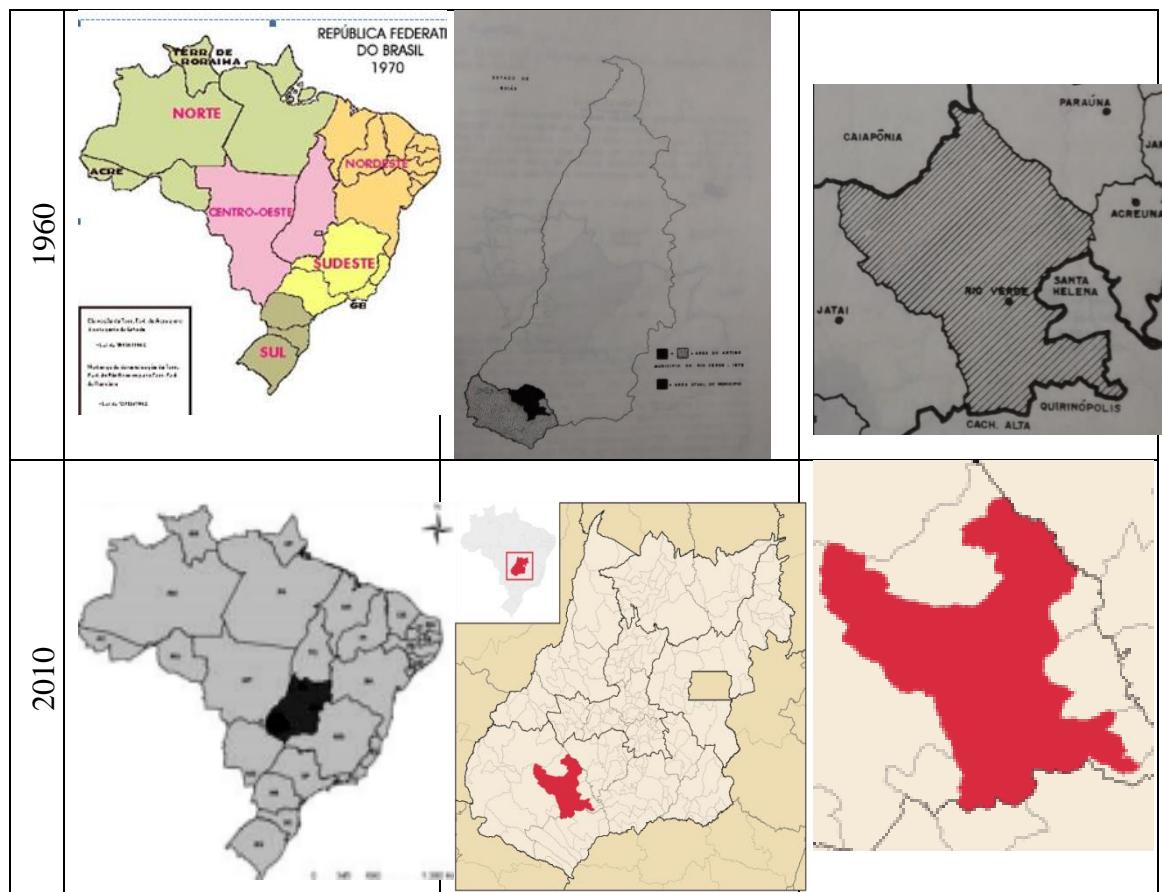


Figura 1- Localização do Município de Rio Verde – Goiás – Década 1960 e 2010¹³

Fonte: Diretoria de Geociências, Departamento de Estruturas Territoriais (IBGE, 1960-2010).

¹¹ Atualmente, o município de Rio Verde possui 197.048 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE/2013.

¹² Devido a essas características, comporta várias empresas do agronegócio do Estado: Comigo; Cargil; Caramuru; Perdigão Agroindustrial S/A; Frigorífico Margem; Kowalski; Grupo Orsa; Refrigerantes Rinco.

¹³ Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins.

A partir dos anos de 1970, o Sudoeste Goiano é beneficiado com um pacote de investimentos federais, por meio de diversos programas do governo, direcionados para a agricultura, consolidando essa atividade de forma tecnificada na região. Neste contexto, é instalado o Colégio Agrícola de Rio Verde com o objetivo de preparar mão de obra qualificada para o trabalho no campo, a fim de atender uma necessidade local e regional.

A iniciativa do governo federal, em implantar uma escola agrotécnica em Rio Verde, não se deu apenas por uma decisão política, mas sim a vários fatores emergentes, sejam econômicos, sociais e políticos que, em decorrência do desenvolvimento agrícola da região, demandavam formação de mão de obra e qualificação de profissionais para os diversos setores da economia.

Conforme Azevedo (2009, p. 44), a criação do Colégio Agrícola para Rio Verde começou a ser articulada na segunda reunião entre o presidente Jânio Quadros¹⁴ e os governadores dos estados do Brasil, em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, no dia 19 de abril de 1960. Nessa reunião, entre outros projetos, foi apresentada, pelo então presidente, a intenção da criação de três escolas agrícolas na região.

Nesse prisma, o governador do estado de Goiás, Mauro Borges, juntamente com o prefeito de Rio Verde, Paulo Campos¹⁵ (1960 a 1965) intercedeu a favor do município, apresentando fortes argumentos em relação ao crescimento e desenvolvimento agrícola da região com uma posição geográfica que favorecia a implantação de uma escola de formação agrícola.

Antecedendo a esse período, em relação aos aspectos educacionais, Rio Verde adentra ao século XX com duas escolas municipais de instrução primária, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino e um estabelecimento de ensino secundário subvencionado pelo município.

No entanto, apenas em 27 de julho de 1921, por meio da Lei n. 694, é criado em Rio Verde o primeiro grupo escolar, sendo instalado em 1923, dois anos após a sua criação legal. Segundo Campos (1971), o Grupo Escolar foi fruto da representação do Sudoeste no

¹⁴ Jânio da Silva Quadros era Advogado, nascido em Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, em 25 de janeiro de 1917, foi Presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 — data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB, tomando posse em 1.º de janeiro de 1986. Atuou pelos partidos: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e União Democrática Nacional (UDN). Faleceu em 16 de fevereiro de 1992, São Paulo, São Paulo.

¹⁵ Paulo Campos, filho de Ricardo Campos e Placidina Arantes Campos, nascido em setembro de 1920, na cidade de Rio Verde, onde atuou como advogado e político. Foi eleito prefeito pelo Partido Social Progressista em 1960, com uma gestão de 1961 a 1964. Faleceu em 1999 (LIMA, 2000, p. 89).

Legislativo Goiano pelo deputado Ricardo Campos¹⁶ e pelo senador Martins Borges¹⁷, os coronéis da região.

O coronelismo era marcado pela força política e econômica de um chefe local, que se articulava com o poder central. Assim, um processo eleitoral, por exemplo, era decidido antes mesmo das eleições acontecerem. Isso porque, em âmbito nacional, predominava a força das oligarquias mineiras e paulistas que se revezavam na presidência da República, através do acordo das elites brasileiras que ficou conhecido como “política do café com leite”. O poder central na esfera nacional trocava favores e cargos com o chefe político regional, que por sua vez comandava o “voto de cabresto” em cada “curral eleitoral” de sua região (RIBEIRO, 2003, p. 17).

Podemos analisar, a partir de Cunha Neto (1988, p. 228-229), alguns dos aspectos urbanos da cidade de Rio Verde, no início da década de 1940, que contava com raras instituições oficiais de ensino: “Grupo Escolar Eugênio Jardim, Escola Normal e Escola Profissional Rural”.

Já para Silva (2013), pode ser justificado pela predominância da população da zona rural (85,4%) em relação à zona urbana (14,6%), fazendo necessário um número maior de escolas isoladas ou comuns, em comparação aos grupos escolares, já que com a política educacional do Estado Novo, o ensino rural passou a ser “defendido como forma de fazer do homem unidade produtiva e como forma de romper como o atraso tecnológico da produção agrícola” (NEPOMUCENO; GUIMARÃES, 2007, p. 114), tendo, como principal interesse, a orientação para o trabalho e combate ao êxodo rural.

Não há pesquisas sobre o número de escolas municipais nas décadas de 1950 e 1960. Contudo, por meio de documentos não oficiais, pode ser confirmada a existência de algumas escolas isoladas, escolas rurais, e grupos escolares municipais, conforme destaca o Jornal “Folha do Sudoeste”, de 30 de novembro de 1955.

¹⁶ Ricardo Campos nasceu em 27 de julho de 1893 na cidade de Rio Verde, GO. Foi jornalista; fazendeiro; advogado provisionado e ainda Inspetor de Instrução Pública de Rio Verde e Promotor Publico. Foi eleito Deputado Estadual (1921-1924) pelo Partido Social Republicano (PSR), filiado ao Partido Democrata. Faleceu em 18 de abril de 1932.

¹⁷ Antônio Martins Borges nasceu em Araxá, Minas Gerais, no dia 27 de dezembro de 1865. Filho de Pedro de Araújo Borges e Luíza Borges. Mudou-se para Rio Verde ainda jovem. Foi senador estadual, intendente municipal (1919 – 1920) e primeiro prefeito de Rio Verde (1932). Faleceu em 22 de março de 1932 (LIMA, 2000, p. 19-25).

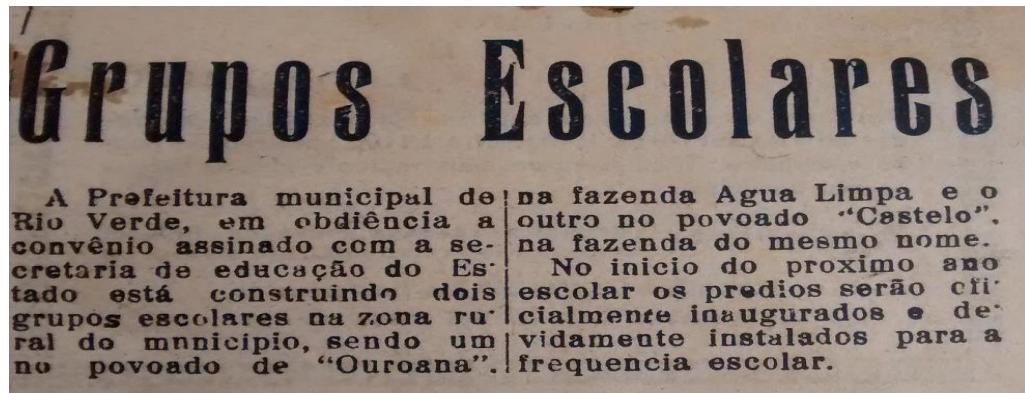


Figura 2 - Recorte de jornal, destacando a construção de grupos escolares municipais em Rio Verde

Fonte: Arquivo de Maria José Martins (JORNAL FOLHA DO SUDOESTE, 1955).

O mesmo jornal, de 04 de dezembro de 1952, destaca a formatura dos concluintes do Curso Primário pela Escola Paroquial de Rio Verde, mantida pela casa Paroquial de Rio Verde. Não foi possível, por meio de documentos oficiais, precisar sobre seu tempo de funcionamento e fechamento.

Cunha Neto (1988) registra a construção de um grupo escolar na Praça Ricardo Campos em um prédio que foi adaptado para funcionar uma extensão da faculdade, o Grupo Modelo. No entanto, não foram encontrados registros que acrescentassem maiores informações sobre seu funcionamento.

Nas fontes consultadas, não foram registradas informações sobre o ensino particular no município de Rio Verde anterior ao século XX. Contudo, em 1869, o inspetor Cônego Azevedo perguntava ao Inspetor Paroquial de Rio Verde, se era verdade que ali estava funcionando uma escola de primeiras Letras sem autorização¹⁸ (BRETAS, 1991, p. 397), que conforme o autor supracitado, nesses casos, ou a existência era negada, ou se esquivava do assunto, deixando-o de lado.

De 1940 a 1960, percebem-se significativos avanços, seja econômico, populacional ou educacional, o que fica evidenciado no número de analfabetos do município no ano de 1960.

Tabela 3 - População de Rio Verde de 5 anos ou mais, em 1960, segundo escolarização

Ano	População*	Sabem ler e escrever	%	Estudantes	%
1960	32.771	16.401	50%	4.422	13,5

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1960).

*População de cinco anos ou mais.

¹⁸ Registro Geral de ofícios da Inspetoria Geral – 1858-1873.

Silva (2013) assevera que, na década de 1940, apenas 21,6% da população do município de Rio Verde sabia ler e escrever, e apenas 2,4% da população, em idade escolar, frequentava a escola. Em 1960, esse percentual passa para 50% daqueles que sabiam ler e escrever e apenas 13,5% que frequentava a escola.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o número e nível/modalidade de instituições ainda não eram suficientes para atender a realidade local, conforme podemos analisar no quadro abaixo:

ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO	OBSERVAÇÃO
1911	Instituto de Ciências e Letras	Particular (extinta)
1914	Colégio Rômulo Franklin	Particular (extinta)
1917	Instituto João Pinheiro	Particular (extinta)
1920	Colégio São Vicente	Particular (extinta)
1921	Grupo Escolar Eugênio Jardim	Começa a funcionar em 1923.
1921	Colégio Nossa Senhora da Consolação	Funcionou até 1924. Recebia subvenção do município. (extinta)
1924	Colégio Novaes de Eleutherio de Souza	Substitui o Colégio Nossa Senhora da Consolação. Particular. Extinto em 1925.
1933	Escola Normal de Rio Verde	É fechada e reaberta várias vezes, até que, em 1974, quando transformada em Técnico em Magistério pela LDB nº 5.692/71, é transferida para o Colégio Estadual Martins Borges.
1935	Patronato agrícola de Rio Verde	Em 1938, é denominada Escola Profissional Rural de Rio Verde. É extinta em 1940.
1937	Escola de Enfermagem “Cruzeiro do Sul”	Funcionava em convênio com o Hospital Evangélico de Rio Verde.
1945	“Colégio Estadual Martins Borges”	Pública
1947	Escola Popular de Rio Verde	No ano posterior tornou-se o Grupo Escolar César Bastos.
1950	Escola Vila Amália	Pública Estadual
1955	Escola Primária Moreira Guimarães	Privada
1964	Colégio do Sol	Pública Estadual
1966	Grupo Escolar Alfredo Nasser	Pública Estadual
1967	Ginásio Agrícola de Rio Verde	Pública Federal
1968	Fundação do Ensino Superior de Rio Verde	Privada

Quadro 1 - Instituições que funcionaram no município de Rio Verde desde 1900 até 1968

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Cunha Neto (1988).

Percebe-se que, a partir da década de 1940, houve uma maior articulação da sociedade rio-verdense e interesse político em relação à educação, especialmente no caso da educação pública. Houve um número considerável de escolas criadas nesse período e todas elas se mantiveram em funcionamento.

A história da educação do município de Rio Verde não é isolada de um contexto mais amplo. Está diretamente associada ao contexto político-educacional do estado de Goiás, que registra sua primeira lei orgânica do ensino primário no Brasil, em 15 de outubro de 1827, com apenas 17 artigos, que sintetizavam como deveria ser o funcionamento da instrução primária no Brasil. Não havia nenhum destaque para o ensino secundário ou superior. Apenas com uma resolução posterior determinava que adotassem, para o ensino secundário, as normas da lei de 15 de outubro, no que coubessem. O que não refletia em Goiás, já que o secundário não existia.

Conforme destaca Bretas, na obra *História da Instrução Pública em Goiás*, a lei foi conhecida em Goiás em dezembro do mesmo ano. Entretanto, não teve nenhum reflexo inicial na educação existente, pois além de não possuir no orçamento provincial verbas destinadas a novas escolas, na Província de Goiás ainda não havia sido organizado o Conselho Geral, exigência da Lei. Existia uma dificuldade ainda maior, pois, “(...) não havia na Província, até mesmo na Capital, pessoas que soubessem todas as matérias do artigo 6º da Lei de 15 de outubro, principalmente Aritmética e Geometria” (BRETAS, 1991, p. 127).

Em 30 de março de 1874, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em carta-circular, recomendava que, sendo o Brasil um país essencialmente agrícola, deveriam os presidentes de províncias promover a criação de uma escola prática de agricultura, em cada município, onde a mocidade pudesse receber todos os estudos elementares referentes à cultura do solo. Para isso, deveriam nomear comissões de pessoas que tenham bens (terras e dinheiro) e fossem “dedicadas à causa pública”, a fim de “coadjuvar” o Estado na implantação dessas escolas. Em Goiás, o presidente atribuiu às câmaras municipais a tarefa de escolha das comissões para tal incumbência.

A ideia não vingou, ao menos até a Primeira República, visto que, em Rio Verde, foi criada uma Escola Prática de Agricultura em 1927, e um Patronato Agrícola em Bonfim, depois em Urutaí, tendo o de Bonfim como modelo, e mantido pelo Ministério da Agricultura. Houve outras tentativas em outros municípios, mas sem efeito duradouro, como será tratado posteriormente.

Com a reforma da instrução pública, apresentada ao Congresso goiano em 1892, foi aprovada a Lei n. 38, de 31 de julho de 1893, cujo conteúdo mais importante era a alteração da instrução pública do Estado de Goiás para dois graus: o primário, que seria dado nas escolas que deveriam ser criadas e mantidas pelo município; e o secundário que seria dado no Liceu, junto com o curso normal, e em outros estabelecimentos criados nos municípios de maior renda.

Cinco anos depois, foi promulgada a Lei n. 186, de 13 de agosto de 1898, alterando algumas disposições da primeira e introduzindo novas resoluções. No seu artigo 1º, declarava que Goiás teria um ensino de cinco categorias: a) primário: oferecido em escolas subvencionadas pelo Estado, municípios ou em escolas particulares; b) normal: dado na escola normal; c) secundário: oferecido no Liceu e em estabelecimentos criados pelo município; d) profissional ou técnico: dado em estabelecimentos criados para esses fins; e) ensino superior: ofertado em academias fundadas pelo Estado ou em faculdades particulares. Foi a primeira vez que o ensino técnico ou profissional ganhava destaque na forma da lei. Entretanto, nenhum orçamento ou providência de fundos foi disponibilizado para a concretização do mesmo.

Com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, de acordo com o artigo 1º, ficou decretado que “em cada uma das capitais dos Estados da República, o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito” (BRASIL, 1909).

O estado de Goiás recebeu, na cidade de Vila Boa, atual cidade de Goiás¹⁹, a escola de aprendizes artífices, que iniciou suas atividades em 1913. “Esta escola alfabetizou, mas preocupou-se principalmente com o ensino de um ofício, que era ministrado em oficinas de trabalho manual e mecânico. Funcionaram as seguintes oficinas: Forja e Serralheria; Sapataria; Marcenaria e Empalhação; Alfaiataria, Celaria e Correaria” destaca Nepomuceno (1994, p. 41).

Assim, a preocupação era atender seu principal interesse de disciplina e preparar meninos pobres para o trabalho na indústria manufatureira. Inicialmente, poucos alunos chegavam à 4ª série, a maioria, quando adquiria conhecimento suficiente para o ofício, abandonava a escola, buscando se empregar em oficinas particulares, em troca de salários. Apesar de não apresentar os resultados satisfatórios, devido às instalações insuficientes e limitações locais, a escola de Aprendizes Artífices se manteve com um crescimento seguro e constante até sua mudança para a nova capital.

A Reforma Francisco Campos, pelo Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, consolidado pelo Decreto n. 21.241, de 04 de abril de 1932, conferiu ao ensino secundário uma nova fase, estabelecendo o currículo seriado e a frequência obrigatória, eliminando, teoricamente, seu caráter de curso preparatório para os cursos superiores.

¹⁹ Com a transferência da capital do estado para Goiânia – GO, em 1942, a escola passa a se denominar Escola Técnica Federal de Goiânia, com início das atividades em 1943, na nova capital.

Com a criação do Conselho de Educação, pelo Decreto n. 800, de 06 de março de 1931²⁰ “(...) Goiás centralizava todas as atividades político-pedagógicas que seriam desenvolvidas dessa data em diante, pois deveria desempenhar funções consultivas, administrativas e deliberativas” (NEPOMUCENO, 1994, p. 63).

Esse Conselho, formado inicialmente por funcionários governamentais e públicos; representantes do ensino público e privado; docentes e pessoal técnico do ensino, foi sofrendo alterações posteriores, de modo que, em algum tempo, era composto em sua maioria por funcionários da área governamental, passando a atuar em todo o pensar e o fazer da educação, de acordo com objetivos e interesses estatais.

Apesar dos ideais escolanovistas continuarem a ser divulgados, a partir de 1937, a educação passa a atender as necessidades exigidas pelas mudanças atreladas ao desenvolvimento capitalista, a formação para e pelo trabalho, “(...) em termos teóricos e práticos, com o intuito de preparar a população de Goiás para servir aos interesses do capital”. (NEPOMUCENO, 1994, p. 103).

Pinto (2013) aponta o Congresso Brasileiro de Educação da ABE, realizado em Goiânia, no ano de 1942, como parte das solenidades de lançamento oficial da Marcha para o Oeste, como o principal acontecimento do Batismo Cultural²¹, ocorrido na inauguração oficial da capital goiana.

A política educacional do governo buscava a criação de uma escola para o trabalho rural, que fosse além da alfabetização. Esta teria como propósito a integração de Goiás ao Centro-Sul do Brasil. Contudo, esperava-se que não fosse apenas para alfabetizar a população, mas que preparasse o trabalhador para o progresso. Nesse Congresso, que reuniu educadores de todos os Estados do País, abordou temas diversos, mas o principal foi o ensino rural, tendo como meta central a fixação do homem do campo no seu lugar de origem. Para isso, foram discutidas ações que promovessem os objetivos propostos pelo evento, principalmente, no referente à viabilização do ensino para o aluno da zona rural, incluindo a formação e capacitação de professores e programas que estimulassem a operacionalização e sucesso dos programas. Esse anseio fica claro, no discurso das autoridades educacionais, no final do VIII Congresso Brasileiro de Educação.

²⁰ Antes portanto, da criação do Conselho Nacional de Educação, criado pelo Decreto n. 19.850, de 11 de abril do mesmo ano.

²¹ O termo “batismo cultural” é utilizado para designar o dia da inauguração oficial de Goiânia. Nessa ocasião, a cidade foi palco de realizações culturais que atraíram várias personalidades políticas, artísticas, eclesiásticas e intelectuais do País, além de convidados ilustres e o público em geral (ARAÚJO JR.; SILVA, 2006).

[...] Nós do Congresso de Educação viemos representando um anseio e uma homenagem [...] O anseio é criar... no Brasil uma escola do trabalho e de atividade, rural ou profissional que não seja apenas um aparelho de alfabetização das massas. Uma escola que desperte e forme na criança do Brasil, uma consciência cívica e trabalhista e que seja o alicerce de nossa produção; [...] capaz de satisfazer nossas necessidades e de outros povos; que faça desaparecer o ferrete da humilhação e do desprestígio impresso no trabalho rural ou artesanal desde o tempo da escravidão; que extinga os resquícios doentios de uma aristocracia falida e inoperante [...]; que nobilize e engrandeça as atividades do campo e da lavoura, da pecuária e da oficina, que enfim faça do trabalho organizado e produtivo o código oficial do Estado Novo (JORNAL O POPULAR, 1942, p. 3).

Além das atividades educacionais, o governo de Goiás, por meio da Escola Técnica de Goiânia, organizou uma exposição dos principais produtos cultivados no Estado, explicitando, assim, a relação entre a política educacional implementada e a atividade econômica de Goiás.

Em consonância com a política educacional traçada pelo Governo Federal, o governo de Goiás também buscou priorizar a educação do homem no campo, considerando que, nesse período, o estado apresentou uma intensa urbanização, com uma estimativa de aumento desse processo, apesar dos esforços governamentais de educar o homem no campo e fixá-lo à terra. Com essa intenção, em 1935, sob o patrocínio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres²², por meio do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica de Goiás, deu-se início à fundação dos clubes agrícolas de Goiás, que tinham, entre outras preocupações, como visão:

- a) Mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos;
- b) Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícola racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica;
- c) Dignificar o trabalho manual, bem como elevar e engrandecer a vocação e a profissão do lavrador;
- d) Incutir na consciência de seus sócios o amor à terra, o sentimento de nobreza das atividades agrícolas e a ideia do seu valor econômico e político;
- e) Registrar informações estatísticas e outras relacionadas com a produção, a indústria, o comércio e o transporte (NEPOMUCENO, 1994, p. 115).

Desse modo, os clubes agrícolas foram instituições extraescolares com a intenção de modificar o ambiente tradicional do ensino, na medida em que forneciam assuntos e motivavam as aulas. Além disso, buscavam o envolvimento das famílias nas atividades, incutindo, assim, indiretamente, seus fundamentos.

O ensino agrícola foi imensamente reclamado pela sociedade goiana, desde os tempos de império como indispensáveis para o desenvolvimento de Goiás, por ser um estado essencialmente agrícola. Porém, de acordo com Bretas (1991), um dos maiores entraves era encontrar recursos e pessoal habilitado para a criação e funcionamento dessas escolas.

²² “A sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT) criada no Rio de Janeiro por seus seguidores, visou especificamente, desenvolver na criança o amor à terra, às plantas e aos animais, preservando-os da destruição” (Cf. Anexo II, p. 150).

2.2 Aspectos históricos do ensino agrícola no Brasil

Sabe-se que a educação profissional, enquanto nível escolar, no Brasil, teve origem, efetivamente em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha (1909-1910), pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que mais tarde, a partir da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, são transformadas em Liceus Profissionais, que dariam origem as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais. Em 1994, a partir da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro, foram sendo gradativamente transformadas em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica e Institutos Federais, constituídos pela Lei n. 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.

Essa conquista não foi simples. Desde a segunda metade do Império, era clara a necessidade de se criarem escolas profissionais no País, principalmente, com a intenção de abrigarem meninos ociosos, em situação de pobreza, na idade de 13 a 15 anos. Estes, com um pouco de escolaridade e iniciação profissional, teriam a oportunidade de saírem da rua, da marginalidade e encontrariam um ofício, tornando-se “cidadãos de bem”. Para Cunha (1984), essa era uma estratégia que incentivava para o trabalho, ao mesmo tempo, evitando o desenvolvimento de ideias que contrariasse a ordem estabelecida. A partir da Proclamação da República em 1889, a escola passou a ser organizada com bases positivistas, canalizando o ensino para a formação não apenas universitária. Contudo, não atendeu toda a população, pois não representou a oportunidade das massas de terem acesso à escola, e sim, a mudança da queda da predominância literária para a científica e o crescimento de matérias ao que já se ensinava na escola.

Os debates sobre a educação e a política nacional se acirravam, à medida que o tempo passava. Entretanto, mesmo com tantos movimentos políticos surgindo no país e estes discutindo a educação para os menos favorecidos, a participação dos negros, ex-escravos, não recebiam uma atenção nesta escola pensada pela política da Primeira República.

Em 1909, o governo da União resolve:

Considerando (...) que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação, decreta: Em cada uma das capitais dos Estados da República, o Governo manterá uma Escola de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito. Estas escolas serão instaladas em edifícios da União existentes e disponíveis nos Estados ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim. Nas escolas se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício (...) (MOACYR, 1941, p. 59).

É nesse sentido que o advento da República, atrelado ao desejo de progresso, deu impulso à educação profissional no País e, primeiramente, em especial, à educação agrícola, já que o Brasil ainda era essencialmente rural. É importante salientar algumas leis que estimularam essa modalidade de ensino, dentre elas, o Projeto do deputado mineiro, Fidélis Reis, sancionado em 1927; o Congresso Nacional que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país; a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930; a especificação do ensino técnico, profissional e industrial, na Constituição Brasileira de 1937; a Reforma de Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário, houve uma política de criação de escolas e expansão de especialidades. Destaquesmos como exemplo, a evolução da legislação conforme quadro apresentado em relação ao Ensino Agrícola.

ANO	LEGISLAÇÃO/ASSUNTO
1909	Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria as Escolas de Aprendizes Artífices
1910	Decreto n.º 8.319, de 20 de novembro de 1910. Regulamenta e estrutura o Ensino Agrícola.
1931	Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário.
1940	Decreto-Lei n.º 2.832, de 04 de dezembro de 1940. Cria a superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
1946	Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
1961	Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1967	Decreto Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. Promove-se a absorção do Ensino Agrícola pelo Ministério da Educação e Cultura.
1967	Decreto n.º 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e Institui a Diretoria de Ensino Agrícola.
1971	Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
1973	Decreto n.º 72.434, de 09 de julho de 1973. Cria a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola – Coagri
1979	Decreto n.º 83.935, de 4 de setembro de 1979. Trata da denominação de Escolas Agrotécnicas Federais.
1982	Lei n.º 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivo da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.
1986	Decreto n.º 93.613/86. Subordina o Ensino Agrotécnico de 2º grau diretamente à Secretaria de Ensino de 2º grau.
1990	Lei n.º 8.028, de 11 de abril de 1990. Subordina o Ensino Técnico à Secretaria de Educação Tecnológica.
1996	Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1996	Projeto de Lei n.º 1.603, de setembro de 1996. Dispõe sobre a Educação Profissional, a organização da Rede Federal de Educação Profissional, e dá outras providências.
1997	Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n.º 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2008	Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Quadro 2 - Brasil: Legislação do Ensino Agrícola – 1909-2008

Fonte: (QUEIROZ, 2010, p. 73).

Em 1906, surge o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, vinculando-se a ele o ensino agrícola, ao qual permaneceu até maio de 1967, tendo sua primeira modificação na estrutura do ensino agrícola, pelo Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, no governo Nilo Peçanha²³. Neste período, criavam-se novos cursos e graus de ensino por meio de uma proposta de vinculação de uma fazenda experimental às escolas médias e às escolas superiores.

Os cursos e graus propostos por este Decreto foram:

ensino superior; ensino médio ou teórico-prático; ensino prático; aprendizados agrícolas; ensino primário agrícola; escolas especiais de agricultura; escolas domésticas agrícolas; cursos ambulantes; cursos conexos com o ensino agrícola; consultas agrícolas e conferências agrícolas (BRASIL, 1910).

Feitosa (2006) pondera que cada vez mais ficava evidente, para as novas demandas produtivas, a necessidade de formação de trabalhadores rurais e mão de obra qualificada para o trabalho técnico. A preocupação para a formação de sujeitos que iriam atuar na agricultura brasileira, não se deu apenas no âmbito de uma elite agrária, e sim nos diversos setores da economia, visto que era necessário agir sobre a população ignorante, sem os valores e comportamentos almejados pelo período, de modo a produzirem indivíduos capazes no trabalho agrícola. Assim, em 1918, foram criados os patronatos agrícolas²⁴

que tinham por objetivo principal o aproveitamento de menores abandonados ou sem meio de subsistência, aos quais seriam dados o curso primário e o profissional. Porém, a criação destes patronatos encontra-se intimamente ligada ao regime de colonato, já que no decreto de sua criação, Dec. 12.893 de 20/02/1918, estava prevista ‘a posse de um lote de terras, em determinado núcleo colonial, livre de despesas e mais a quantia de duzentos mil réis’ para os alunos que concluíssem o curso profissional com aproveitamento. Assim sendo, o ensino agrícola cumpria algumas funções importantes, como a de fornecer mão-de-obra especializada e barata para os grandes fazendeiros; a de aumentar a oferta de gêneros de alimentação básica; a de evitar a migração do campo para a cidade; e a de servir como um meio correcional para seus alunos internos, que executavam serviços no campo, como castigo, dentro de uma linha rígida de conduta (SIQUEIRA, 1987, apud FEITOSA, 2006, p. 78).

Os Patronatos ficavam sob a responsabilidade da União. Deveriam atender, principalmente, aos menores abandonados e delinquentes, só depois ofereceriam vagas para filhos de agricultores, ofertando formação de mão de obra agrícola, além de funcionarem como instituições regeneradoras da infância desvalida (CIMINO, 2013).

²³ Nilo Procópio Peçanha, advogado por profissão, nasceu em 02.10.1867, Campos – RJ. Foi presidente do Brasil de 14.06.1909 a 15.11.1910. Faleceu em 31.03.1924, no Rio de Janeiro.

²⁴ Os primeiros Patronatos Agrícolas foram criados pelo Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, e ficavam sob a responsabilidade da União.

Faria Filho (2001, p. 17) assevera que

a temática da incorporação dos “pobres”, dos trabalhadores, do povo à República [...] é apresentada como uma das principais justificativas, ao lado da formação do trabalhador e do combate à criminalidade, para a maioria das reformas na área da educação e dos diversos documentos referentes à assistência à criança abandonada.

Para o pesquisador, essas instituições assumiam basicamente dois aspectos assistencialistas, quando buscavam a regeneração das crianças, por meio de um rigoroso código disciplinar e educativo, quando voltado para o aprendizado das técnicas e práticas agrícolas, formando trabalhadores que impulsionariam a economia do país. Pelo seu caráter assistencialista, a partir de 1934, os patronatos deixam de fazer parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e passam a ser subordinados pelo Ministério da Justiça.

No final da Primeira República, os anseios por mudanças em diferentes campos refletiram na esfera educacional, com o surgimento do movimento Escola Nova ou Pioneiros da Escola Nova, que apresentava novas propostas para a educação, atendendo a certos anseios do povo brasileiro. Neste período, o Brasil se apresentava com um percentual alto de analfabetos chegando a comprometer as eleições, visto que o voto era facultado apenas ao alfabetizado.

A partir dos anos de 1930, o governo de Getúlio Vargas romperia com a política de alternância no poder entre paulistas e mineiros. Neste momento, as propostas dos escolanovistas ganharam corpo em alguns estados brasileiros, proporcionando alterações na educação, que mesmo apresentando-se como algo que fora pensado por educadores, tinha nos seus moldes a divisão da educação técnica para os trabalhadores e a educação acadêmica para a elite. As Leis Orgânicas, criadas aos longos dos governos de Vargas, foram a marca do seu ministro da educação Gustavo Capanema²⁵. De acordo Hilsdorf (2007, p.102),

[...] essas reformas de Capanema evidenciaram a típica “situação de compromisso” da Era Vargas: elevava-se o técnico-profissional na estrutura vertical do ensino, pareando-o com o nível do ginásio e do colégio, para preservar-se o elitismo do acadêmico. Pode-se dizer que essa medida era destinada a promover o desenvolvimento econômico sem modificar a ordem social. [...]

²⁵ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se Advogado. Foi designado Ministro da Educação e Saúde de julho de 1934 a outubro de 1945. Apoiou os partidos: Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (Arena). Morreu no Rio de Janeiro, em 1985.

Por ser explicitamente destinada às camadas populares, especialmente ao setor de industrialização, a criação de instituições voltadas ao ensino formador não afetou na mudança social do trabalhador agrícola, pois era evidente a desvalorização da agricultura e, consequentemente, do ensino agrícola, quando comparado ao ensino industrial. As prioridades do Governo Vargas ficam claras quando, após a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, o ensino agrícola continuava vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e ao instituir a reforma do ensino em 1942, pelo Decreto da Lei Orgânica do Ensino Industrial, novamente exclui o ensino agrícola, que só passaria a ser incluído na legislação, em 1946, com a instituição da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, pelo Decreto-Lei n. 9.613, em 20 de agosto de 1946, com o Governo Dutra²⁶. Esta lei merece destaque, pois institucionalizou o ensino agrícola de grau elementar e médio, reestruturando o ensino da área agropecuária, preconizando por meio de seus artigos 1º e 2º, que:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender:

- I. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana.
- II. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra.

III. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Art. 3º O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

- I. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
 - II. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
- III. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

O Brasil contava, nesta época, com mais de cinquenta por cento da sua população analfabeta, segundo Hilsdorf (2007). A “IX Conferência Brasileira de Educação”, de 1945, apresentou uma proposta para a então Assembleia Constituinte, chamada de Carta da Educação Brasileira Democrática, que trazia pontos para a restauração do ensino no país. No entanto, esta não encontrava o apoio necessário, com isso, a universalização da escola e outros pontos importantes foram deixados a parte do documento. A proposta aprovada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1961, fora um projeto escrito por alguns pioneiros da Escola Nova, que encontrou grande oposição na Câmara, principalmente, por parte de Capanema. O debate sobre público versus privado prevaleceu e o

²⁶ Eurico Gaspar Dutra, de carreira militar, nasceu na cidade de Cuiabá (MG) em 18 de maio de 1883. Foi presidente da República 31.01.1946 a 31.01.1951, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD) em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1974.

financiamento da escola privada pelo poder público também. Para Germano (2005, p. 195-196), essa tendência, que desde a Constituição de 1934, permitiu ao Estado a isenção de impostos a estabelecimentos de ensino privado, alcançou notável expansão a partir do golpe de 1964. Diante disso, o Estado facilitou as condições legais para a privatização e transferência de verbas públicas para a rede particular, restringindo, assim, sua responsabilidade com a educação pública.

A partir de 1950, novos cursos de educação profissional começaram a surgir no Brasil seguindo o modelo americano, devido aos programas de cooperação técnica do Brasil com os Estados Unidos, MEC/USAID. Esses acordos, estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID), tinham como objetivo promover a reforma do ensino brasileiro e com o governo civil-militar, passaram a funcionar como uma forma de inserção de controle norte-americano também no campo educacional, o que reforçaria a dependência brasileira junto ao sistema capitalista mundial.

Os acordos MEC/USAID faziam parte de uma política de alinhamento com os Estados Unidos, adotada e reforçada pelo regime militar, por meio de alianças entre a elite brasileira e capital internacional. A principal estratégia desses acordos era a assessoria americana em projetos e diretrizes implantadas nas instituições brasileiras, auxiliando nas reformas de todos os níveis de ensino. Tal fato era uma forma de garantir o controle, não só no sistema de ensino, como também nos demais setores da sociedade, por meio da repressão da ditadura desde os movimentos estudantis, até a formação de profissionais da educação e aplicação de reformas de ensino consideradas necessárias pelo regime.

Esses acordos faziam parte de iniciativas do governo para iniciar e administrar reformas educacionais e sociais, especialmente na área agrícola. Nesse período, os administradores dos órgãos educacionais brasileiros, cujos objetivos políticos e econômicos se estreitavam, tentaram conciliar o modelo político nacional desenvolvimentista com o modelo econômico de substituição das importações abrangendo a participação do capital estrangeiro. Com esse cenário político, surgiram novas diretrizes para o ensino agrícola, a fim de torná-lo mais adequado às novas demandas que se inseriam no processo de produção brasileiro, de forma que

No plano educacional, o governo militar, seguindo o lema ‘Segurança e Desenvolvimento’, norteou os planejamentos tendo como meta alcançar o desenvolvimento através da educação. A base teórica foi dada pela Teoria do Capital Humano, que trouxe todo discurso da educação como investimento, incentivando a qualificação profissional e vinculando a educação à formação de mão de obra. Neste sentido, o saber técnico foi-se desvinculando do político e do social, esvaziando-se e diluindo-se os conteúdos educacionais (SIQUEIRA, 1987, p. 61).

Os chamados governos do desenvolvimento, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros e João Goulart²⁷, trouxeram ao país um investimento na economia ora pela via da internacionalização ora pela nacionalização, buscando promover um crescimento econômico que ficara na mão de poucos e a divisão de renda continuou fabricando uma parcela significativa de marginalizados. Quanto à educação, as reformas produzidas atendiam aos interesses e influências internacionais, uma vez que a estrutura da educação era baseada nos modelos norte americano.

A partir de meados da década de 1960, a agricultura no Brasil passou por uma transformação, principalmente naquilo que diz respeito à sua organização produtiva. Segundo Delgado (1985 apud FEITOSA, 2006), tal organização surgiu decorrente das relações do setor agrícola com a economia urbano-industrial. Ela enfatizava a diversificação e aumento da produção, buscando a superação dos desafios da industrialização e da urbanização aceleradas, bem como a consolidação do complexo agroindustrial, com base na agricultura brasileira.

Com o processo de industrialização da agricultura, ocorrido a partir da década de 1960, conhecido de Revolução Verde²⁸, e a inserção no processo de produção agropecuária de novas exigências de aumento da produtividade, baseada na incorporação de insumos industrializados, requereria, também, a presença de profissionais capacitados para as demandas do setor. Ou seja, formação de técnicos agrícolas voltados para a nova estrutura que estava se formando. Então, surge a Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário, COAGRI, órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura.

Em 1961, entra em vigor a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/61), que estabelece o ensino em três fases: primário, médio e superior. O ensino médio era composto de dois ciclos: ginásial e colegial, como anteriormente. As escolas de iniciação agrícola e mestria agrícola se agruparam sendo chamadas de Ginásio Agrícola, mantendo a emissão do certificado de Mestria Agrícola. Já as escolas agrícolas do segundo ciclo passaram a ser chamadas de Colégios Agrícolas, emitindo, somente, o título de Técnico em Agricultura.

²⁷ João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como "Jango", nasceu em 1 de março de 1918, São Borja, Rio Grande do Sul. Advogado e político brasileiro. Foi presidente de 1961 a 1964. Faleceu dia 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, Argentina.

²⁸ Segundo Feitosa (2006), a Revolução Verde pode ser definida como o processo de transformação que sucedeu na agricultura brasileira, com um discurso base de aumento da produtividade para saciar a fome do mundo, tendo como principais características o aumento do uso de fertilizantes químicos na lavoura, reposição de nutrientes ao solo, calagem, aplicação de herbicidas e agrotóxicos, uso de máquinas, implementos, sistema de irrigação e sementes selecionadas, além de créditos rurais facilitados.

Com a demanda das escolas agrícolas, e impulsionado pelo art. 59 da LDB de 1961, que previa a criação de cursos especiais de Educação Técnica, visando à formação de docentes para o quadro das escolas técnicas, foi criado o curso de formação de professores da educação agrícola na Escola de Educação Técnica, junto às Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária (onde hoje funciona a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

O golpe civil-militar de 1964 comprometeu, ainda mais a educação, pois a repressão instalada no país permitiu o atrofiamento das correntes de intelectuais e populares que discutiam a educação do País. A responsabilidade pela melhoria de vida recaia mais uma vez sobre o trabalhador, ou seja, ele seria responsável pelo seu próprio sucesso. A ideia de investimento em si, em sua própria educação, era respaldada pela Teoria do Capital Humano²⁹ que beneficiou basicamente a nação de idealizadores, norte-americanos e às agências financeiras internacionais. Estas, por sua vez, além de receberem seus empréstimos com altos juros, a mão de obra formada tornar-se-ia o mercado consumidor. É importante salientar que este período fora marcado pela rentabilidade, visto que os estudantes saíam da escola em pouco tempo para ocuparem uma vaga no mercado de trabalho, já treinados para atender as necessidades mercantis. Segundo Hilsdorf (2007, p. 124)

[...] as soluções apresentadas nesses programas envolviam, em primeiro lugar, os aspectos quantitativos do sistema escolar, buscando obter mais rentabilidade com maior economia de recursos; e, em segundo lugar, os aspectos qualitativos, promovendo treinamento de pessoal, uso de aparelhagem e reorganização curricular para formar pessoal para as empresas em expansão. Essas marcas são evidentes nas reformas de ensino desencadeadas em diversos países por atuação desse tipo de “ajuda internacional para a educação”.

De acordo com Cunha (1985), o Regime Militar reforçou seu foco na educação como estratégia de intimidação e desmobilização, percebendo nela uma boa oportunidade de atingir uma totalidade e enfraquecer a força popular. Com isso, evitaria confrontos e combateria o comunismo.

Em atendimento à LDB de 1961, que só considerava o ensino militar como sendo de regime especial, a SEAV é transferida para o MEC e recebe o nome de Diretoria de Ensino Agrícola (DEA), em 1967. Ela é extinta em 1970, após a criação do Departamento de Ensino Médio (DEM), que reuniu as diretorias do ensino agrícola, comercial, industrial e secundário. Nesse período, o MEC implantou a metodologia da Escola-Fazenda, baseada no princípio “aprender a fazer fazendo” (MEC-COAGRI, 1980, p.9).

²⁹ A “teoria do capital humano”, segundo Germano (2005), estabelece um vínculo direto entre educação e mercado de trabalho, educação e produção.

Com a Lei n. 5.692/71, vieram à tona medidas ainda mais rígidas do Regime, além da permanência do ensino religioso, o aparato técnico e financeiro à iniciativa privada, que estabeleciam percentuais mínimos de colaboração e a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com o intuito de atender as classes menos favorecidas e firmar legitimidade. Germano (2005) destaca entre outras pretensões, o ensino voltado para o grau técnico com a criação do 2º grau profissionalizante e o 1º grau que passa a ter oito anos invés de quatro, também com o intuito de ampliar a força de trabalho.

Dessa forma, não havia oposição significativa, pois os grupos de pressão foram desarticulados com a promessa da redução das desigualdades sociais e promoção da melhoria de oportunidades para todos. Destarte, a transferência de uma grande parcela dos recursos para o setor privado, concedendo a tais instituições de ensino, isenção fiscal, altos empréstimos e bolsas de estudos pagas com dinheiro público para manter alunos, supostamente sem condições, nas instituições de ensino privado, demonstrou o descomprometimento do governo com a educação pública.

Em 1973, a partir da Lei n. 5.692/71, que transformou o ensino de segundo grau em ensino profissionalizante, para atender às necessidades do país, definiu-se, no Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de Segundo Grau, que este deveria formar um profissional que pudesse ser explorado nas atividades de produção e cultivo e para o setor da comercialização, ou seja,

No que se refere ao setor primário da economia, a prioridade de formação de mão de obra para atender à conjuntura atual do país recaiu na formação de um técnico que possa colaborar na solução dos problemas de abastecimento, produzindo gêneros de primeira necessidade e matéria-prima de melhor qualidade e da maneira mais econômica para a indústria, procedendo assim como agente de produção. Simultaneamente, o mesmo profissional poderá atuar como agente de serviço para atender ao mercado de trabalho, junto às empresas que prestam serviços aos agricultores (ARAGÃO, 1975, apud FERREIRA, 2002, p. 102).

Como já informado anteriormente, em 1975, é criada a COAGRI, com a finalidade de coordenar a educação agropecuária, em nível de segundo grau, no Sistema Federal de Ensino, mantendo como princípio de funcionamento o sistema Escola-Fazenda.

O sistema escola-fazenda, tal como vem sendo desenvolvido, é concebido como metodologia de ensino que busca a formação integral do jovem, à medida que se desenvolve o conhecimento técnico e humanístico, familiarizando-o, ao mesmo tempo, com as atividades que encontrará no exercício profissional. Desta forma, a escola-fazenda deverá funcionar como um laboratório de prática e produção, com a finalidade didática de auto-manutenção do estabelecimento, cujo processo de ensino-aprendizagem baseia-se no princípio do ‘aprender a fazer e fazer para aprender’ (MEC-COAGRI, 1980, p.10).

A COAGRI é extinta no ano de 1986, passando para a Secretaria de Ensino de 2º grau (SESG) - sua equivalente atual é a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), a subordinação do ensino técnico agrícola. Desde então, o ensino agrícola de nível médio é tratado no conjunto dos demais cursos técnicos, sem que haja algum espaço específico e formal de coordenação dessa modalidade de ensino, na estrutura de Estado. Vejamos agora, como o ensino agrícola em Rio Verde foi impactado pelas políticas descritas anteriormente.

2.3 O ensino agrícola em Rio Verde – GO

Desde a década 1920, o município de Rio Verde buscava uma formação profissional agrícola para a região, a fim de que se capacitasse profissionais que atendessem às necessidades do principal setor econômico da época: a agropecuária. Neste sentido, em 1925, foi criado o Colégio Novaes, de propriedade de Eleuthério de Sousa Novaes e, depois, a Escola Prática de Agricultura. Ambas são fechadas por falta de recursos.



Figura 3 - Foto da sala de Exame de Agricultura e Sericultura do Colégio Novaes
Exame de Agricultura e Sericultura do Colégio Novaes

Fonte: (CUNHA NETO, 1988, p. 192).

A foto acima representa um ambiente uniforme e organizado, propício para ser registrado. Se analisado com mais cuidado, percebe-se o contraste de representação dos alunos e professor ou examinador, vestidos com rigor, postura ereta e sisuda, com a imagem da sala de exames, que mantém uma quantidade enorme de materiais e pouco espaço físico para as atividades práticas.

O Patronato Agrícola de Rio Verde apareceu na lista de “estabelecimentos comerciais e anúncios da década de 40”, com o seguinte anúncio:

Primeiro estabelecimento de ensino rural installado em Goyas. Ensino gratuito a alunnos que hajam concluído o curso nos Grupos Escolares de preferência filhos de agricultores. Cursos práticos e demonstrativos sobre lavoura em geral, criações, economia doméstica, hygienne rural, etc (CUNHA NETO, 1988, p. 201) (*sic*).

O Decreto n. 1.726, de 24 de fevereiro de 1937, de autoria do deputado estadual Campos Júnior (1935), regulamentou o Patronato Agrícola de Rio Verde, com a seguinte determinação:

Art. 1º É criado no Município de Rio verde um Patronato Agrícola.

§ único. O poder executivo fica autorizado a regulamentá-lo e a despender com o seu custeio a importânciа de 32.220\$000.

Art. 2º Para concorrer as despesas resultantes desta Lei fica destinada a verba item 114 do Art. 6 do orçamento atual.

Art. 3º Fica o executivo autorizado a entrar em entendimentos com o Governo Federal para obter os favores imprescindíveis à vida do Patronato.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1936, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1937).

Em entrevista publicada no Correio Oficial de 22 de outubro de 1936, o coletor estadual, Natanael Luiz Cruvinel, afirmava que “o problema educacional de Rio Verde tem merecido, quer por parte da administração municipal quer da estadual, o maior carinho” (CRUVINEL, 1936, p. 4). Ele destacava a iniciativa municipal de construção de escolas rurais como o Patronato Agrícola de Rio Verde:

O prefeito Santa Cruz presta à instrução patriótica assistência criando escolas rurais e auxiliando as particulares. O Patronato Agrícola, recentemente criado pelo Governo do Estado, acha-se em sua fase de instalação. Está encarregado de sua organização o Dr. Theodoro Emerich, técnico no assunto que está dedicando a esse educandário profissional o melhor de seus esforços. A Escola Normal de Rio Verde, sob direção da Srta. Otilia Emerich, consagrada educadora paulista, contando com um corpo docente aprimorado, alcançou esse estabelecimento uma matrícula elevada depois de sua oficialização. O Grupo Escolar conta com elevada matrícula (CRUVINEL 1936, p. 4).

O mesmo Decreto de sua criação aprovou seu Regulamento, determinando no capítulo I, art. 1º, que o Patronato Agrícola de Rio Verde, estado de Goiás,

Destina-se a ministrar o ensino rural nos seus graus elementar e profissional, orientando crianças pobres, de ambos os sexos, nos assuntos de imediata solução e possível aplicação nas zonas rurais de maneira que se tornem perfeitos conhecedores do seu meio, promovendo assim o melhor desenvolvimento e saibam aproveitar todos os seus recursos e disponibilidades (GOIÁS, 1935).

Apesar da regulamentação de que seria uma orientação profissional para ambos os sexos, não foi registrado nenhuma matrícula do sexo feminino, fato justificado por Pires (2004), como condição inaceitável para as famílias das jovens rio-verdenses.

O Patronato instalou-se no distrito de Riverlândia, município de Rio Verde, na fazenda Cabeleira, sendo transformado em 1938, em Escola Profissional Rural. Depois, quando a Escola foi transferida para a periferia da cidade, a propriedade passou a funcionar como Fazenda de Produção do Ministério da Agricultura. Quanto às atividades da Escola Profissional Rural, Nepomuceno (1994, p. 110) esclarece que:

Pelo Decreto-Lei nº 225, de 22 de janeiro de 1938, este patronato passou a denominar-se Escola Profissional Rural, e tinha como objetivo a habilitação de seus alunos para uma ...vida de intensa atividade... para a verdadeira vida dos campos..., procurando encaminhar os alunos ao aproveitamento econômico e racional das possibilidades agrícolas e pastoris da região onde... [reponhava]... o futuro de Goiás. Esta escola teve 53 alunos em 1937, passando esse número para 80 no ano seguinte. Segundo fontes oficiais, em 1940 esta instituição já se encontrava devidamente aparelhada para difundir o ensino a que se destinava, exercendo uma influência considerável nos meios agrícolas e pecuários do sudeste goiano, através inclusive de um órgão oficial próprio – a Folha Rural.



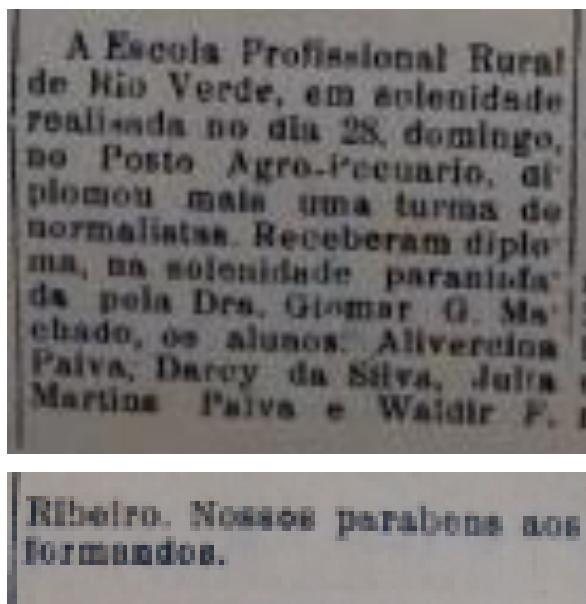
Figura 4 - Escola Profissional Rural de Rio Verde.

Fonte: (GUIMARÃES, 1939)

Como a foto registra, a Escola Profissional ocupava um edifício simples e modesto, instalado na periferia da cidade. Possuía amplas janelas e apresentava uma estrutura singular.

O escritor rio-verdense Oscar Cunha Neto, na obra “Rio Verde apontamentos para a sua história”, destaca que, em 09 de novembro de 1935, era criado o patronato Agrícola de Rio Verde, passando em 18.01.1938 a ser denominada Escola Profissional Rural de Rio

Verde, sendo extinta em 18.03.1940. De acordo com os registros encontrados, tendo o governador de Goiás decretado a extinção do estabelecimento, seu diretor, Manoel Alves de Almeida, opinou pela manutenção da Escola em caráter particular, desde que o Governo de Goiás lhe concedesse um auxílio financeiro e material, como bens adquiridos para educandário. Neste período, a escola passou a oferecer também o Curso Normal. A falta de fontes não possibilitou o registro, com exatidão, do tempo de funcionamento da Escola Profissional, porém o Jornal “Folha do Sudoeste” de 2 de dezembro de 1954, apresentava um convite para a solenidade de formatura de um grupo de normalistas. O que nos leva a deduzir que, apesar da falta de recursos públicos, a educação profissional nesta escola ainda foi oferecida por um tempo considerável, em caráter particular. O que significou retrocesso para a educação do município, sendo definitivamente extinto algum tempo depois, por falta de recursos.



A escola Profissional Rural de Rio Verde, em solenidade realizada no dia 28, domingo, no Posto Agro-Pecuário, diplomou mais uma turma de normalistas. Receberam diploma, na solenidade parainfada pela Dra. Giomar G. Machado, os alunos: Alivercina Paiva, Darcy da Silva, Julia Martins Paiva e Waldir F. Ribeiro. Nossos parabéns aos formandos (Texto transscrito do original).

Figura 5 - Convite de formatura de normalistas da Escola Profissional Rural.

Fonte: Arquivo de Maria José Martins (JORNAL FOLHA DO SUDOESTE, 1954).

A educação no município de Rio Verde representa a realidade geral do Estado de Goiás que ansiava por uma política educacional que contemplasse a sociedade local. Sendo assim, o Ginásio Agrícola de Rio Verde nasceu com o objetivo de qualificar mão de obra necessária ao processo econômico que se instalava na região, e esta surgia como educação profissional. Por conseguinte, com o objetivo de estimular a implementação do ensino na área de agropecuária na região, em 1967, o Estado repassa um edifício construído com recursos próprios, para o Ministério da Agricultura, nomeando o então Diretor do Ginásio Agrícola de

Urutaí – Goiás, Júlio Brandão de Albuquerque³⁰, para receber o prédio e providenciar a organização do curso ginásial.

Nesse período, a escola de Urutaí, no Sudeste Goiano, foi fechada, transferindo todos os alunos para Rio Verde. A escola neste município começou a funcionar em 2 de maio 1967, autorizada pelo Ministério da Agricultura por meio de um telegrama, enviado em 27 de abril de 1967, ainda com a denominação de Ginásio Agrícola, em decorrência da Lei n. 4.024. Na escola, ministram-se as quatro séries do 1º Ciclo (ginásial), certificando o aluno como Mestre Agrícola. Segundo Ferreira (2002, p. 123), o colégio atendia aos princípios filosóficos do sistema escola-fazenda³¹.

A concepção pedagógica, princípios e objetivos formativos desse sistema, visavam a formação profissional de trabalhadores para as grandes empresas do complexo industrial. Baseava-se na necessidade econômica e política do setor agrícola de dispor mão de obra tecnicamente qualificada, adequada aos novos procedimentos da agricultura de grande porte.



Figura 6 - Prédio do Colégio Agrícola na década de 1960.

Fonte: (CARVALHO, 1960-1969).

A escola era situada na zona rural da cidade. Na época, ficava a uma distância de seis quilômetros do centro. Conforme se constata pela fotografia (Figura 6), contava com uma boa estrutura física, porém sem infraestrutura para atender as necessidades de todos os alunos e

³⁰ Veterinário já aposentado do Ministério da Agricultura e Professor ativo no ano de 1966.

³¹ O princípio: “aprender a fazer e fazer para aprender”. (MEC/DEM/CENAFOR. Escola Fazenda, p.1, s/d), que serão abordados mais profundamente no capítulo II.

funcionários. A região ainda era cercada pela vegetação do campo, uma cerca de arame farpado fechava o prédio, sem calçamento nem pavimentação das vias.

O curso inicial ministrado no CARV foi o Ginásial Agrícola, legitimado pela LDB n. 4.024 de 1961, que definia o curso ginásial com duração de quatro anos, com disciplinas do curso ginásial e específicas da área técnica:

Art. 47. O Ensino Técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas do ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa (BRASIL, 1961).

O Colégio Agrícola, portanto, passaria a funcionar em região periférica da cidade de Rio Verde, conforme se pode observar pela Figura 7 que segue:

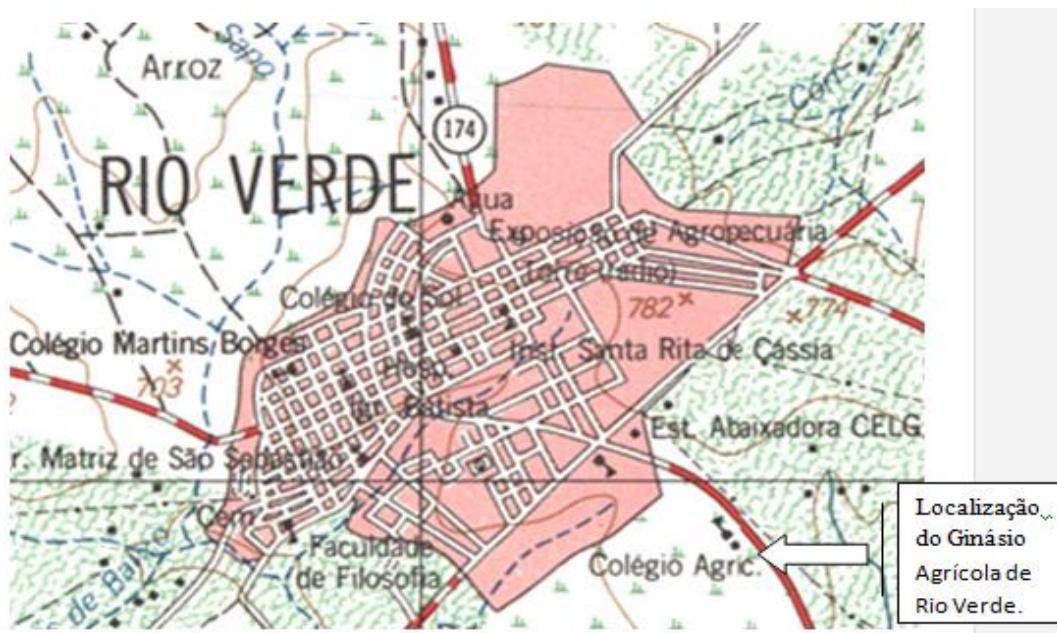


Figura 7 - Mapa da cidade de Rio Verde em 1974.

Fonte: Memorial da Cidade de Rio Verde (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, 1974).

De acordo com o Decreto n. 62.178, de 25 de fevereiro de 1968, com base no Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, a escola passa a denominar-se Colégio Agrícola de Rio Verde, vinculando-se ao Ministério da Educação. No Colégio, ministram-se as três

séries do 2º Ciclo (colegial), conferindo o diploma de Técnico em Agrícola³², extinguindo gradativamente o curso ginásial³³. Esse Decreto provia sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades:

[...] Art. 5º São autorizados a funcionar como colégios o Ginásio Agrícola de Rio Verde, em Goiás e os Ginásios Agrícola de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e de Rio Pomba, em Minas Gerais e, como Centro de Formação de mão de obra qualificada em pecuária, o Ginásio Agrícola de Urutaí, em Goiás (BRASIL, 1968).

Pelo Decreto n. 3.935, de 04 de setembro de 1979, o Colégio Agrícola de Rio Verde foi transformado em Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO. Nele, oferecia o Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária, em nível de segundo grau (Ensino Médio), como curso regular, com duração de 03 anos, coadunando com a realidade econômica regional.

Em 1981, em consonância com o II Plano Setorial de Educação e Cultura, o MEC, autorizou o Colégio a ministrar o ensino técnico, modalidade supletivo, para o curso Técnico Agrícola com habilitação em Agricultura e em Leite e Derivados. Com isso, a Escola passaria a ter uma importância, ainda maior, no processo de qualificação e formação de recursos humanos para a região Centro-Oeste.

A Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO, com a Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993, passa a ser autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnologia. O período de expansão dos cursos técnicos na instituição foi implantado a partir de 1997, com a Reforma da Educação Profissional, por conta de convênio com o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por intermédio do Ministério Educação. Por meio desse Programa, foram oferecidos, inicialmente, os cursos de Técnico em Zootecnia e Agroindústria, além de cursos de curta duração, de qualificação e requalificação profissional, atendendo às demandas específicas das empresas e do mercado de trabalho em geral.

A transformação da Escola Agrotécnica Federal de Verde - GO em Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde - GO ocorreu em 18 de dezembro de 2002. Foi um passo de grande relevância para a região, uma vez que expandiram as possibilidades no que diz respeito à verticalização da oferta de cursos e vagas.

³² O curso “Técnico Agrícola” teve sua denominação alterada em 1976, passando a denominar-se “Técnico em Agropecuária”.

³³ O curso “Ginasial Agrícola” foi extinto, definitivamente, em 1971.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde, Urutaí, Morrinhos e Ceres, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram transformados em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, agregando ainda o câmpus de Iporá, numa única instituição. Atualmente, o IF Goiano - Câmpus Rio Verde – oferta, além dos cursos técnicos, educação de jovens e adultos (PROEJA), cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura, cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e com a primeira turma de doutorado em 2013.

3 COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE: IDENTIDADE INSTITUCIONAL EM CONSTRUÇÃO

Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso (CORA CORALINA, 1985).

3.1 Contexto sócio-histórico da expansão da produção/fronteira agrícola para o sudoeste do Estado

No contexto nacional, Goiás foi, por muito tempo, considerado um estado “atrasado”, se comparado com as regiões sul e sudeste, tanto pela baixa densidade demográfica, como pela falta de desenvolvimento, seja política, econômico ou educacional de sua população. A expansão da fronteira agrícola, iniciada no sul e sudeste do estado, proporcionou um crescimento econômico considerável para o Estado.

As regiões sul e sudeste desse Estado foram as pioneiras no progresso econômico em âmbito nacional no que tange à pecuária. Desse modo, ao longo do século XX, este setor da economia foi beneficiado com a chegada dos trilhos da estrada de ferro na década de 1920, possibilitando o crescimento da atividade de criação e transporte do gado.

Nesta época, a cidade de Urutaí, ainda distrito de Ipameri, foi uma das beneficiadas com a ferrovia e, como tal, despontava economicamente em relação ao Estado.

Urutaí foi o nome que a Companhia Estrada de Ferro de Goiás deu à sua penúltima estação, nesta primeira etapa da construção da linha. Estação inaugurada em 1914, no município de Ipameri. Urutaí se desenvolveu como cidade a partir de um dinâmico centro comercial, produtor e exportador de bens agropecuários. Localizada numa zona de terras férteis, Urutaí contava com as maiores fazendas de gado do município de Ipameri e era a estação que se localizava mais próximo às grandes fazendas da região, o que ressalta o papel econômico do povoado (BORGES, 2000a, p. 106).

O desenvolvimento do município foi favorecido, pelo Decreto n. 13.197, de 25 de setembro de 1918, com a implantação de uma Fazenda Modelo de Criação, na região de Urutaí. O objetivo era de promover o melhoramento genético do gado da região e, consequentemente, irradiar o desenvolvimento da pecuária no Estado de Goiás. Com isso, abriram possibilidades de melhorias da pecuária no estado, o qual se consolidou como abastecedor do mercado das grandes cidades, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir do final da década de 1930, houve uma descontinuidade da política agrícola nacional e nos investimentos, desarticulando as atividades desenvolvidas pela Fazenda Modelo de Urutaí, principalmente pela transferência do veterinário responsável pelos projetos

para outra unidade. Assim, a Fazenda deixou de ter o mesmo desempenho na produção de animais, não cumprindo seus objetivos de forma eficiente, como de origem, apesar de apresentar toda uma estrutura física para tal finalidade ou similar. O que foi solicitado por um político da região: A Transformação da Fazenda Modelo de Criação em uma Escola Agrícola.

Para Borges (1994), as transformações socioeconômicas, estimuladas pelos trilhos, foram lentas e desiguais, pois estavam vinculadas à economia cafeeira e à expansão da fronteira agrícola. Porém, não há dúvida do papel desempenhado pela ferrovia no crescimento do estado de Goiás, encorajando o avanço da produção agrária goiana e a instalação de agroindústrias na região.

A partir dos anos de 1930, o país entra na ‘Era Rodoviária’, atendendo às mudanças e aos interesses da economia do capital internacional, pois “a evolução dos transportes no Brasil esteve estreitamente ligada à divisão internacional do trabalho e ao modelo de modernização dependente do país” (BORGES, 1994, p. 37).

Neste período, a região do Sudeste Goiano enfrentou uma estagnação em seu crescimento econômico, só começando a se restabelecer a partir de 1970.

Dessa forma, o Sudeste que, com seu centro maior em Catalão, protagonizara o crescimento demográfico, comercial e mesmo agrícola nas três primeiras décadas do século, a partir de 30 vai ficando num desvio da corrente de modernização, que, em ritmo acelerado vai transformando Goiás (PALACIN; CHAUL; BARBOSA, 1994, p. 179).

A Fazenda Modelo de Criação deu origem à Escola Agrícola de Urutáí, em 1953, por meio da Lei n. 1.923, de 28 de julho de 1953. De acordo com Issa (2014, p. 33), “essa transformação foi justificada pela possibilidade de atração de benefícios para Goiás, já que este Estado não possuía nenhuma escola agrícola direcionada pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola e que fosse mantida pelo governo federal”.

O objetivo inicial da implantação da Escola era orientar os trabalhadores agrícolas do Brasil Central, conforme argumentação do parlamentar, em discurso no Congresso Nacional:

Sendo um estado agrícola por excelência, onde ainda encontram uma das maiores reservas de matas do país, é claro que se impõe a criação imediata, inadiável não de uma, mas de várias Escola Agrícolas, que orientem científicamente os trabalhos de milhares de brasileiros que se dedicam à lavoura na férteis regiões do Brasil Central, muitas das quais ainda não pisadas pelo homem civilizado (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1951, p. 11.581-11.582).

A criação da Escola Agrícola foi de grande importância para o cenário social e econômico da época, uma vez que serviu para preparar trabalhadores, reforçando os vínculos

com as atividades rurais, colaborando com a proposta de redução do êxodo rural e garantindo a manutenção de mão de obra.

O Sudeste Goiano, até meados de 1940, cumpriu um importante papel no desenvolvimento econômico do estado de Goiás, devido à sua posição geográfica e vias de transportes, já que a ferrovia cortava quase toda a região. Segundo Borges (2000), no livro Goiás nos Quadros da Economia Nacional (1930-1960), neste período, outras regiões do estado buscaram novos processos de ocupação e produção, provocando, nos municípios da região, uma expansão da pecuária sobre a agricultura. Tal fato causou o êxodo rural da população, sendo forçada, pela falta de terras de cultivo (BORGES, 2000a, p. 103), a buscar outras regiões para o cultivo.

Na verdade, houve no estado uma recomposição do espaço agrário após 1940. A fronteira agrícola avança para o sudoeste e o Mato Grosso Goiano, abrindo novas frentes de expansão e especialização agrícola. [...] O rápido esgotamento do solo das áreas pioneiras levou ao abandono progressivo da zona da estrada de ferro e à ocupação de novas áreas nas fronteiras oeste e central do estado. Assim, os anos de 40 e 50 marcaram o recuo na ocupação das terras do vale do Corumbá, em busca dos solos de mata dos vales do São Patrício e do Paranaíba (BORGES, 2000a, p. 99).

A região Sudoeste, neste período, com o aumento do cultivo intensivo do solo e melhoria das pastagens, passa a ser considerada como local de desenvolvimento e oportunidades, deixando a região Sudeste em segundo plano na economia goiana.

No município de Rio Verde, por exemplo, onde crescia a especialização da produção agrícola e iniciava-se um processo de modernização no campo, em dez anos a área cultivada se elevou de 11.200 para 31.362 ha. Em contrapartida, no município de Jataí, registrava-se um decréscimo da ordem de 30% da área agrícola. Apesar desse aumento registrado das áreas cultivadas e do início da tecnificação das lavouras de exportação em algumas regiões do sul do Estado, o crescimento agrícola no seu conjunto, continuou muito instável e desigual ao longo do período. Na década de 40, os números assinalaram uma acentuada oscilação na área total cultivada e um relativo aumento de preço dos produtos agrícolas. Segundo o Boletim Estatístico do IBGE, de fevereiro de 1945, a agricultura ainda não pesava muito na economia estadual. Apesar do crescimento da produção de arroz, milho, algodão, café, fumo e outros produtos, a sociedade goiana ainda vivia do boi (BORGES, 2000a, p. 104).

Dentre os diversos fatores que favoreceram a estagnação dos municípios do Sudeste Goiano, Borges (2000a) destaca: a expansão dos meios de circulação nas demais regiões do Estado, sendo a ferrovia praticamente substituída pelas rodovias a partir da década de 1950; a

construção de Goiânia e a predominância da produção agrícola pelos municípios do Sudoeste e Mato Grosso Goiano³⁴.

Logo estas regiões assumiram a liderança no processo de produção e especialização agrícola. Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, o mato grosso goiano (sic) produziu, em 1959, cerca de 26% do arroz, 34% do milho, 48% do feijão e 68% do café produzidos em Goiás. Assim, o rápido esgotamento do solo das áreas pioneiras levou o abandono progressivo da zona da Estrada de Ferro e à ocupação de novas áreas na fronteira oeste do Estado (BORGES, 2000a, p. 258).

Além disso, no governo de Juscelino Kubitschek, Goiás foi favorecido pelo seu Plano de Governo, implantando uma rede de estradas, interligando a nova capital do Brasil às demais regiões do país.

O sudoeste goiano, favorecido pela posição geográfica e pela penetração de vias de transportes, foi o primeiro a integrar-se à fronteira agrícola, começando a se destacar no cenário político estadual por sua força econômica e pelo respaldo político de Pedro Ludovico Teixeira. Segundo Machado (1990, p. 94), Pedro Ludovico nasceu na cidade de Goiás, cursou medicina no Rio de Janeiro e iniciou, em 1917, sua vida política na cidade de Rio Verde, “motivado pelo progresso que atravessava o Sudoeste”.

Sua trajetória política, inclusive com participação ativa na Revolução de 1930, em consonância com o apoio do sogro, o coronel Antônio Martins Borges, também político influente na região, culminou com sua nomeação como interventor do Estado no mesmo ano, permanecendo no poder até 1945, mesmo após a instauração do Estado Novo.

Nesse período, o crescimento populacional do estado se intensificou, junto com a expansão do capitalismo, impulsionado, principalmente pelo setor agrícola e, em grande parte, desencadeado pela migração, geralmente do Centro-Sul do país. Nesse período, Goiás começou a garantir seu processo de desenvolvimento fornecendo produtos agropecuários e matéria prima para os pólos econômicos e importando produtos industrializados, que eram vendidos no mercado local.

O estado passou a integrar, nesse período, o ideário escolanovista³⁵ de reconstrução social pela educação, ideário já difundido em outros estados do país, conforme afirma Nepomuceno (1994). O interventor Pedro Ludovico Teixeira, em sua visão de civilização moderna, tinha como interesse maior a expansão do capitalismo, impondo à população

³⁴ A partir de 1970 a região de Mato Grosso Goiano, passou a ser denominada Centro Goiano (BORGES, 2000b, p. 130).

³⁵ Baseando-se na centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a científicidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno (VIDAL, 2003, p. 497).

valores e comportamentos do sistema. Ele defendia a educação que buscava transformar o homem do futuro num cidadão útil a si mesmo e à sociedade em que estava inserido.

Berman (2006) caracteriza a modernidade como um conjunto de “experiências vitais”, vivenciadas por homens e mulheres que passam a interagir com o ambiente que se transforma a cada dia de forma mais dinâmica, derrubando fronteiras e integrando culturas diferentes. Portanto,

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação, e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo que sabemos, tudo que somos. A experiência ambiental da modernidade, anula todas as fronteiras de geográficas e raciais, de classe e nacionalidade religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambição e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 2006, p. 15).

Em Goiás, esse processo foi impulsionado por diversos elementos que alavancaram sua economia, quais sejam: a construção da ferrovia, em 1913, propiciando maior agilidade no transporte de mercadorias entre Goiás e outros estados; instalação de meios de comunicação mais rápidos e eficazes, como o rádio e telefone, além da melhoria do sistema de correios; e, principalmente, pelo fato de que, após a Revolução de 1930, o interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira voltou sua atenção para o sul e sudoeste do estado, incentivando seu desenvolvimento econômico e a construção de Goiânia.

A representação da modernidade ganha força em Goiás nos anos 30, com a ascensão econômica das regiões sul e sudoeste do Estado, conduzindo ao poder o político Pedro Ludovico Teixeira, médico, político e intelectual, um lídimo intérprete dos interesses desenvolvimentistas dos grupos políticos que pretendiam transformar Goiás em um pólo de desenvolvimento e progresso. A modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regional (CHAUL, 2002, p. 155).

Nesse período, emerge Goiânia, nova capital do Estado. Cidade planejada e construída com o objetivo de sediar o corpo administrativo goiano. Fato que trouxe visibilidade e credibilidade para Goiás, cuja elite aspirava à modernidade de seu estado, destacando-o em relação aos demais estados.

Goiânia representava o veículo de condução político-burocrática capaz de levar o Estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras economicamente mais desenvolvidas do Estado (CHAUL, 2002, p. 213).

Apesar de ser uma ideia já considerada por outros políticos, Chaul (1984) destaca que Pedro Ludovico foi quem a adotou como bandeira de luta e teve, como aliado, dentre outros, o Presidente Getúlio Vargas, que via na mudança, uma necessidade do capitalismo. “seria um sistema trabalhando em perfeita harmonia em prol do desenvolvimento capitalista” (CHAUL, 1984, p. 66).

Pedro Ludovico e seus aliados nas ideias mudancistas³⁶ utilizavam como um dos argumentos mais fortes, a questão da saúde pública, pois, a cidade de Goiás, capital do Estado na ocasião, apresentava sérios problemas como: o saneamento público, a insalubridade do clima excessivamente quente e falta de água potável. Problemas estes que, apesar dos conservadores acreditarem serem fáceis de resolver, não eram os ideais cogitados pelo interventor.

Para Chaul (1984), por trás desses argumentos, podemos observar uma ideologia do progresso, respaldada por ideais burgueses repassados pelas classes médias.

Por isso, Goiânia seria um símbolo de unificação das oligarquias dissidentes, utilizada, até mesmo, como plataforma política em eleições futuras. Era símbolo de unificação das oligarquias do Sul e Sudoeste, cooptadas para e pelo exercício do poder. Torna-se, assim, oportuna a afirmação de que antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia seria uma capital para o Sul e Sudoeste (CHAUL, 1984, p. 82).

A mudança da capital para Goiânia, além de consolidar o poder político do grupo de Pedro Ludovico, permitiu uma maior inserção do Estado na economia de mercado, representando a consolidação do progresso na região e no país. Além disso, concordando com Ramos (2000), com sua arquitetura moderna e planejamento racionalizado, a cidade representava o modernismo em Goiás, rompendo com o atraso e se legitimando como novo grupo hegemônico. Borges (1994) acredita que Goiânia representou o primeiro passo no sentido da ruptura do processo arcaico de organização econômica e política de Goiás.

Essa política implantada em Goiás prosseguiu avançando no território goiano, impulsionando projetos, como: além da construção de Goiânia, a construção de Brasília, nova capital do país em 1960 e, ainda, a expansão de ferrovias e rodovias, interligando o sudeste do estado com demais regiões brasileiras, favorecendo o escoamento de produtos para os mercados consumidores.

Seguindo a lógica da expansão do capital, programas e projetos patrocinados pelo governo estadual e federal, começaram a surgir, buscando promover a interiorização,

³⁶ Definição de mudancista no dicionário de Português: quem é ou era partidário da mudança da capital goiana da Cidade de Goiás para a nova cidade de Goiânia.

povoamento e progresso da região que consideravam como vazios demográficos. Dentre esses projetos, destaca-se a “Marcha para o Oeste” que, em 1938, ganha um grande impulso, com o objetivo de desenvolvimento econômico e expansão geográfica do território.

A “Marcha para o Oeste”, criada no governo de Getúlio Vargas, teve como objetivo incentivar o progresso e ocupação da região Centro-Oeste. O plano de incentivo para migração das pessoas do Centro-Sul do país, onde o crescimento era desordenado, causado principalmente pelo êxodo rural, deveria resolver outro problema: a ocupação de muitas terras devolutas (pelo menos oficialmente).

A estratégia política do Governo Vargas de promover a ocupação de novas áreas do território nacional, direcionando o excedente populacional do Centro-Sul do país, garantiu produção de matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo para abastecer as indústrias do Sudeste.

Além disso, baseou-se no argumento da segurança nacional, buscando eliminar a ameaça ao comunismo que rondava o país. Para Vargas, o isolamento, a falta de contatos, bem como o contentamento do povo pelo equilíbrio econômico e social, manteria a integridade do país (BORGES, 1994).

Das ações implementadas pelo Estado na Marcha, a institucionalização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), foi marcante.

Assim, o Decreto-Lei Federal n. 6. 882, de 14 de fevereiro de 1941, cria a primeira Colônia Agrícola em Goiás, (atual cidade de Ceres), região central de Goiás, a primeira de uma série de oito, criadas e geridas pelo governo federal, ocasionando um intenso fluxo migratório, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, consolidando, então, a expansão do setor agrícola e fortalecendo a inserção de Goiás na economia de mercado.

A implantação da CANG pretendia distribuir de 20 a 50 hectares de terra, mais instrumentos de trabalho e habilitação para pequenos produtores. O propósito era estimular pequenos lavradores sem terras e formar assentamentos de famílias de pequenos produtores, viabilizando a expansão do movimento da fronteira agrícola.

A orientação e administração ficaram sob a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, tendo como principais características:

- a) A área dos lotes deveria variar de 20 a 50 hectares;
- b) Tais lotes seriam concedidos somente a pessoas reconhecidamente pobres;
- c) Aos colonos seriam dados, gratuitamente, ferramentas, instrumentos, casas, etc.;
- d) A terra para o cultivo era também gratuita: os beneficiários não seriam proprietários da gleba, mas somente do que nela produzissem. A expedição definitiva de título de propriedade dependeria da outorga do Presidente da República;
- e) Até a expedição de título definitivo de propriedade, o ocupante de lote não poderia vender, hipotecar, transferir, alugar, etc., o lote, a casa e as benfeitorias. Durante o mesmo período ele estaria isento de impostos (SECRETARIA DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO DE COLONIZAÇÃO. GOIÁS - UMA NOVA FRONTEIRA HUMANA, Op. Cit., p. 187, apud BORGES, 1996, p.48).

“Quem não tivesse terra e não fosse para lá, era preguiçoso, o governo está dando terra no Mato Grosso de Goiás” (ANDRADE, 1990, p. 27). Essa era a propaganda do Governo Federal sobre a Colônia Agrícola, em chamativo para a área demarcada, pertencente ao município de Goiás e doada pelo interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, tendo como objetivo a ocupação de espaços vazios e a valorização do trabalhador nacional (ANDRADE, 1990).

A maioria da população da Colônia era proveniente de outros estados, principalmente de Minas Gerais, também da região Nordeste do país e até do Rio Grande do Sul, chegando de trem, a cavalo, caminhão e, principalmente, a pé, muitas vezes, chegando em condições higiênicas e de saúde deploráveis. Contudo, Borges (2000a, p. 77) esclarece que “a CANG recebeu pouca assistência do poder público e foi praticamente abandonada à sua própria sorte. Faltaram os recursos técnicos e financeiros prometidos pelos governos. Depois de algum tempo a Colônia foi ‘engolida’ pelo latifúndio”.

Andrade (1990) compara as tentativas de colonização, por meio das CANGs, com as de Colonização do Brasil Colônia, quando D. João III, criou as capitâncias hereditárias, doando terras a doze donatários, onde somente duas prosperaram. No caso das Colônias Agrícolas, apenas sobreviveram a de Goiás e de Dourados, em Mato Grosso do Sul.

Com a construção de Brasília³⁷, Goiás ganhou forças, tornando-se supridor das necessidades imediatas de sua construção, como mão de obra e matéria prima, alavancando mais uma vez o desenvolvimento da região.

Os municípios do Sudeste Goiano só conseguiram sua recuperação econômica e populacional e o incremento da modernização do seu território a partir do final dos anos de 1960, por influência de diversos fatores: construção da BR-050; investimentos realizados pelo governo federal e por empresas privadas na exploração de minérios; construção e

³⁷ Os trabalhos da construção de Brasília iniciaram em 1957, sendo inaugurada por Juscelino Kubitschek, em abril de 1960.

pavimentação de rodovias estaduais, ligando os municípios do Sudeste Goiano à capital do estado, entre elas a GO-030; construção da usina hidrelétrica de Emborcação, que formou o Lago em Três Ranchos; modernização da agricultura; instalação de agroindústrias e implantação de montadoras automobilísticas.

Em 1960, Mauro Borges Teixeira³⁸ foi eleito governador do estado de Goiás, colocando em prática o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás.

Este plano, por sua vez, contribuiu para a aceleração do desenvolvimento do Estado, em especial, da região sudoeste, com expressivos progressos nos setores de educação, saneamento, criação de uma estrutura mínima necessária para a implantação de projetos industriais e agropecuários, além da criação de escolas de formação de operadores e mecânicos de máquinas agrícolas e rodoviárias, cujo objetivo era melhorar a mão de obra em Goiás.

As Políticas Públicas de Desenvolvimento, aplicadas a partir de 1970, ampliaram as políticas de incentivos agrícolas. Assim, juntamente com o crescimento de crédito, favoreceram, ainda mais, o desenvolvimento do território goiano, por meio de incentivos e financiamentos para aquisição de maquinários e implementos agrícolas, dando sustentação para a modernização da agricultura no país, no estado de Goiás, mais significativamente, na região Sudoeste do Estado. Fato significativo para a elite agropecuária da região, conforme pode ser evidenciado pela carta de agradecimento ao Presidente Médici³⁹, em 1971, via Jornal Folha de Goiaz:

³⁸ Mauro Borges Teixeira é filho de Pedro Ludovico Teixeira, interventor e governador de Goiás por diversas vezes entre 1930 e 1954.

³⁹ Emílio Garrastazu Médici, Militar, nasceu na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul. Foi presidente da República de 30/10/1969 a 15/03/1974.

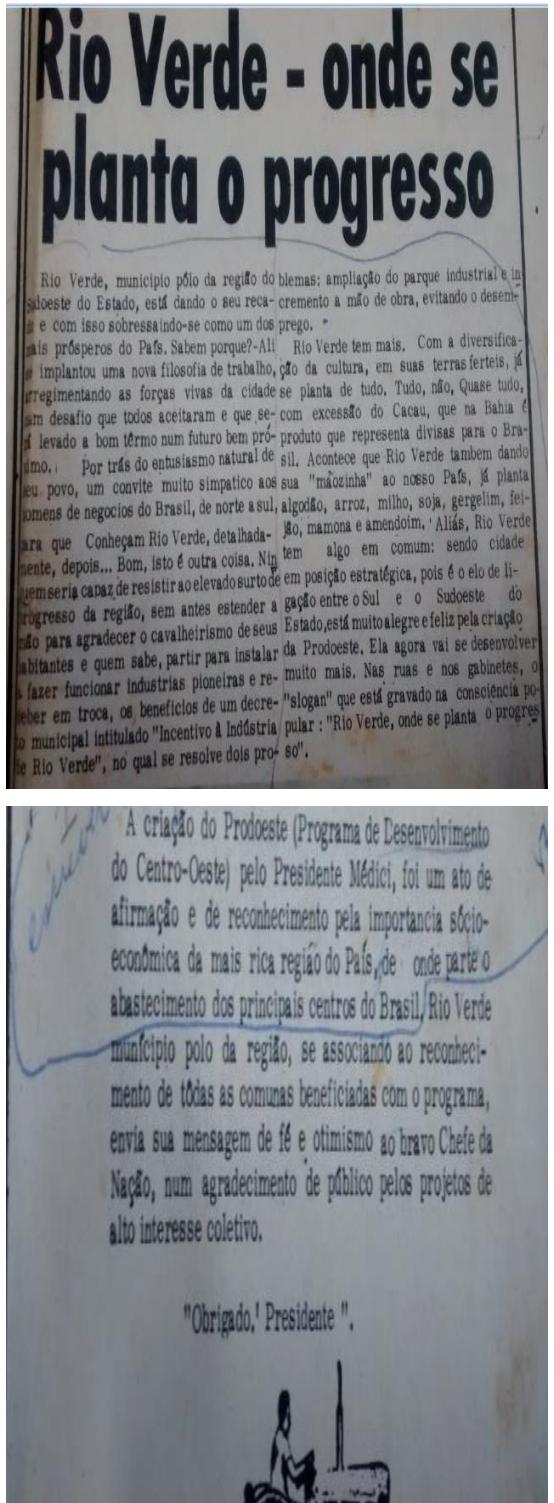


Figura 8 - Carta de agradecimento ao Presidente pelo Programa

Fonte: Acervo particular de Maria José Martins (FOLHA DE GOIAZ, 1971).

3.2 A implantação do Colégio Agrícola em Rio Verde

Foi no contexto citado anteriormente, de fomento a modernização do estado de Goiás, que o CARV foi implantado na década de 1960, quando o município de Rio Verde ainda não havia conseguido consolidar uma educação profissional agrícola que tanto buscava. Quem desejasse continuar os estudos nesta área, teria que se deslocar até outras cidades como, por exemplo, no município de Anápolis, região central do estado, onde funcionava a Escola de Aprendizagem Agrícola de Anápolis.

Conforme discutido no título 2, em 1967, começa a funcionar, na cidade, o Colégio Agrícola de Rio Verde, passando a oferecer o ensino profissional que teve uma grande importância na formação do perfil profissional exigido na região. Desse modo, para historiar o Colégio Agrícola de Rio Verde, a partir de 1967, é necessário citar também o Ginásio Agrícola de Urutaí, cidade localizada no sudeste do estado de Goiás, sendo que a criação de um está intimamente ligada ao fechamento da outra.

A Escola Agrícola de Urutaí foi criada a partir da Lei n. 1.923, de 28 de julho de 1953. Todavia, só começou suas atividades em 1957, com os cursos de Adaptação e Iniciação Agrícola. Para a região, foi uma grande inovação e conquista, tendo em vista as características do município e da região com base econômica voltada para a agropecuária. Além disso, conferia aos alunos um novo espaço de formação e sociabilidade (ISSA, 2014).

A escola ofereceu cursos de curta duração como de Arador Tratorista, Qualificação em Mão de Obra Rural, Iniciação Agrícola, Mestria Agrícola e Ginásial Agrícola. Estes compreendiam tanto a formação técnica como propedêutica, em nível ginásial.

Em 1967, o Estado de Goiás construiu com recursos próprios um edifício em Rio Verde, que foi repassado ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de promover a implementação de cursos na área de agropecuária. O então diretor do Ginásio de Urutaí, Júlio Brandão de Albuquerque, ficou responsável por receber o prédio e organizar seu funcionamento com o curso ginásial.

Do Ginásio de Urutaí, o diretor Júlio Brandão, trouxe, juntamente com os alunos, os acervos bibliográficos e móveis da escola, além de seis funcionários que trabalhariam na instalação da escola: seus quatro filhos, sendo dois professores, dois com funções administrativas, um eletricista e um auxiliar administrativo. Os demais funcionários foram contratados em Rio Verde, atendendo às necessidades de funcionamento, principalmente, os professores.

Ao mesmo tempo em que a escola era transferida para Rio Verde, transferiu-se para a cidade de Urutaí, um Centro de Treinamento, que funcionava em Santa Cruz de Goiás, cidade bem próxima de Urutaí, que estava desativado por falta de procura aos cursos oferecidos. Com isso, ocorreu, então, uma acomodação das estruturas existentes do Ginásio de Urutaí para o Colégio Agrícola de Rio Verde, para melhor adequação às necessidades do Estado.

Para justificar a inviabilidade de funcionamento da escola na região de Urutaí, e sua transferência para o município de Rio Verde a uma distância de 423 km, foram encontrados relatórios encaminhados por meio dos Ofícios de n. 323/67 (Anexos 2 e 3), pelo diretor Júlio Brandão, ao Diretor de Ensino Agrícola, e de n. 287/68, de 18 de setembro de 1968, ao Presidente da Comissão da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Nestes, o diretor salientava as dificuldades encontradas pelo Ginásio de Urutaí, sejam estruturais, pedagógicas ou até mesmo sobre a clientela atendida.

De acordo com a entrevista concedida a Ramos (2000), o Senhor Valdomiro Pereira Martins, funcionário que acompanhou a transferência, afirma que:

Com relação à transferência não houve envolvimento político, o que aconteceu é que em Urutaí, naquela época, já se cogitava em formar um centro de treinamento, (...) e esse decreto [Decreto nº 62.178, de 25 de fevereiro de 1968], ao mesmo tempo em que ele transformava o Ginásio Agrícola de Rio Verde em Colégio Agrícola, em curso de segundo grau, ele criou o Centro de Treinamento de Urutaí, (...) não que a escola tenha fechado, ela se transformou de Ginásio Agrícola de Urutaí em Centro de Treinamento de Urutaí, e ficou por um tempo desativado, esse Centro de Treinamento, por isso é que dois anos depois ela [a escola] voltou a funcionar como Ginásio, porque o centro se tornou inviável. Esse Centro de Treinamento, já havia sido criado anteriormente, em Santa Cruz de Goiás, e também não foi possível funcionar, não foi viável funcionar, não apareceram candidatos para fazerem os cursos do Centro de Treinamento, e resolveram transferi-lo para Urutaí, daí porque com a abertura de Rio Verde [Colégio Agrícola], Urutaí ficou sendo Centro de Treinamento, e como eu disse, na inviabilidade de funcionamento, acabou voltando a funcionar como Ginásio agrícola depois. Com relação ao telegrama que autorizou o funcionamento em 1967, em fevereiro de 67, na época a Escola ainda estava subordinada ao Ministério da Agricultura, à SEAV, que era a Superintendência do Ensino agrícola e Veterinário, foi a Dra. Volga Peçanha, inclusive, que era superintendente na época, que assinou o telegrama. Então, na verdade, embora as escolas agrícolas tenham passado para o MEC através de um decreto também de 1967, que é o Decreto Lei nº 200, se não me engano, de 25 de fevereiro de 1967, mas como foi mais ou menos na mesma época, que autorizou a funcionar o Ginásio Agrícola de Rio Verde foi ainda o Ministério da Agricultura, através da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Assim, atendendo ao Decreto n. 62.178 de 1968, o Ginásio Agrícola de Urutaí foi autorizado a funcionar como Centro de Formação de Mão de Obra Qualificada em Pecuária (CEMOP). Issa (2014), em seu texto sobre o Colégio Agrícola de Urutaí, esclarece que, nos anos de 1968 e 1969, a instituição ofereceu cursos de curta duração como de Arador

Tratorista, Qualificação em Mão de Obra Rural. No ano de 1970, a Escola retoma sua condição de Ginásio Agrícola, oferecendo, novamente, o curso Ginásial Agrícola, voltada para a formação de 1º Grau. Em 1978, é implantado o Curso Técnico em Agropecuária, em nível de 2º Grau, atendendo a nova legislação.

A criação do Ginásio Agrícola em Rio Verde foi resultado de uma série de interesses políticos, sociais e econômicos envoltos na região. Tais interesses colocaram-na como polo de desenvolvimento agrícola, sendo assim, necessária uma formação de mão de obra que atendesse a expansão da fronteira agrícola, tendo em vista a industrialização da região sudeste do país, antes uma grande produtora de grãos. Além desses fatores, havia o interesse da administração do Ginásio de Urutaí em tomar posse da futura escola de Rio Verde, um lugar próspero e promissor.

Ainda justificando a transferência da escola para Rio Verde, antes mesmo de sua criação oficial, o então diretor do Ginásio de Urutaí apresentou uma listagem contendo todos os alunos matriculados em Urutaí, no ano letivo de 1967, que, por sua decisão, seriam transferidos para a escola recém-construída em Rio Verde. Entretanto, tais alunos, por si só, já lotariam a unidade escolar. Para Ferreira (2002), esse interesse também poderia estar vinculado ao fato de que Júlio Brandão estava em fase de retirada da direção do Ginásio de Urutaí, motivado por denúncias de corrupção e destruição de provas. O autor supracitado justifica que sua transferência serviria para facilitar a apuração dos fatos e que os documentos estavam à disposição das investigações na escola de Rio Verde. Estes haviam sido transferidos legalmente, para facilitar a instalação e funcionamento da escola.

Assim, dia 02 de maio de 1967, começa a funcionar o Ginásio Agrícola de Rio Verde, autorizado pelo Ministério da Agricultura por meio de um telegrama enviado em 27 de abril de 1967, ainda com a denominação de Ginásio Agrícola, correspondente às quatro séries do segundo ciclo (correspondente ao ensino fundamental), expedindo o certificado de Mestre Agrícola.

Neste período, o ensino, vinculado à área agrícola, era subordinado à SEAV, do Ministério da Agricultura. Apenas a partir do Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, é transferido para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), conforme consta o Art. 1º declarando que

Art. 1º Os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, nos termos do art. 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, combinado com o artigo 154 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967).

Apesar de a escola só começar a oferecer o curso Colegial em 1968, há registros de solicitações para sua transformação de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola antes mesmo da instalação da escola. Conforme se pode observar, nesse documento, encaminhado por Júlio Albuquerque Brandão, em 1966, quando a escola ainda funciona no município de Urutai:

pois a cidade de Rio Verde que dista um quilômetro da sede d'aquele estabelecimento, possui quatro ginásios acadêmicos e apenas um colegial (Comércio). Os alunos que terminam o primeiro ciclo ginásial n'aquela cidade e não possuem condições financeiras para procurar, em Goiânia, são forçados a estudar o profissional de comércio, como recurso para a continuidade de seus estudos em segundo ciclo (CARV, 1966, p. 1).

Ciente do potencial agrícola da região e da deficiência na formação para aquele setor, o diretor ressaltava a importância de suprir uma lacuna da rede pública que contemplasse seu desenvolvimento econômico.

Sendo Rio Verde importante centro agro-pastoril do Estado de Goiás, com grandes possibilidades de candidatos para o Colegial Agrícola, com instalações magníficas, corpo de professores que atendam as necessidades de nosso estabelecimento, será justo que Rio Verde funcione, em 1967, como Colegial Agrícola, salvo melhor juízo de V.S.^a (CARV, 1966, p. 1).

Em 1967, a escola começa a funcionar com o Ensino Agrícola Ginasial, apesar da reinteração de Júlio Brandão em solicitar, por meio do Ofício n. 72/67, ao diretor do DEA/MEC, medidas para transformação do ginásio em colégio. Apenas em 22 de setembro de 1967, o pedido é aprovado, sendo autorizado oficialmente pelo Decreto n. 60.178, de 25 de janeiro de 1968. Nesse mesmo ano, começa a funcionar o Curso Colegial Agrícola, como ensino médio profissionalizante, favorecido pelo Plano Nacional do Ensino Agrícola de Grau Médio (PNEA), elaborado pelo MEC, que estabelecia para a escolha dos estados que seriam contemplados com a implantação das escolas, alguns critérios:

- a) Existência na Região de um Centro Regional.
- b) Maior concentração no Estado de estabelecimentos de ensino agrícola de grau médio.
- c) Maior densidade demográfica em relação aos outros Estados da Região.
- d) Maior número de propriedades agrícolas.
- e) Maior área ocupada em relação à área total do Estado.
- f) Maior área cultivada em relação à área ocupada. Independentemente dos critérios acima referidos, cada Estado deverá possuir, pelo menos, um Centro Local ou um Colégio agrícola, desde que ali exista, em funcionamento ou em construção algum estabelecimento destinado a este ramo de ensino (BRASIL, 1968, p. 11).

Além disso, dentro do Estado, o mesmo Plano apontava novos critérios que favorecessem a escolha do local de instalação de um colégio agrícola:

- a) Maior número de agricultores dentro do raio de ação do estabelecimento.
- b) Maior densidade demográfica dentro do mesmo raio de ação.
- c) Existência de uma cidade com mais de 20.000 habitantes em um raio de 20 km.
- d) Maior número de escolas primárias dentro do raio de ação do Colégio.
- e) Maior número de ginásios no mesmo raio.
- f) Existência, dentro do raio de ação do Colégio de pelo menos 1.000 (mil) alunos, filhos de agricultores, matriculados na 4^a série ginásial.
- g) A relação dos alunos acima referidos, com referência de sexo, deve ser 30% de mulheres.
- h) Interesse do Estado ou do Município na instalação do estabelecimento.
- i) Existência de plano de colonização, federal, estadual ou particular (BRASIL, 1968, p. 12).

De acordo com o Plano, os recursos materiais e humanos para sua execução, desde as instalações até as dotações orçamentárias de pessoal, manutenção, material e renovação, seriam divididos entre o governo federal e estadual.

Dos critérios apresentados pelo PNEA, pode-se comprovar que nem todos foram preenchidos, em especial, ao que se refere ao fato de apresentar na relação de alunos, o número referente a 30% de mulheres.⁴⁰ O aspecto mais positivo foi o interesse e a disponibilidade dos governos estadual e municipal em garantir as condições mínimas para a instalação e funcionamento.

Em função da LDB n. 4.024/61, que previa, pelo seu Art. 49, que “Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos” (BRASIL, 1961). Assim, a escola começou a funcionar com a denominação de Ginásio Agrícola, oferecendo o curso ginásial agrícola. No ano de 1968, foi transformado em Colégio Agrícola, completando 33 escolas na mesma categoria do ensino agrícola da rede federal.

⁴⁰ A primeira aluna do sexo feminino do Colégio Agrícola de Rio Verde só foi matriculada no ano letivo de 1976, de acordo com o Livro de Registro de Matrículas.

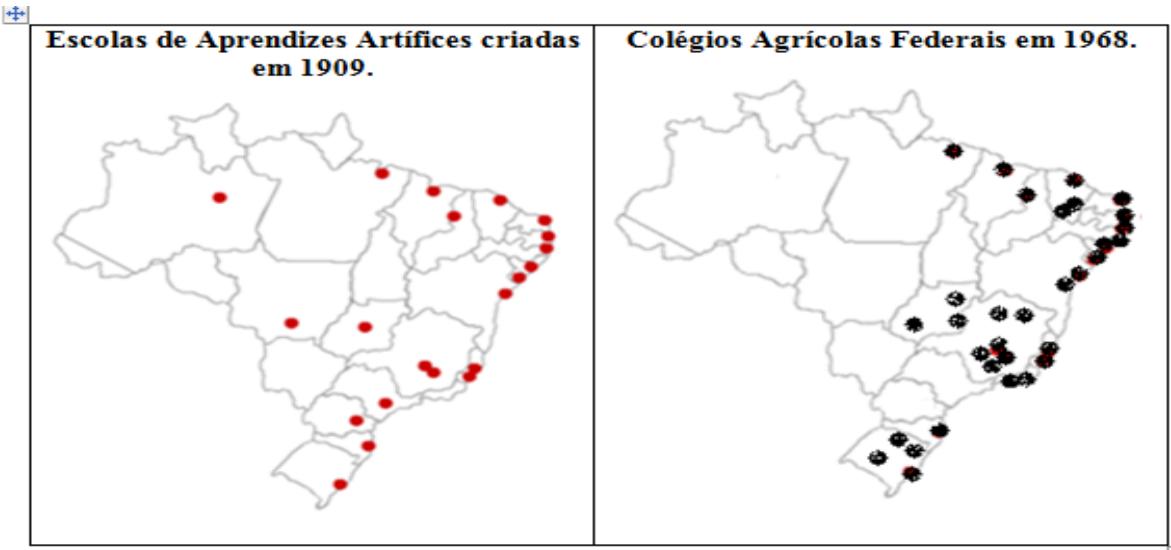


Figura 9 - Mapa com as Escolas Técnicas Federais criadas em 1909 e Colégios Agrícolas Federais em 1969.

Fonte: (BRASIL, 1969).

Nº	Estabelecimento	Cidade/Estado da Federação	Ano de criação
01	Colégio Agrícola de Catú	Catú/BA	Criado em 1895, como Fazenda Modelo de Criação, sendo transformado em Colégio Agrícola em 1964.
02	Colégio Agrícola de Sobral	Sobral/CE	1909
03	Colégio Agrícola “Nilo Peçanha”	Pinheiral/RJ	1909
04	Colégio Agrícola “Diaulas Abreu”	Barbacena/MG	1910
05	Colégio Agrícola “Floriano Peixoto”	Maceió/ AL	1947. Desde 1911 funcionava como Patronato Agrícola de Alagoas
06	Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”	Bananeiras/PB	1920
07	Colégio Agrícola “Visconde da Graça”	Pelotas/RS	1921
08	Colégio Agrícola Manoel Barata	Castanhal/PA	1921 (1921 até 1972, funcionou na cidade de Outeiro)
09	Colégio Agrícola “João Coimbra”	Barreiros/PE	1923
10	Colégio Agrícola “Benjamin Constant”	Aracaju/SE	1924
11	Colégio Agrícola “São Lourenço da Mata”	Tapera/PE	1936
12	Colégio Agrícola Santa Teresa	Santa Teresa/ES	1940

13	Colégio Agrícola “Idelfonso Simões Lopes”	Campo Grande/Guanabara	1943
14	Colégio Agrícola Lavras da Mangabeira	Lavras da Mangabeira/CE	1947
15	Colégio Agrícola de Jundiaí	Macaíba/RN	1949
16	Colégio Agrícola de Alegre	Alegre/ES	1953
17	Colégio Agrícola de Muzambinho	Muzambinho/MG	1953
18	Colégio Agrícola de Camboriú	Camboriú/SC	1953
19	Colégio Agrícola “Santa Maria”	Santa Maria/RS	1954
20	Colégio Agrícola de Teresina	Teresina/PI	1954
21	Colégio Agrícola de Crato	Crato/CE	1954
22	Colégio Agrícola de Alegrete	Alegrete/RS	1954
23	Colégio Agrícola de Rio Pomba	Rio Pomba/MG	1956
24	Colégio Agrícola de Uberlândia	Uberlândia/MG	1957
25	Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves	Bento Gonçalves/RS	1959
26	Colégio Agrícola do Maranhão	São Luiz/MA	1959
27	Colégio Agrícola de Brasília	Brasília/DF	1959
28	Colégio Agrícola de Januária	Januária/MG	1960
29	Colégio Agrícola “Sérgio de Carvalho”	Vitória da conquista/BA	1961
30	Colégio Agrícola de Bambuí	Bambuí/MG	1961
31	Colégio Agrícola “Antônio Versiani athayde”	Monstes Claros/MG	1964
32	Colégio Agrícola “Gonçalves de Carvalho”	Iguatu/CE	1965
33	Colégio Agrícola de Rio Verde	Rio Verde/Go.	1967

Quadro 3 - Lista dos estabelecimentos federais de Ensino Agrícola no Brasil no nível colegial até 1968

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (CAPPILLE, 2006).

A necessidade da criação dessas escolas estava relacionada diretamente com o fato de que o Brasil, na década de 1960, ainda se caracterizar como um país de economia agrícola, com uma população de 70.191.370, sendo que 55,1% da população habitavam na zona rural e, apenas 44,9%, na zona urbana. Essa realidade sugere que mais da metade da população trabalhava no setor da agropecuária. Portanto, era emergente a profissionalização dessa camada da sociedade, intensificando a formação técnica e, consequentemente, favorecendo o aumento da produção.

Segundo Germano (2005), as reformas da educação do regime militar atravessaram dois momentos. No primeiro, de 1964 a 1974, período de criação do CARV, as reformas visavam criar igualdade de oportunidades perante o mercado de trabalho. Já no segundo momento, de 1975 a 1985, com o objetivo de construir o “Brasil-potência”, propunham-se a corrigir as desigualdades sociais.

Vale destacar que as reformas educacionais, referentes aos ensinos de primeiro e segundo graus e superior, durante o regime militar, foram implantadas num momento de maiores tensões políticas no Brasil, quando as liberdades individuais foram tolhidas e a pressões sociais chegavam ao cume. Tais reformas vieram com a intenção de ajustamento e integração da escola com os interesses e fundamentos do regime e de parte da sociedade civil que apoiava os militares. Dessa forma, seriam controlados os grupos sociais e desmobilizados quaisquer movimentos de reivindicação e liberdade.

Conforme apresentado por Garcia (2011, p. 83), em sua dissertação sobre “A História do Colégio Agrícola de Uberlândia”, para o governo militar, a condição retardatária do setor agrícola no Brasil, em relação à indústria, poderia comprometer o desenvolvimento da economia no país. Em consonância com outras medidas de governo, a formação de mão de obra agrícola qualificada é uma das atenções do governo, pois “consideravam que a falta de escolaridade era um obstáculo à introdução de novas tecnologias no meio rural, e para tanto, seria necessário qualificar o trabalhador rural para a utilização de máquinas e técnicas modernas de produção” (GARCIA, 2011, p. 83). Portanto, nesse período, o ensino profissionalizante passa a receber maior incentivo por parte dos governantes, como forma de articulação do poder econômico que, melhorando a formação e capacitação do trabalhador, melhoraria também a produtividade.

3.3 O Colégio Agrícola de Rio Verde: sua organização e estrutura

Os estudos históricos produzidos sobre a educação no Brasil, desde a década de 1990, passaram por uma renovação temática, acompanhando a mudança na forma de escrever a história. Este fato é “representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 3).

Estudos, a respeito da história das instituições, têm privilegiado procedimentos como técnicas de investigação e a consulta a diversas fontes, como:

[...] atas, relatórios, livros de matrícula, livro de ouro, programas das disciplinas, fotografias que nos fornecem informações sobre diferentes aspectos da instituição: os conteúdos estudados, os alunos, os professores etc. Utilizamos também como fontes a legislação, jornais da época, literatura pertinente e entrevistas com atuais ou ex-professores, diretores e alunos da escola (BUFFA; ARAÚJO; GATTI JR. 2002, p. 28).

Nesse sentido, estudar a criação do Ginásio Agrícola de Rio Verde significa investigar o que se passou no interior da escola e o que esteve além dos limites desta escola. Apropriando-se, portanto, da cultura escolar para a compreensão de alguns aspectos de sua história, tendo em vista a ausência de acervos documentais que possibilitem a conservação e reconstrução de sua historicidade.

Julia (2001, p. 9) define cultura escolar como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.

Assim, a arquitetura escolar, sua organização de espaço e tempo, alunos, professores, funcionários, currículos, planos de curso, normas disciplinares, atas de registros, regimentos e outras fontes, nos fornecem elementos importantes para compreender e desvelar a realidade da instituição educacional, sendo a partir desses elementos que se podem desvendar algumas práticas e dimensões estruturais do CARV.

Julia (2001) critica a história da instituição escolar que não considera a história sociocultural da escola, desconsiderando as relações interpessoais, as resistências, as tensões de cada período da história e suas práticas cotidianas. Logo, abordar a cultura escolar de uma instituição é estudá-la a partir de seu funcionamento interno, os aspectos interligados entre si, desde o andamento das aulas, profissionalização de seus professores, até as normas e dispositivos disciplinares que moldam o comportamento dos alunos e influenciam em sua vida adulta. Nesse sentido, com a nova história cultural, vários estudiosos começaram a buscar investigar a historiografia das instituições de ensino com novos olhares, visando:

[...] penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; por em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero –, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita –, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração (CARVALHO, 1998, p. 32).

O espaço escolar é de suma importância para o processo ensino-aprendizagem. Uma escola ocupa um espaço, um lugar. Segundo Vinão (2000, p. 98), partindo da visão higienista, questões sobre: a localização do edifício escolar, orientação, areação, ventilação, iluminação, seus espaços edificados e não edificados, instalações sanitárias, banheiros e serviços higiênicos, dizem muito sobre o clima e a cultura da instituição. Desta forma, não há como se analisar uma instituição sem levarmos em consideração sua estrutura, seus espaços e intenções.

O prédio do Colégio Agrícola de Rio Verde foi construído pelo governo estadual e repassado para o governo federal, viabilizando seu funcionamento a partir de 1967. Porém, a documentação de doação da área para a União foi autorizada em 12 de setembro de 1972 e sua escritura definitiva foi emitida em 1985.

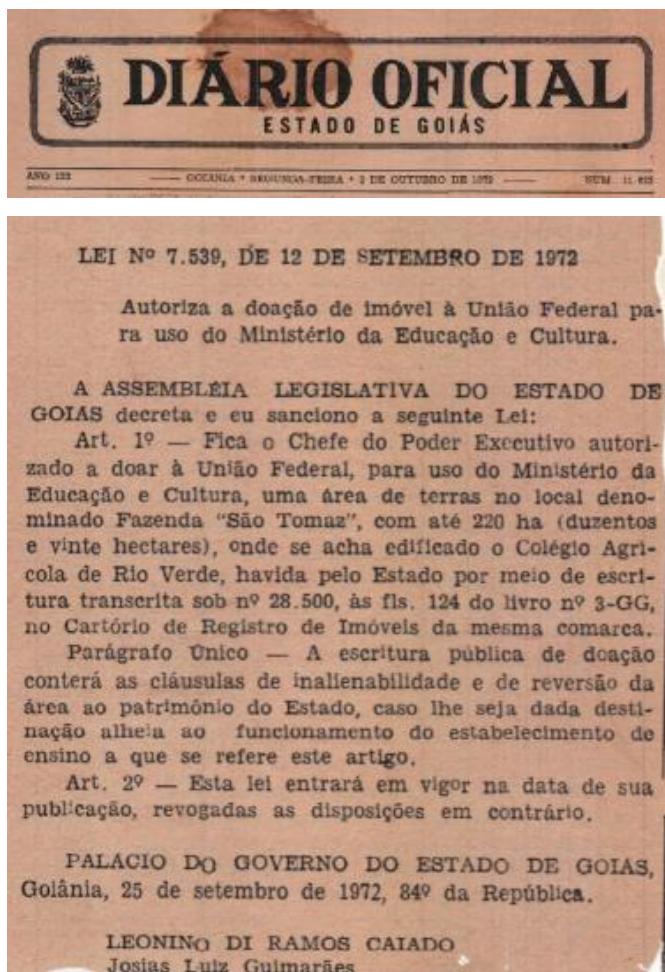


Figura 10 - Doação das terras onde foi instalada a Escola

Fonte: (CARV, 1972).

No ano de sua instalação, a escola começou a funcionar apenas com dois prédios, nos quais funcionavam todas as suas dependências: prédio 1 - administrativo e pavilhão de aulas, com seis salas, sendo que uma funcionava como secretaria e sala do diretor, outra como museu/biblioteca/sala de reuniões, almoxarifado e demais salas como salas de aula; prédio 2, com dois pavimentos, em que, no térreo, havia um pátio coberto, onde aconteciam as atividades rotineiras de entrada e atividades livres, a cozinha, o refeitório e um espaço reservado para moradia de um dos funcionários responsáveis pelo setor e sua família. No pavimento superior, funcionava uma sala como cinema ou sala de televisão, o alojamento, compostos por cinco quartos, onde os alunos eram separados de acordo com as séries e dois banheiros. O inspetor de alunos também era acomodado no alojamento. Na parte da fazenda, funcionava apenas o setor de suinocultura, com uma pequena instalação.

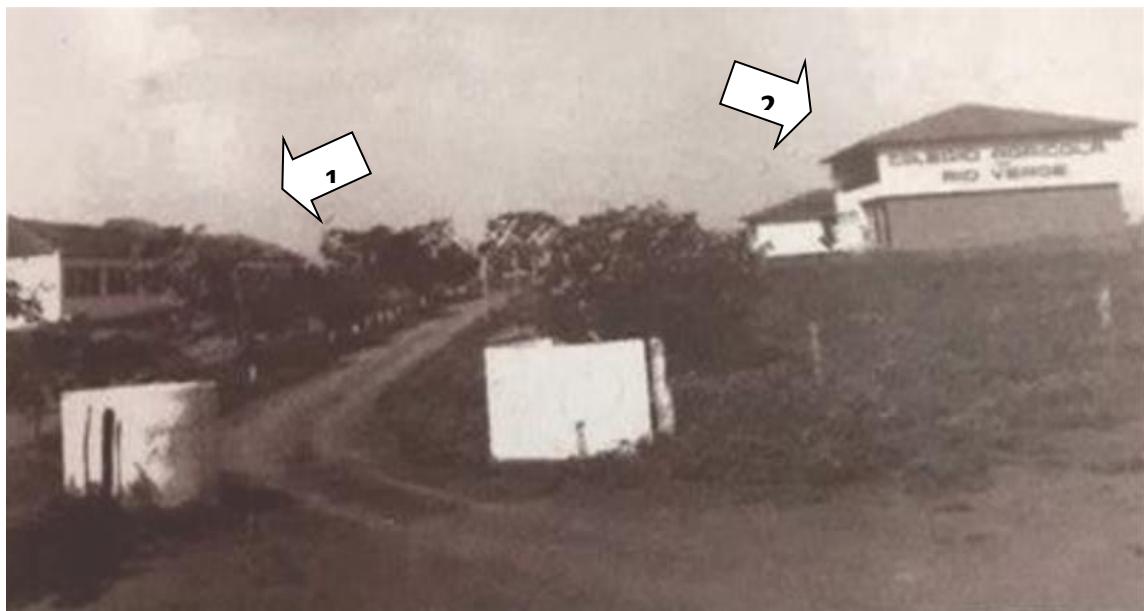


Figura 11 - Vista parcial do Colégio Agrícola de Rio Verde – década 1960/1970

Fonte: (CUNHA NETO, 1988, p. 268).

A estrutura da escola, no início de seu funcionamento, não era adequada suficientemente para receber todos os alunos, assim como o quadro administrativo, visto que havia apenas dois prédios para comportar todas as atividades, desde acadêmicas e moradia, até administrativas. Ao analisarmos a quantidade de alunos matriculados e o espaço disponível, entendemos que a situação deveria provocar desconforto na clientela atendida e talvez comprometido algumas atividades desenvolvidas na escola nesse período, bem como a motivação para a desistência de alguns alunos, como poderá ser observado posteriormente.

A situação desfavorável, vivenciada pela escola, pode ser analisada por meio das correspondências recebidas e emitidas pela direção, ou mesmo por meio do destaque do Jornal “O Popular” do dia 16 de dezembro de 1971 (Anexo 4). No jornal, o Programa do Ensino Médio Profissional e Superior de Curta Duração-Propem declarava que seria investida, na melhoria do CARV, uma importância superior a cinco milhões de cruzeiros em equipamentos, construções e treinamento do corpo docente e escolar de administração.

Logo no início de seu funcionamento como Colégio Agrícola, o então diretor Júlio Brandão, implantou um novo calendário escolar, em que o ensino agrícola adotaria um ano letivo que acompanhasse o calendário agrícola regional⁴¹, não seguindo o mesmo padrão das escolas comuns. A justificativa era que a maioria dos alunos constituía-se de filhos de agricultores ou trabalhadores agrícolas da região. O exame de seleção no meio do ano não atendeu às expectativas, pois assim não conseguia recrutar muitos alunos da região do entorno do Colégio, visto que as demais escolas disponibilizavam as matrículas durante o mês de janeiro. A partir de 1975, passou a vigorar o ano letivo, adotado nas escolas regulares, de janeiro a novembro.

De acordo com os registros do Livro de Matrícula, em 1967, em seu primeiro ano de funcionamento, a escola atendeu aos alunos oriundos da Escola de Urutaí, pois com a transferência da escola para o município de Rio Verde, foram juntamente com o diretor, cinco funcionários efetivos e os alunos matriculados para as quatro séries do ginásial, daquele ano letivo. Não foram encontrados registros com os números exatos de alunos transferidos da Escola de Urutaí para Rio Verde. No livro de registro de matrícula, todos os alunos aparecem somente como matrícula inicial, não sendo preenchidos os campos referentes ao fechamento do ano letivo, deixando uma lacuna sobre alunos concluintes, evadidos, transferidos ou reprovados. No entanto, pelo que pode ser observado nas Atas de Resultados Finais, poucos foram os concluintes remanescentes de Urutaí, o que nos leva a considerar que o número de desistência desses alunos foi relativamente alta. De acordo com alguns relatos, a maioria deles não conseguiu se adaptar à instituição, dificultada pela distância e situação econômica das famílias.

Além desses alunos, que se mantinham no regime de internato, também foram realizados Exames de Admissão para a 1ª série do 1º Ciclo do Curso Ginásial. O Livro de Registros de Inscrições aponta 110 inscrições para o ano letivo de 1967. Foram aprovados 93

⁴¹ A Legislação permitia a flexibilidade do calendário escolar, desde que se observassem as peculiaridades locais, o ajustamento das atividades escolares e agrícolas da região, buscando uma redução na taxa de evasão, já que nos períodos de colheita, muitos alunos deixariam as escolas para auxiliarem o trabalho nas fazendas (CIMINO, 2013, p. 277).

alunos e 17 reprovados. Não há registro do número exato de vagas oferecidas, porém foi possível constatar a efetivação de todos os aprovados naquele ano letivo. Alguns dos alunos matriculados eram da região de Rio Verde e proximidades. Nesse caso, a maioria no regime externo, ou semi-externo, pois a escola ainda não possuía estrutura para alojar todos os alunos. Os registros constavam 93 alunos na 1^a série, 96 na 2^a série e 18 alunos para a 4^a série, todos do sexo masculino. No livro de Matrícula não constaram alunos matriculados na 3^a série e não foi possível comprovar se se trata de um erro de registro ou fato. Esse número aparece nos documentos apenas como entrada de alunos, mas não é confirmado na Ata de Resultados Finais, fato que dificultou a exatidão dos dados, pois também não foi possível verificar o número de vagas oferecidas pela instituição durante todo o período estudado.

Nesse período, os alunos que desejasse cursar o 1º ciclo ginásial, pelas normas determinadas, deveriam participar do exame de seleção, ou seja, de Admissão, conforme Lei Orgânica de 1942, promovido por todos os ginásios do país, entre o período de 1931 a 1971. A aprovação no exame de Admissão significava, para muitos alunos e suas famílias, o ingresso no ginásio, representando uma aspiração de ascensão social e cultural.

Para que a efetivação da matrícula do aluno no Colégio Agrícola de Rio Verde, fosse no curso ginásial, em 1967, ou no curso colegial, a partir de 1968, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, por intermédio do Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, determinava que o candidato deveria apresentar documento comprovando não possuir nenhuma doença contagiosa e atestado de vacinação, ter doze anos ou mais, ter concluído o ensino primário, possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que deveriam ser realizados e ser aprovado no exame vestibular.

A Lei Orgânica destacava que os exames de admissão deveriam ser realizados na primeira quinzena de janeiro. Porém, devido ao atraso das obras e instalação da escola, e consequentemente do ano escolar, em 1967, o exame de vestibular no CARV aconteceu no mês de março e nos demais anos seguintes, no mês de julho, para ingresso no segundo semestre, devido à adequação do calendário escolar ao calendário agrícola da região. Este calendário funcionou até o ano de 1974.

O edital, publicado no Jornal “Folha de Goiaz” de 10 de abril de 1970, divulgava a abertura das inscrições para o Exame de Seleção para o ano letivo de 1970/1971:

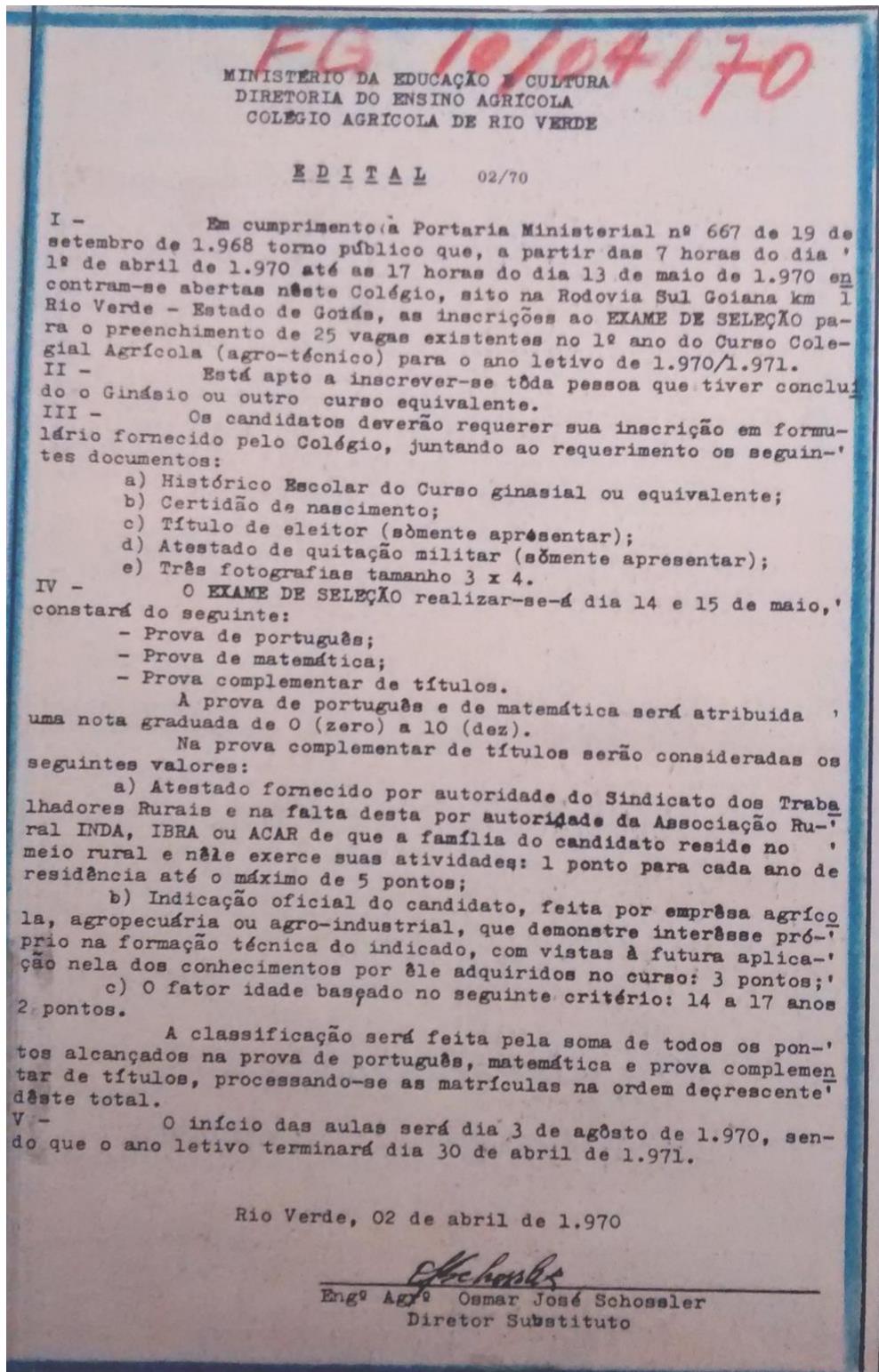


Figura 12 - Edital do Exame de Seleção para o ano letivo de 1970/1971

Fonte: Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1974).

No edital, além da documentação exigida pela legislação para a realização da inscrição para os exames de Admissão, de acordo com a regulamentação da escola, deveria ser apresentada uma série de outros documentos que comprovassem totais condições físicas e

mentais de bom convívio social (de acordo com os padrões estabelecidos pela escola). Além das apresentadas no requerimento, era aconselhável, também, uma declaração de uma pessoa residente na cidade, caso o local de residência do aluno não fosse a zona urbana da cidade, como tutor ou responsável que o apresentasse à instituição. Isso dificultava ainda mais a matrícula de alguns alunos.

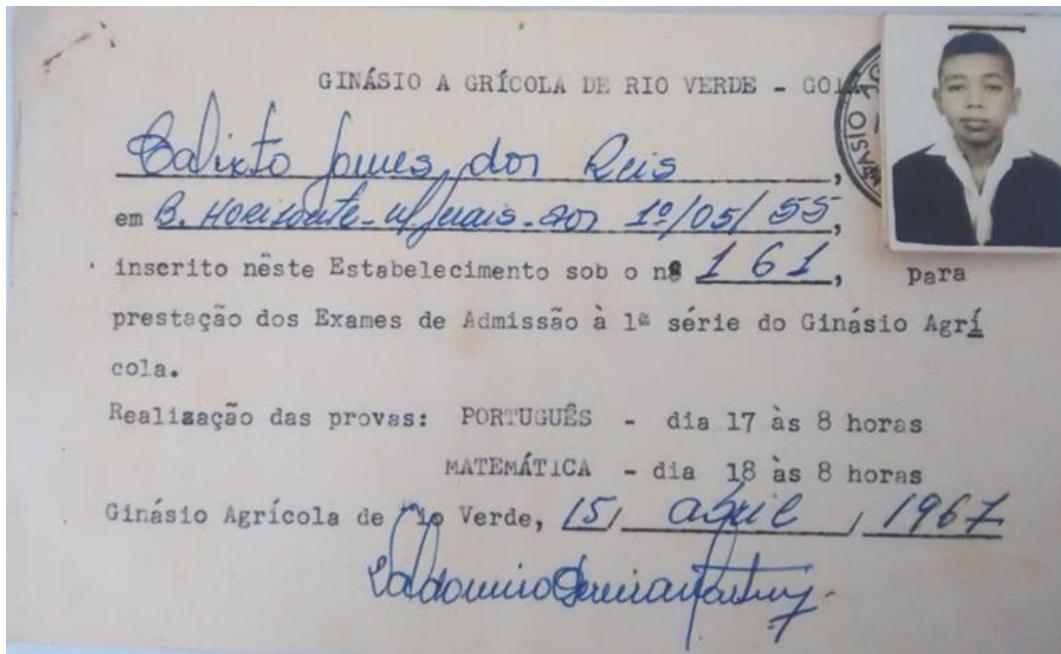


Figura 13 - Cartão de inscrição do 1º Exame de Admissão do CARV.

Fonte: Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1974).

O Exame de Admissão, em 1967, constava de uma prova de conhecimentos em Português e Matemática. A partir de 1976, foram apenas Português, Ciências e Estudos Sociais. Já em 1977, além das anteriores, foram acrescentadas, Matemática e Redação. Para aprovação, o aluno deveria, independente da nota em cada disciplina, alcançar a média de 5,0 pontos de um total de 100. Contudo, mesmo acima da média, não garantia a entrada no curso, pois para isso era necessário ter uma boa classificação, tendo em vista que o número de inscritos era maior que o número de vagas. De acordo com os registros encontrados, nos anos de 1973 e 1974, a aprovação no Exame de Admissão foi inferior ao número de vagas. Não foi possível comprovar se esse índice foi causado pela dificuldade das provas ou por despreparo dos candidatos. Para muitos, essa era a chance de continuar seus estudos e uma oportunidade de emprego futuro, para outros, a exclusão do sistema de ensino e do mercado de trabalho mais promissor.

Exmo. Sr. Diretor do Ginásio Agrícola de Urutai - Goiás

Geraldino Gomes da Silva
 filho de *José Gomes da Silva*
 natural do Estado de *Bahia*
 nascido na cidade de *Monte Alegre*
 aos 29 dias do mês Novembro de 19 48 com 16
 anos de idade, residente a Rua 74 (*Goiânia*)

N.º 45, requer de digne V. Excia. mandar inscrevê-la na lista dos candidatos nos Exames de Admissão à 1.ª Série do curso ginásial - 1.º ciclo - d'este estabelecimento, de acordo com as instruções em vigor.

P. Deferimento

14, de Januário de 1967

Geraldino Gomes da Silva
Assinatura

DOCUMENTOS APRESENTADOS:

1 - Certidão de nascimento
 2 - Atestado de Sanidade Física
 3 - Atestado de vacinação Anti-Variólica
 4 - Três Fotografias - 3x4

COMO PEDE

Em 1 / 1 / 1

DECLARAÇÃO:

Na modalidade de (p/1, m/2 ou 3), responsável legal pelo requerente, declaro que o requerimento foi por mim autorizado

Assinatura

Figura 14 - Ficha de Requerimento de Inscrição no Exame de Admissão de 1967

Fonte: Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1974).

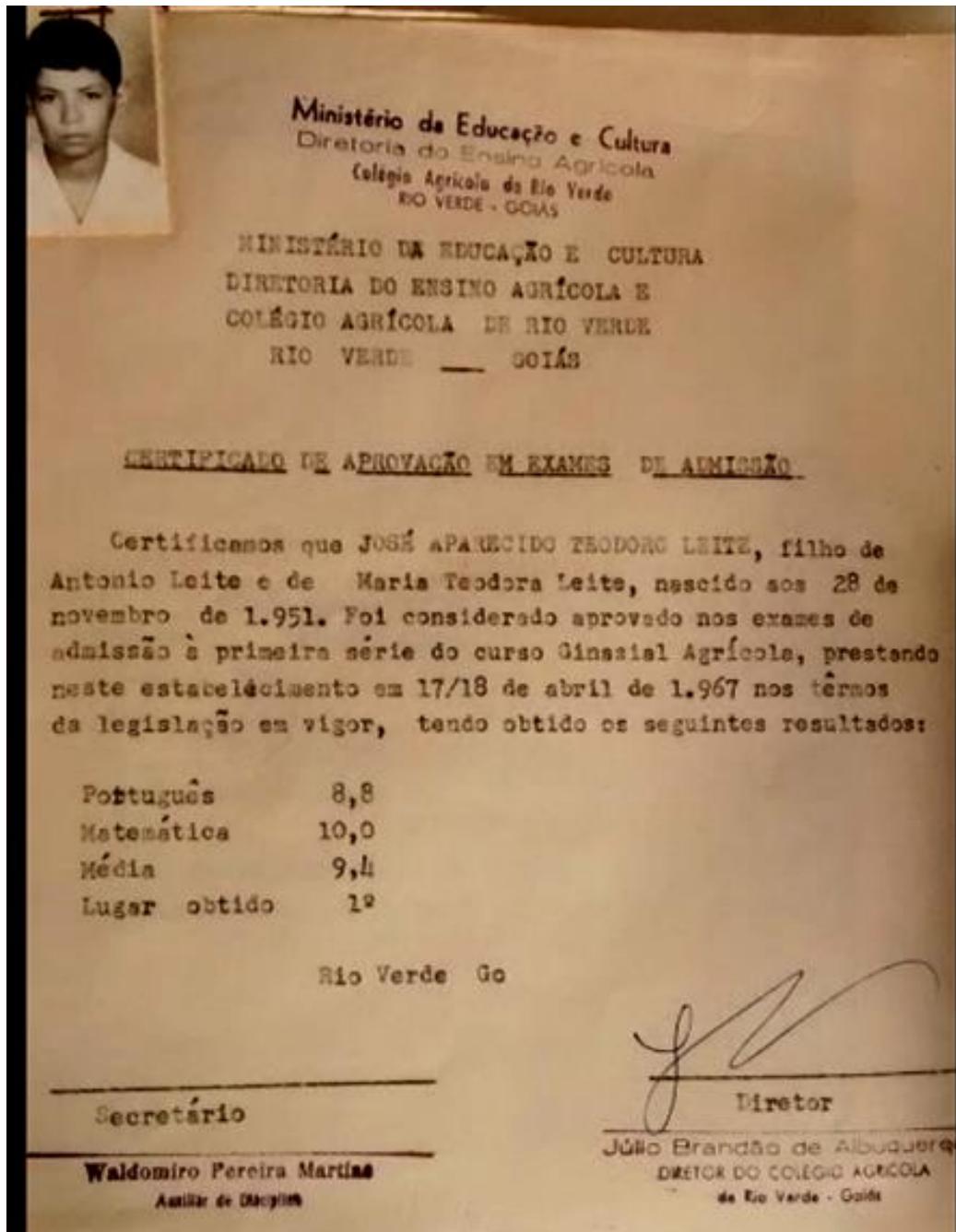


Figura 15 - Certificado de aprovação em Exames de Admissão de 1967

Fonte: Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1975).

Até o ano de 1976, os alunos eram diplomados com o título de Técnico Agrícola, de acordo com os Artigos 39 e 40, da Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir de 1977, com base na Lei n. 5.692/71, o diploma passa a ser conferido como Técnico em Agropecuária. Essa abrangência também pode ser observada na grade curricular do curso, aplicada a partir de 1975.

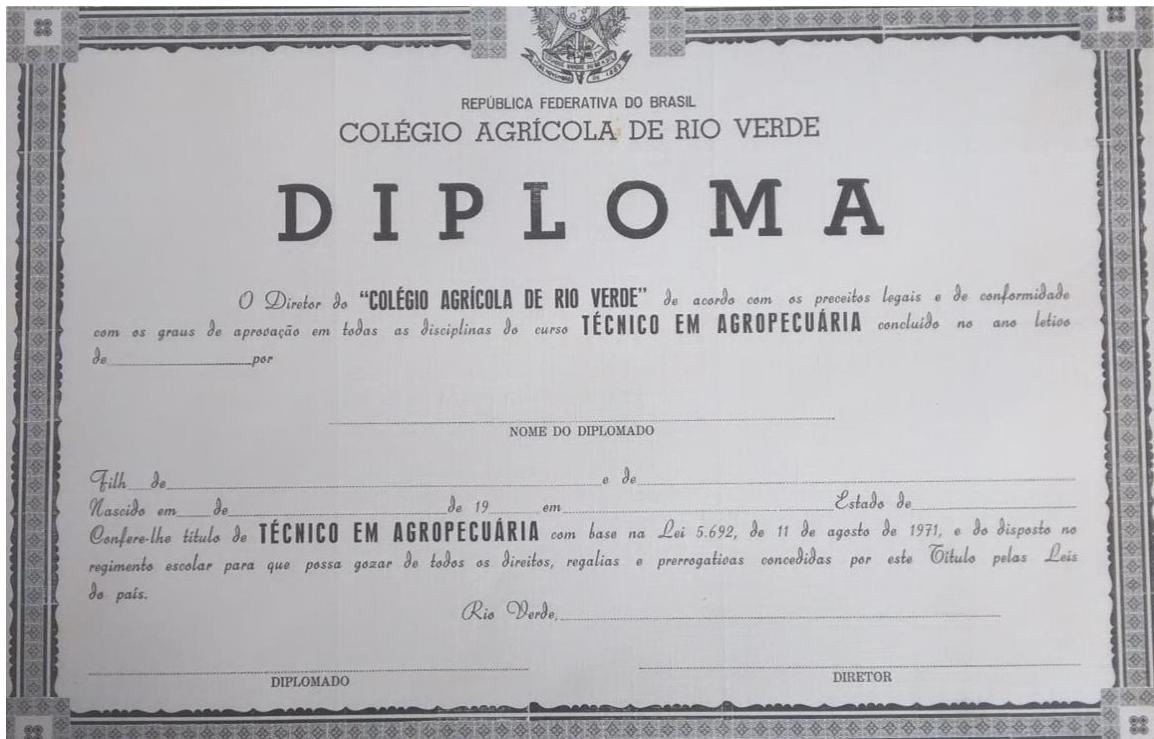


Figura 16 - Diploma do curso Técnico em Agropecuária do CARV a partir de 1977.

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1977).

Ao analisarmos os Históricos Escolares dos alunos do Curso Ginasial, podemos observar que seus componentes curriculares evidenciavam as disciplinas de cultura geral, compostas por conhecimentos gerais e específicos; disciplinas de práticas educativas, para a formação do cidadão dentro dos padrões exigidos, e disciplinas de cultura técnica, em que eram apresentados conteúdos de base técnica diversificada, incluindo disciplinas de formação e preparo para práticas industriais. Neles eram registrados, inclusive a nota e classificação do aluno no Exame de Admissão, realizado para sua entrada na escola, enfatizando seu mérito ou demérito.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Diretoria do Ensino Agrícola
COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE

RIO VERDE — GOIÁS

HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO GINASIAL AGRÍCOLA

ALBERTO NEVES DE SANTANA _____ filho de
OROZIMBO CASSIMIRO DE SANTANA _____
MARIA NEVES DE SANTANA _____ nascido em
07 de MAIO de 19 50, natural de GOIANDIRÁ _____
* * * * * Estado de GOIÁS

Inscreven-se no exame vestibular para o Curso Ginásial Agrícola deste Ginásio
em * * de * * * * * * * * de 19 * * * apresentando os documentos
seguintes, exigidos por Lei:

- 1 — certidão de nascimento;
- 2 — atestado de vacinação antivariólica;
- 3 — certificado de conclusão do curso primário ou equivalente;
- 4 — três fotografias tamanho 3x4;
- 5 — atestado de autoridade oficial sobre a condição social e eco-
nómica do pai ou tutor, para efeito de classificação pre-
vista na legislação em vigor.

6 - Transferência da 2ª Série Ginásial

Prestou o exame vestibular em * * * de * * * * * * * * de 19 * * obtendo os seguintes resultados:

MATÉRIAS	PROVA FINAL	MÉDIA FINAL
Português _____	* * * *	
Matemática _____	* * * *	

Foi considerado aprovado com a média de conjunto * * * * *, sendo classi-
ficado em * * lugar, matriculando-se na 1.ª série do Curso Ginásial Agrícola.

Figura 17 - Capa do Histórico do Curso Ginásial do Ginásio Agrícola de Rio Verde

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1979).

Os princípios gerais do ensino agrícola apresentavam uma organização de disciplinas, conteúdos e orientação pedagógica que deveriam ser trabalhados, tanto do Curso Ginasial Agrícola, quanto do Técnico Agrícola. Essas disciplinas eram distribuídas de acordo com suas especificidades: o item de Cultura Geral fazia parte de formação geral, com o estudo de conteúdos gerais, dentre eles, o estudo de línguas; o de Cultura Técnica era formado por disciplinas específicas da área de formação técnica; o de Práticas Educativas, que tinha como obrigatória, especificamente, Educação Física e, por fim, o Programa Agrícola Orientado, como complementar.

Série	Disciplinas	C.H	Série	Disciplinas	C.H
1ª série	Cultura Geral: Português Matemática História Geografia Iniciação a Ciências	3 2 2 2 2	2ª série	Cultura Geral: Português Matemática História Geral e do Brasil Geografia Geral e do Brasil Ciências Físicas e Biológicas Inglês	C.H 5 5 4 4 3
	Práticas Educativas: Educação Física Programa Agrícola Orientado	2 15		Práticas Educativas: Educação Física	2
	Cultura Técnica: Vocacional Agrícola	2		Optativas: Desenho	3
3ª série	Cultura Geral: Português Matemática Ciências Física e Biológica	3 2 4	4ª série	Cultura Geral: Português Matemática Ciências Física e Biológica Inglês	3 2 2 2
	Cultura Técnica: Agricultura Zootecnia Mecânica Agrícola			Cultura Técnica: Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais	2 2 2
	Práticas Educativas: Educação Física Prática Agrícola Orientada	2 13		Práticas Educativas Educação Física Programa Agrícola Orientado Indústria e Consumo de Produtos Agropecuários	2

Quadro 4 - Quadro das disciplinas do curso Ginasial Agrícola

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1967).

	1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série
Cultura Geral	Português Matemática Biologia Química Física Educação Moral e Cívica	Português Matemática Biologia Química Física Educação Moral e Cívica	Português Matemática Biologia Química Física Educação Moral e Cívica
Cultura Técnica	Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais Mecânica Agrícola	Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais Mecânica Agrícola	Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais Economia Rural
Práticas Educativas	Educação Física Educação Artística Programa Agrícola Orientado	Educação Física Educação Artística Programa Agrícola Orientado	Educação Física Educação Artística Programa Agrícola Orientado

Quadro 5 - Quadro das disciplinas do curso Colegial Técnico Agrícola

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1969).

A partir de 1976, aos alunos concluintes do curso colegial passaram a receber a certificação de Técnico em Agropecuária, com formação para os processos de produção referentes à lavoura, à pecuária e à extração vegetal, bem como as operações de produção agrícola e armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas. Para a abrangência dessas competências, a grade curricular foi ampliada com disciplinas de núcleo comum (de formação propedêutica) e parte diversificada (de formação técnica), de forma abrangente, considerando o perfil do profissional que se desejava formar.

	1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série
Cultura Geral e Cultura Técnica	Redação e Expressão Língua Portuguesa Matemática Biologia Química Física Educação Moral e Cívica Geografia História Estudos Regionais Culturas Regionais Zootecnia Desenho e Topografia Agricultura Criações	Redação e Expressão Língua Portuguesa Inglês Matemática Biologia Química Física Programa de Saúde História Culturas Zootecnia Desenho e Topografia Agricultura Criações	Redação e Expressão Língua Portuguesa Inglês O.S.P.B. Matemática Agricultura Mecanizada Zootecnia Culturas Criações Desenho e Topografia Irrigação e Drenagem Construção e Instalação Adm. e Economia Rural

Práticas Educativas	Educação Física Educação Artística	Educação Física Educação Artística	Ensino Religioso Educação Física
----------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

Quadro 6 - Quadro das disciplinas do curso Colegial Técnico em Agropecuária

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1975).

As aulas eram realizadas em ambientes diferentes, dependendo de suas características. As disciplinas de Cultura Geral eram ministradas em salas de aulas com carteiras individuais. Já o ensino de Cultura Técnica exigia um espaço adequado para cada caso, os chamados “setores”. Inicialmente, só estava em condições de funcionamento o setor de suinocultura, com instalações ainda pequenas, e pouca estrutura de equipamentos. As demais aulas necessitavam de improviso e substituições, até que a escola fosse se estruturando. Até o ano de 1974, essas aulas aconteciam em períodos simultâneos, ou seja, o horário de aulas era pré-fixado, independente do ambiente que a mesma exigia. Nesse caso, o aluno que estivesse assistindo uma aula de cultura geral, dependendo do horário, teria que sair da sala convencional, se dirigir ao setor para a aula prática e retornar para a sala de aula no próximo tempo, independente de seu estado de higiene física, o que muitas vezes gerava um mal estar em toda a turma, como se pode constatar a partir do relatório do professor José Cimino.

A partir de 1975, com a gestão do professor José Cimino, uma de suas adequações foi em relação ao horário de aulas. Este era elaborado de acordo com as características das disciplinas. No período matutino, uma turma estaria em sala de aula, com disciplinas gerais, se dirigindo ao setor de aula prática no outro período, para as aulas específicas. Sempre tomando o cuidado para que houvesse alternância das turmas e das aulas, de modo que enquanto uma turma estivesse no setor, outra estaria em sala de aula. Para cada modalidade de aula, o aluno deveria se apresentar com o uniforme adequado.



Figura 18 - Alunos em sala de aula de cultura geral

Fonte: (BUENO, 1975).

O uniforme era de uso obrigatório. No ato da matrícula, o aluno/pai recebia uma relação completa do que deveria ser usado durante todo o período de aulas. Essa relação descrevia inclusive o tipo de tecido que deveria ser utilizado para sua confecção, facilitando, assim, o controle da organização e disciplina. Logo, havia uniformes diferentes, de acordo com as atividades: um para atividades setoriais, outro para aulas de cultura geral, em sala de aula, e uniforme de gala, para ocasiões especiais, como participação em eventos e apresentações culturais. Essa organização presume uma padronização além das aparências, é um indicativo disciplinar de formação de comportamentos, regulação e controle de posturas individuais e coletivas.

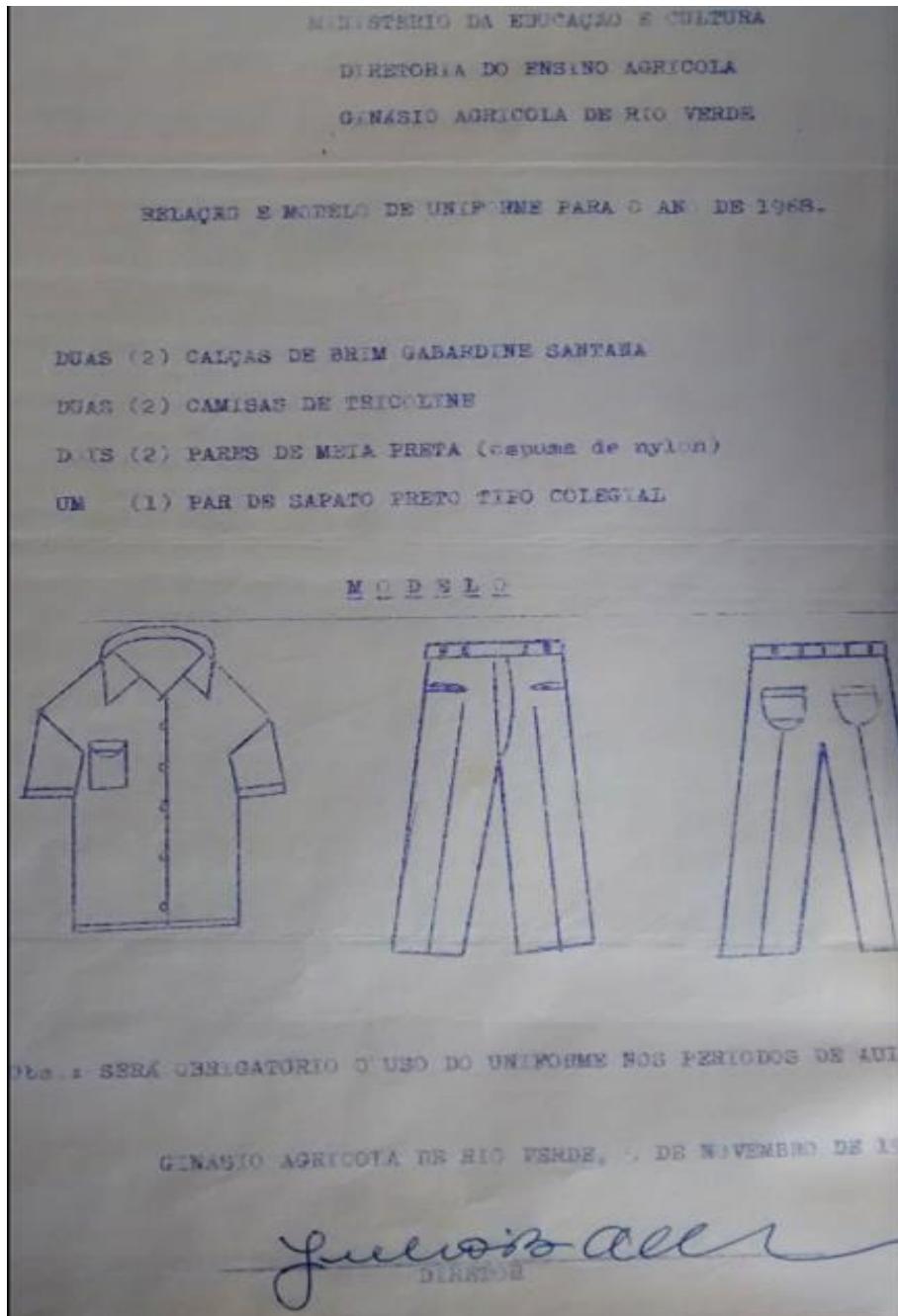


Figura 19 - Ficha de descrição do uniforme do Colégio Agrícola de Rio Verde – 1968

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1968).

A cor e o tecido, exigido para a confecção do uniforme, tinham ainda a intenção de facilitar o cuidado e conservação do mesmo, pois esses eram lavados na escola pelos próprios alunos internos. Porém, conforme pode ser observado na Ata do Conselho de Professores do dia onze de dezembro de 1974, ele não cumpria seu papel, uma vez que com a cor escura, os alunos acabavam utilizando o mesmo uniforme diversas vezes, sendo, portanto, necessária uma adequação.

Sobre o traje dos alunos em sala de aula, ficou decidido que nenhum aluno entrará na sala de aula de chinelo, com calça arregaçada, camisa aberta e sujo. Também foi decidido que para o próximo semestre o aluno terá uniforme calça U.S. Top e camiseta c/ manga (CARV, 1974, p. 16).

Os trabalhos complementares consistiam em excursões, atividades sociais, escolares e estágios, todas orientadas e supervisionadas por um profissional docente ou responsável pelo setor. Além do tempo para as atividades regulares de aulas, era necessária, ainda, uma organização do tempo dos alunos para a realização das atividades pedagógicas referentes à manutenção dos setores agrícolas da escola. Sobre o tempo escolar, Viñao (1995) assevera que

Uma de las modalidades temporales eS el tiempo escolar, um tiempo también diverso y plural, individual e institucional, condicionante de y condicionado por otros tiempos sociales; um tiempo aprendido que conforma El aprendizaje Del tiempo; uma construcción em suma, cultural y pedagógica; um “becho cultural”. El tiempo escolar – como El espacio y el discurso escolares – no ES, por tanto, “um simple esquema formal o uma estructura neutra” em la que se “vacia” la educación, sino uma secuencia, curso o sucesión continuada de momento em los que se distribuyen los procesos y acciones educativas, el quehacer escolar; um tiempo que refleja unos determinados supuestos psicopedagógicos, valores y formas de gestión, um tiempo a interiorizar e aprender (VIÑAO, 1995, p. 72).

O tempo de permanência dos alunos na escola era sempre ocupado em torno de atividades educativas. Ora atividades em salas de aulas e setores, ora em atividades de manutenção; sejam no setor de cultivo, de acordo com a dinâmica de cultivo e manejo; sejam na higienização das dependências da escola, que eram determinadas pela necessidade, tentando suprir a falta de funcionários de cada setor. Cada uma dessas atividades contribuía para uma aprendizagem diferenciada daqueles alunos, principalmente, aos de regime internato que, por força da realidade vivida, acabavam se envolvendo mais na rotina da instituição.

Nos anos letivos de 1967 e 1968, foram identificadas diversas solicitações de professores, por meio de ofícios, solicitando contratação de professores para suprir as necessidades da escola nos primeiros anos de funcionamento. Tais ofícios foram encaminhados pelo diretor Júlio Brandão e reafirmavam a importância das disciplinas do Programa, enfatizando a necessidade de professores capacitados para ministrá-las, principalmente, as que faziam parte dos componentes de Cultura Técnica. Como a escola não possuía professores suficientes para todas as disciplinas, o diretor Júlio Brandão encaminhou uma série de ofícios solicitando, ao Diretor do Ensino Agrícola/MEC, providências no sentido de homologar as nomeações, seguindo as indicações por ele encaminhadas. Pela Ficha de Identificação do Professor encontrada na escola, pôde se perceber que, na maioria das vezes, eram pessoas do convívio da escola, ou diretamente ligados a funcionários da mesma.

No Livro de Registro de Empregados do Colégio Agrícola de Rio Verde, do ano de 1972, aparecem cadastrados 48 funcionários, sendo 16 professores e 32 Administrativos. No caso de funcionários que já trabalhavam na escola em período anterior, era acrescentada, na parte relativa às observações, que: “A data de admissão constante do presente registro passou a vigor retroativamente, a partir de XX/XX/XX, conforme pareceres I 233/73 e I 266/74, da Consultoria Geral da República” (CARV, 1979, p. 2-50) (*sic*).

Nº	Nome	Período
01	Júlio Brandão de Albuquerque	1967* e 1968**
02	Faustina Alves de Castro	1969 - 1970
03	Osmar José Schossler	1970 - 1972
04	Jurandir R. de Freitas	1973 - 1975
05	José Cimino	1975 – 1989***
06	Daniel Gonçalves dos Santos	1989 - 1996
07	Gilberto José de Farias Queiroz	1996 - 2004
08	Vicente Pereira de Almeida	2005 – 2008
09	Gilberto José de Farias Queiroz	2009 – 2011
10	Anísio Corrêa da Rocha	2012 – atual

Quadro 7 - Gestores do Colégio Agrícola de Rio Verde em ordem cronológica até o ano de 2014

Fonte: IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 2012).

*Ginásio Agrícola de Rio Verde.

**Colégio Agrícola de Rio Verde.

*** 1979 – Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde.

Como pode ser observado no quadro, assim como no caso de professores, é evidente a predominância de gestores do sexo masculino no Colégio. O único período em que é dirigido por uma mulher é de 1969 ao início de 1970. Ou seja, apenas suprindo uma necessidade devido ao período de afastamento médico do então diretor, até a designação e nomeação do senhor Osmar, mesmo sendo constatado, por meio de documentos, que a senhora Faustina, era a única professora efetiva da instituição naquela época.

Em 1977, na gestão do diretor Cimino, foi elaborado um documento que apresentava dados econômicos e estatísticos do município e do Colégio. O documento considerava que o Colégio Agrícola de Rio Verde, com dez anos de funcionamento, era uma instituição consolidada administrativamente, conforme organograma abaixo:

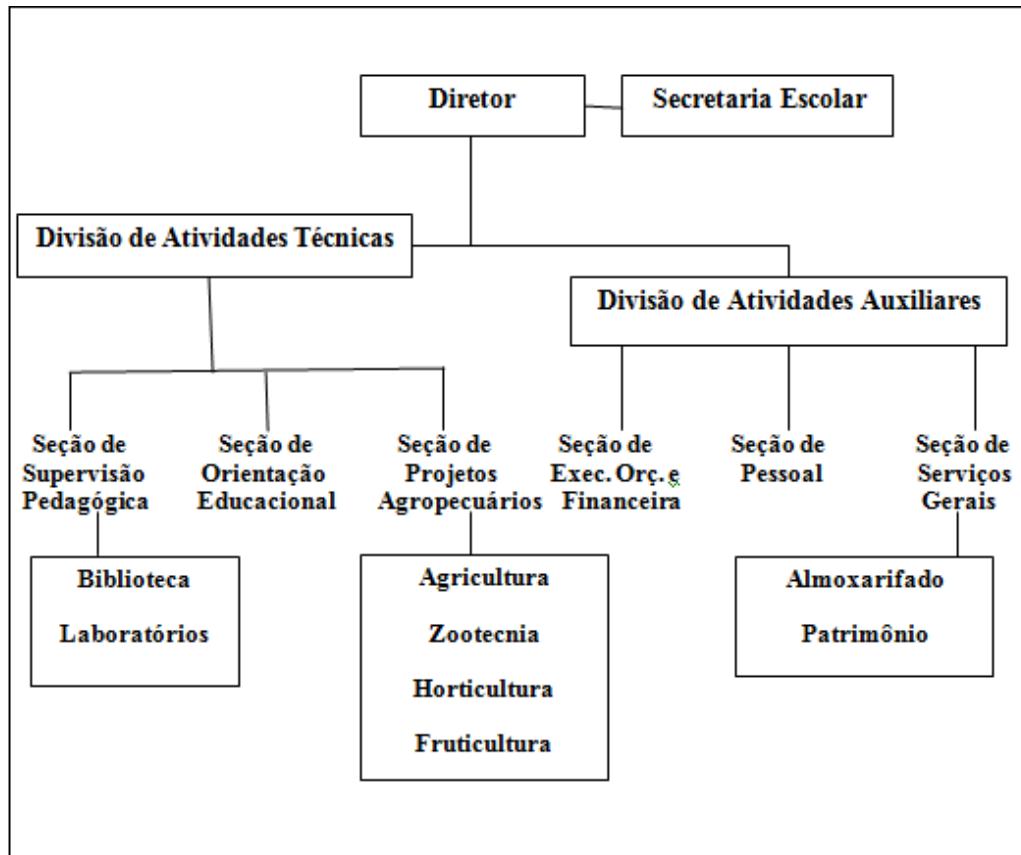


Figura 20 - Organograma do Colégio Agrícola de Rio Verde em 1977

Fonte: Formação de Técnicos em Agropecuária (CARV, s/d.c).

A instituição estabeleceu sua rotina administrativa em conformidade com as normas estabelecidas pela SEAV e pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, adequando sua estrutura e organização, atendendo as suas necessidades e a legalidade. Essa rotina exigia um contingente de administrativo superior ao número de docentes, considerando que além do pessoal com funções administrativas, o modelo escola-fazenda, que era adotado pelo colégio, era organizado por setores de acordo com as especificidades técnicas do curso.

4 SUJEITOS HISTÓRICOS E SUAS PRÁTICAS NO COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE

Conduzir um estudo que tome a cultura escolar como objeto de investigação e se sensibilize pela análise das práticas escolares, enquanto práticas culturais, impõe um duplo investimento. Por um lado, ocupar-se do mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à formalidade das práticas. Nos dois procedimentos é necessário ter clareza de que os sujeitos encarnam representações que se produzem nas situações concretas do fazer ordinário da escola (VIDAL, 2005, p. 15-16).

4.1 Discentes e docentes: perfil e percursos

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de acordo com seu Art. 63, alínea 2, declara que “O provimento em caráter efetivo dos professores e dos orientadores dos estabelecimentos de ensino agrícola federais ou equiparados, dependerá da prestação de concurso” (BRASIL, 1946). Contudo, analisando as fichas dos professores, pode-se constatar que não foi uma realidade do Colégio Agrícola de Rio Verde – GO (CARV). As fontes nos sugerem que as indicações eram feitas pelos próprios diretores, responsáveis por sua organização, e nomeadas pelo Diretor do Ensino Agrícola.

As contratações e nomeações, nesse período, eram baseadas na realização de um exame de suficiência e apresentação de documentos que garantissem capacidade, sanidade e, principalmente, idoneidade para o cargo: Quitação Eleitoral; Diplomas dos cursos realizados; atestado médico; Declaração de órgãos de empregos anteriores confirmando sua idoneidade; Requerimento do Diretor justificando e solicitando sua contratação, etc.

Nº	Nome do(a) professor(a)	Naturalidade	Habilitação	Disciplinas lecionadas
01	Ulisses teles Zimerer	Malacacheta/MG	Técnico Agrícola e de Extensão Rural.	Prát.Vocacional -PAO; -Agricultura.
02	Luiz Octacílio Lassance de Albuquerque	Belém/PA	-Artífice em Mecânica de Máquinas.	- Desenho; -Mec. Agrícola
03	Aurecídio Guimarães	Rio Verde/GO	Eletrotécnico	- Matemática
04	Maria Nazareth Teles Zimerer	Viçosa/MG	Curso Normal	- Português
05	Antônio Ernesto Lassance Albuquerque	Guanabara /RJ	- Técnico em Agricultura	- Ofi. Rurais; - Avicultura; - Ind. Rurais; - Zootecnia; -Mec.Agrícola;

06	Izaura da Conceição Albuquerque	Não consta	Não consta	- Edu. Artística - Ciên. Físicas e Biológicas
07	José Machado Cota	São Domingos do Prata/MG	Técnico Agrícola. CONTAP II – Curso Treinamento Jovens e Adultos Cooperativo	Biologia; Desenho; Programa Agrícola Orientado
08	José Carlos P. Cabral	Não consta	Não consta	- Ciências Físicas e Biológicas; -Biologia; Química; Física;
09	Claudio Collet	Não consta	Não consta	- História; - Geografia
10	Renato Barbosa Rolin	Não consta	Não consta	- Agricultura
11	Waldir Cláudio de Carvalho	Jataí/GO	Curso Técnico em Contabilidade	- Educação Física
12	Faustina Alves de Castro	Jandaíra/ BA	Serviço Social	- Português
13	Celino Furquim de Macêdo	Não consta	Científico	- Ciências Físicas e Biológicas; - Física
14	Osmar José Schossler	Santo Ângelo/RS	Técnico Agrícola e Engenheiro Agrônomo	- PAO; Química
15	Jurandi R. de Freitas	Não consta	Não consta	- Biologia; - Zootecnia
16	Maria Susana da Silva Schossler	Não consta	Não consta	Não consta
17	José Jackson Barreto	Não consta	Não consta	Não consta
18	José Carlos Lima	Não consta	Não consta	Não consta

Quadro 8 - Lista de professores do Colégio Agrícola de Rio Verde, com as respectivas habilitações e disciplinas lecionadas, no período de 1968 a 1970.

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1968-1970).

Como se pode observar, o quadro de professores do Colégio era formado, basicamente, por homens. Apenas 18% era representado por mulheres, mesmo assim, apenas para as disciplinas de formação geral. Isso se justifica pelo fato de que a formação específica representava ainda um contexto do universo masculino. Esse espaço, representado pelas práticas escolares agrárias, favorecia a predominância da presença masculina, determinando, assim, hábitos, posturas e valores e reforçando as diferenças sociais de gênero.

Dos dezoito professores citados, apenas dois apresentaram com formação superior. Os demais cursaram apenas o Ensino Médio, nível técnico ou científico, e uma professora era normalista.

O Art. 3º do Decreto n. 42.054, de 19 de agosto de 1957, regulamenta o registro de professores de disciplinas de cultura técnica e pedagógica das instituições de ensino agrícola. O documento estabelecia que, para as disciplinas de cultura técnica, não se exigia ensino superior, bastava o professor possuir um curso técnico na área: “Art. 3º - Conceder-se-á registro definitivo de disciplina de cultura técnica aos candidatos que apresentarem [...]: Diploma de conclusão de curso de Agronomia, de Veterinária, ou agrotécnica, devidamente registrado” (BRASIL, 1957).

A procedência dos professores, que aparecem nesses dados, se refere aos mais diversos estados brasileiros, sendo um da cidade de Rio Verde e outro de Jataí, município vizinho.

Como se pode perceber, grande parte dos professores possuíam apenas o ensino médio, sendo que apenas uma professora tinha formação para docência. Nesse período, os cursos de formação de professores em Rio Verde se resumiam ao Curso Normal e, em caráter de estruturação, cursos de licenciatura, por meio de um convênio com a Universidade Católica de Goiás.

Essa situação só começou a ser amenizada a partir de 1975, na direção do professor Cimino. Assim, a partir de uma parceria com Fesurv, sugeria, em caráter de urgência, o ingresso desses professores em cursos de formação, como uma das exigências para que continuassem a fazer parte do grupo docente do Colégio.

O ensino agrícola no Brasil consolidou uma representação de um ensino voltado para pobres e desvalidos da sorte. Era destinado a uma clientela específica da sociedade, voltado para: práticas agrícolas, formação e integração de menores no mercado de trabalho, evitando, assim, o ócio, caracterizado pelo ensino ministrado nos Patronatos Agrícolas. Essa proposta não se distancia muito do perfil discente, atendido pelo CARV, no início de seu funcionamento. A maioria de seus alunos fazia parte da classe menos abastada da sociedade. Tratava-se, portanto, de adolescentes e jovens sem grandes perspectivas quanto ao futuro profissional. Esses dados apresentados são baseados nas Atas de reuniões do Conselho de Professores, Reuniões com pais e responsáveis e, em alguns casos, com os próprios alunos. Muitos deles eram levados para o Colégio como a única opção de regeneração ou continuação dos estudos.

Nº	NOME	IDADE	NATURALIDADE	PROFISSÃO DO PAI	REMATRÍ-CULA EM 1968
01	Adair David de Oliveira	15	Monte Carmelo /MG	Lavrador	REM
02	Adão do E. Santo Filho	15	Ipiau/BA	Motorista	REM
03	Adilson de Oliveira Alves	15	Ougical/BA	Ignorada	REM
04	Afonso José e Silva	13	Virginópolis/MG	Não consta	--
05	Agenor José do C. Neto	16	Cristalina/GO	Lavrador	--
06	Airton Américo de Araújo	15	Iporá/GO	Ignorada	REM
07	Olair Martins da Silva	15	Ituiutaba/MG	Ignorada	REM
08	Alberto Oliveira e Silva	16	Rio Verde/GO	Lavrador	--
09	Alécio Gomes	15	Apa. de Goiânia/GO	Não consta	--
10	Antônio de Araújo	12	Rio Verde/GO	Lavrador	--
11	Antônio Bandeira da Silva	--	--	Não consta	--
12	Antônio Ferreira Rosa	13	Edéia/GO	Lavrador	REM
13	Calixto Gomes dos Reis	12	Belo Horizonte/MG	Mecânico	REM
14	Carlos A. dos Santos	14	Instância/SE	Professor	--
15	Carlos Almeida da Silva	--	--	Não consta	--
16	Celino Campos Guimarães	14	Cachoeira Alta/GO	Lavrador	--
17	Celio Batista de Azevedo	--	--	Não consta	--
18	Célio Moraes dos Santos	--	--	Não consta	--
19	Daniel Daléscio de Souza	14	Natal/RN	Comerciante	--
20	David Furtado Pimentel	--	--	Não consta	--
21	Deusimar Gomes Neves	15	Anápolis/GO	Não consta	--
22	Duplanil da Silva	--	--	Não consta	--
23	Edimar Barbosa da Costa	16	Rio Verde/GO	Lavrador	REM
24	Edmar Faria de Paiva	15	Quirinópolis/GO	Fazendeiro	REM
25	Elézio Pedro Bezerra	17	Pinheiral/RJ	Não consta	REM
26	Francisco Quirino Teixeira	14	Mineiros/GO	Fazendeiro	REM
27	Jerson Gomes Viguata	12	--	Mascate	--
28	Guiomar Francisco Martins	17	--	Lavrador	REM
29	Hamilton Dias Rodrigues	--	--	Não consta	--

30	Hélio José de Souza	--	--	Não costa	--
31	Hélio Marciano da Silva	14	Bambuí/MG	Lavrador	--
32	Humberto Proto de Souza	11	Rio Verde/GO	Motorista	--
33	Ilton Joaquim de Oliveira	16	--	Motorista	REM
34	Ismael M. dos Santos	15	São Paulo/SP	Não consta	--
35	Jair Pires Borges	15	Rio Verde/GO	Lavrador	--
36	Jamir Ataídes da Costa	16	Rio Verde/GO	Lavrador	REM
37	Jaques Jamil Silvério	--	--	Não consta	--
38	João Alberto Faria	16	--	Lavrador	--
39	João Batista de Castro	14	Jataí/GO	Joalheiro	--
40	João Batista da Silva	14	Minas Gerais	Servente	--
41	João Leal de Oliveira	14	Rio Verde/GO	Lavrador	--
42	João Marra da Fonseca	17	--	Lavrador	--
43	Joaquim Leão Velasco	13	Rio Verde/GO	Coletor	REM
44	Joel Borges dos Santos	--	--	Não consta	--
45	José Agenor de Oliveira	13	Campinópolis/MG	Lavrador	--
46	José Aglais Filho	14	Quirinópolis/GO	Farmacêutico	--
47	José Ap. Teodoro Leite	--	--	Não consta	--
48	José Batista Ferreira	14	São Simão/GO	Lavrador	REM
49	José Lucio Dantas	15	Uruacu/GO	Lavrador	--
50	José Luiz Guimarães	16	Goiânia/GO	Lavrador	REM
51	José Maria Batista da Silva	14	Rio Verde/Go	Não consta	REM
52	José Mário da Silva	16	Bambuí/MG	Lavrador	--
53	José Valeriano Goulart	--	--	Não consta	--
54	Jucélio Pires de Moraes	12	Rio Verde/GO	Fazendeiro	REM
55	Júlio César Gonzaga Diniz	--	--	Não consta	--
56	Juvenil David de Oliveira	14	Monte Carmelo/MG	Lavrador	--
57	Leonardo A. de Lacerda	13	Uberaba/MG	Lavrador	REM
58	Lindomar F. dos Santos	--	--	Não consta	--
59	Luiz Carlos da Silva	--	--	Não consta	--
60	Luiz Gonzaga Cabral	16	Rio Verde/GO	Lavrador	--

61	Luziano G. de Castro	--	--	Não consta	--
62	Manoel Paiva da Costa	15	Rio Verde/GO	Cambista	--
63	Manoel Tereza Ribeiro	--	--	Não consta	REM
64	Marcos Messias Pinto	17	Monte Carmelo/MG	Lavrador	REM
65	Mauro Veloso Cruvinel	14	Rio Verde/GO	Comerciante	--
66	Moacir Martins Dutra	16	Canápolis/MG	Lavrador	REM.
67	Newton Silvano do Amaral	11	Ituiutaba/MG	Comerciante	--
68	Osvaldo Ferreira Rosa	15	Edéia/GO	Lavrador	REM
69	Paulo Fernando Zambelini	--	--	Não consta	--
70	Paulo Maria de Melo	15	Riverlândia/GO	Comerciante	REM
71	Ronaldo Viana Leite	--	--	Não consta	--
72	Rubens Nunes da Silva	--	--	Não consta	--
73	Salvador Alves	--	--	Não consta	--
74	Sebastião Oliveira Ataide	--	--	Não consta	--
75	Sebastião Pereira Filho	--	--	Não consta	--
76	Sironil Luiz Paraguai	14	Rio Verde/GO	Lavrador	--
77	Sérgio David dos Santos	15	Formosa/GO	Padeiro	REM
78	Sérgio Luiz Souto Pantoja	--	--	Não consta	--
79	Sid-Wilton da Silveira	--	--	Não consta	--
80	Silvio Benício da Silva	15	Monte Carmelo/MG	Lavrador	REM
81	Ubiratam T. de Moraes	--	--	Não consta	--
82	Wagner E. de Oliveira	16	Uberlândia/MG	Construtor	--
83	Waldevaudo H. de Souza	16	Urutai/GO	Lavrador	--
84	Walter Pereira da Silva	--	--	Não consta	--
85	Wander Martins Borges	14	Rio Verde/GO	Lavrador	REM
86	Willian Jorge da Silva	14	Pires do Rio/GO	Comerciante	REM
87	Wilson N. Trindade	16	Rio Verde/GO	Viajante	--
88	João Carlos dos Reis	--	--	Não consta	--
89	Zilco de Castro	14	Bahia	Comerciante	REM
90	Divino José da S. Santos	14	Trindade/GO	Comerciante	--
91	Jordair Fernandes Queiroz	15	Iporá/GO	Lavrador	--

92	Jairo Rodrigues de Brito	15	Varjão/GO	Lavrador	--
93	José Clébio Eduardo Filho	15	Rio de Janeiro/RJ	Motorista	--

Quadro 9 - Lista de alunos matriculados na 1^a série ginásial no CARV, no ano letivo de 1967, através do processo de seleção do CARV

Fonte: Livro de Registro de Matrículas do (CARV, 1967).

Não foram encontrados documentos que comprovassem, com exatidão, o número de vagas oferecidas para a primeira turma de alunos do CARV. Dos 65 alunos, cuja ficha de matrícula contém informações, podemos observar que o grupo discente da escola era bastante heterogêneo, em se tratando do nível socioeconômico, faixa etária e procedência, tendo poucos alunos do município de Rio Verde.

Dos 93 alunos matriculados nesse período, apenas 56 apresentaram a ocupação dos pais, sendo que, desse total, 31 se declararam filhos de lavradores, apenas 3 filhos de fazendeiros e 22 apresentaram diversas outras profissões. Todas elas originadas da classe trabalhadora, fato que nos leva a acreditar que, o colégio, pelo menos durante um período considerável, atendia uma clientela menos favorecida.

A LDB n. 4.024/61 estabelecia que para o ingresso no curso ginásial, o aluno tivesse onze anos completos ou completasse essa idade no decorrer do primeiro ano letivo. Entretanto, a distorção idade/série dos alunos com entrada na primeira série era considerável. Conforme registro do Livro de Matrículas do ano de 1967, por intermédio do Exame de Admissão, foram matriculados 93 alunos em sua totalidade, todos do sexo masculino, com idade entre 11 e 17 anos, sendo que apenas 28⁴² deles, apresentavam idade inferior a 15 anos, e 37, entre 15 e 17 anos.

Apesar do Decreto-Lei n. 9.613/46, que estabelecia a igualdade de direito de ingresso para homens e mulheres no ensino agrícola, não foi registrado nenhuma matrícula do sexo feminino no CARV até o ano de 1976. Esse fato pode ser justificado, pois, além das questões sociais da época, a própria recomendação do Art. 52 previa que “os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina” (BRASIL, 1946).

Grande parte dos alunos matriculados nas primeiras turmas da escola não conseguiu se adaptar à rotina da escola, com aulas teóricas e práticas; atividades rotineiras de manutenção e organização do espaço escolar, e, ainda, o afastamento da família por um longo período. Esse problema foi ainda mais agravante no caso dos alunos transferidos da Escola de Urutáí,

⁴² De acordo com o Livro de Matrícula, 28 alunos não registraram a data de nascimento.

considerando a distância entre os municípios de origem e de Rio Verde, para onde foram transferidos. Apenas 30 alunos, dessa turma, foram rematriculados no ano de 1968.

Em consequência do desagrado e falta de adaptação de alguns discentes, surgiam, eventualmente, problemas de indisciplina, os quais sempre que iam ao conhecimento da direção, eram tratados com rigidez, de acordo com o regulamento da instituição. As formas de punições, como podem ser observadas no registro da Ata do Conselho de Professores, iam desde a prestação de serviços nos diversos setores da escola, advertências, comunicados às famílias, suspensões das atividades escolares, perdas do regime de internato e até desligamento da instituição⁴³. Os casos registrados de punição eram geralmente relacionados à desordem na instituição, sejam nos espaços de atividades coletivas, sejam nos alojamentos; o não cumprimento das atividades e horários de aulas; desrespeito aos professores, funcionários da escola e aos colegas (principalmente se esse ato gerasse agressão física) e, ainda, em casos de saída da escola sem autorização do supervisor de alunos.

A figura do inspetor/supervisor da escola era considerada de grande importância, pois era o responsável por manter a disciplina e ordem no recinto, bem como zelar pela aplicação das normas disciplinares e encaminhamento dos casos mais graves à direção do colégio. Alguns inspetores conseguiam cultivar uma amizade entre os alunos e, com isso, facilitavam a comunicação e entrosamento entre eles. Outros, na maioria das vezes, mantinham uma postura mais distante e autoritária.

Outro aspecto a ser observado é em relação ao nível socioeconômico dos alunos matriculados na instituição. Com base na análise das pastas individuais dos alunos, percebe-se que eram atendidos alunos dos mais variados níveis, considerando as profissões declaradas pelos seus pais, que variavam entre comerciante, motorista, mascate, padeiro, farmacêutico, viajante, construtor, cambista e a maioria que se declarou como lavrador, apenas um fazendeiro e vários não declararam suas profissões. No caso das mães, todas eram consideradas como domésticas. O que, de acordo com a realidade da época, nos leva a considerá-las como do lar. Mesmo com a diversidade de profissões declaradas, podemos inferir que, se não a maioria, um número considerável dos alunos eram filhos de agricultores e pecuaristas da região.

O afastamento, por um longo período, dos alunos com suas famílias favorecia um maior envolvimento dos alunos com colegas, servidores e professores. Estes últimos desempenhavam um papel muito importante na vida desses alunos, não só em sua formação

⁴³ Quando o aluno era desligado por comportamento considerado abusivo ou perigoso, era registrado em seu documento de transferência o motivo pelo qual o mesmo foi desligado, segundo a Ata de Registros da Core.

acadêmica e profissional, mas principalmente exercendo grande influência em sua formação humana.

Ano/Série	1 ^a série ginasial	2 ^a série ginasial	3 ^a série ginasial	4 ^a série ginasial	1 ^a série colegial	2 ^a série colegial	3 ^a série colegial
1967	93*	–	–	–	–	–	–
1968	–	79	22	14			
1969	–	–	54	12	37	27	14
1970	–	–	–	55	29	25	25
1971					78	22	15
1972	–	–	–	–	38	66	22
1973	–	–	–	–	40	30	65
1974	–	–	–	–	55	41	28
1975**	–	–	–	–	–	–	–
1976	–	–	–	–	91	65	39
1977	–	–	–	–	85	83	56
1978	–	–	–	–	124	79	40
1979	–	–	–	–	163	121	75

Quadro 10 - Número de matrículas inicial, por série, do Colégio Agrícola de 1967 a 1979

Fonte: Livro de Matrícula e Atas de Registros Finais da CORE – IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1967-1979).

*No Livro de Registro de Matrícula do ano letivo de 1967, constam apenas matrículas na 1^a série do Curso Ginasial, porém pelo número de matrículas e pelo fato de terem alunos cursando as outras séries do ginasial, configura-se um erro de registro.

** No ano de 1975, não aparece número de alunos matriculados, pois devido à alteração do calendário letivo, não houve exame de admissão neste ano.

A partir de 1968, só foram realizadas matrículas para a segunda série do Curso Ginasial e para primeira série do Curso Colegial. E assim, sucessivamente, no ano seguinte, até que fosse excluído definitivamente o Ginásio, atendendo, a partir daí, apenas alunos que tivessem concluído o Ensino Fundamental, com o Colegial Agrícola.

Os livros de Registro de Diplomas dos Alunos Formados pelo Colégio Agrícola de Rio Verde destacam os alunos diplomados com o Certificado de Mestre Agrícola nos anos de 1970 e 1971. Já nos anos posteriores, eram diplomados apenas com o Certificado de Técnico em Agricultura. Os alunos que concluíam o curso ginasial, e tinham interesse, passavam para o colegial, sem necessidade de realização de um novo Exame de Admissão.

Ano	1970	1971	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Nº de Alunos	20*	54*	26	15	22	64	28	38	55	76	65

Quadro 11 - Número de alunos que receberam diplomas pelo Colégio Agrícola de Rio Verde nos anos de 1971 a 1979

Fonte: Livro de Registros de Diplomas dos alunos formados pelo Colégio Agrícola de Rio Verde - da CORE – IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1974).

*Em 1970 e 1971, os alunos que concluíram o curso Ginásial. Em 1971, também concluíram alunos do curso colegial. A partir de 1972, foram apenas formandos do curso colegial.

Analizando os quadros com o número de matrículas iniciais e alunos diplomados nos referidos anos, percebe-se a discrepância existente, assim como o número de matrículas de um ano para outro. A redução, em alguns casos, chega a 50%, principalmente em relação ao primeiro para o segundo ano. De acordo com registros no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Professores, muitos desses alunos não conseguiam se adaptar ao regime de internato e, principalmente, a disciplina da escola. Alguns eram “convidados” a se retirarem, conforme registro do dia onze de setembro de 1969:

A disciplina chegou a um ponto extremamente grave desrespeitando a autoridade máxima do referido colégio. Assim explicado os membros julgaram convenientemente, inclusive os orientadores pedagógico e educacional, desligar o referido aluno, com direito a transferência, isto consequentemente, sem enquadrar no Decreto-Lei n.477, de 26 de fevereiro do mesmo ano (CARV, 1969, p. 11).

Havia também aqueles que não suportaram os “trotos”, entre veteranos e novatos. Até o ano de 1975, esse tipo de comportamento era comum. Nos anos subsequentes, a direção tomou medidas para controlar e reprimir o trote pesado, como castigos físicos e ridicularização, tentando focalizar no trote educativo, tais como atividades sociais e ginchanas. Não foi uma medida fácil e nem imediata, mas aos poucos foi sendo amenizada.

No dia 30 de abril de 1971, aconteceu a formatura da primeira turma do Curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola de Rio Verde. O evento foi de tal importância que teve destaque especial no jornal “Folha de Goiaz” de 23 de abril do mesmo ano, enfatizando a presença do governador do Estado e autoridades da região. A reportagem ainda salientou a importância dos profissionais habilitados para o desenvolvimento agrário da região.

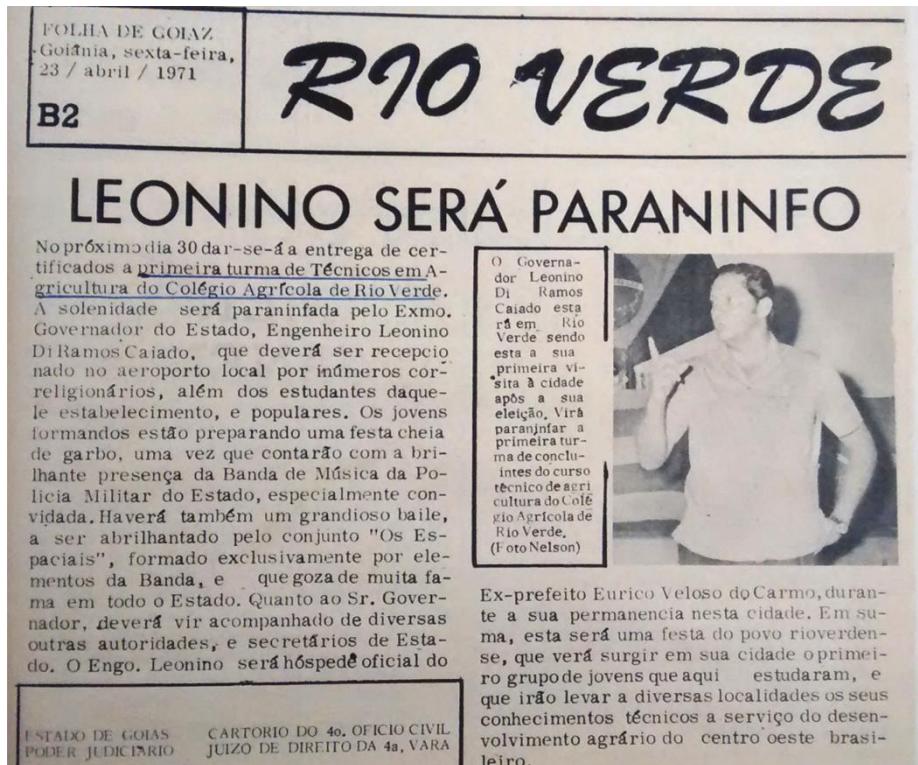


Figura 21 - Anúncio sobre a entrega de certificados da primeira turma de formandos do CARV

Fonte: Arquivo do Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, s/d.a).

Foram diplomados 54 formandos do curso ginasial e 26 do curso Colegial com o certificado de Técnico Agrícola, conforme modelo abaixo:



Figura 22 - Diploma do Curso Técnico Agrícola do CARV

Fonte: Core do IF Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1971).

Em se tratando de uma instituição escolar, em especial de ensino agrícola, como no caso do CARV, os espaços devem ser percebidos tanto em sua complexidade, como suas singularidades. Sua realidade é construída e vivenciada de diferentes formas, de acordo com seus sujeitos, suas práticas e conflitos vivenciados. Conforme afirma Magalhães (2010, p. 69), “as instituições educativas constituem realidades em constante transformação interna no e pelo relacionamento com a realidade envolvente”. Sendo assim, as práticas escolares vão sendo construídas ao longo de atividades sistemáticas ou não, sociais e culturais, conforme afirma Julia (2001, p. 11):

[...] para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir longamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização.

Dessa forma, nas atividades culturais e esportivas, sejam elas internas ou em conjunto com a comunidade, desenvolvidas pelo Colégio, era imprescindível a participação de todos os alunos da escola. No entanto, por meio do documento elaborado em 1977, percebe-se a influência da ditadura militar nessas atividades, retratando a política de repressão embutida nas escolas públicas de todo o país. Nesse período, as atividades políticas dos grêmios estudantis e do movimento de estudantes secundaristas foram substituídas por aquelas relacionadas à educação moral e cívica, destacando a participação e as premiações do colégio:

1º lugar no desfile de 7 de setembro, Campeão dos VII Jogos Abertos de Rio Verde, 1º lugar na exposição de suínos, segundo a comunidade, melhor padrão de ensino de 2º grau, vencedor de duas gincanas intercolegiais, visitas e excursões de cunho cultural, cursos e palestras de formação técnica (CARV, s/d.c, p. 9).

O destaque do CARV, nessas atividades, foi fortalecido a partir de 1975, quando na direção de José Cimino foram estabelecidas parcerias com as demais escolas e entidades da cidade de Rio Verde, buscando maior interação e valorização da escola pela sociedade rio-verdense.

A participação dos alunos era assídua em jogos estudantis, gincanas, festividades e comemorações cívicas. A Festa Junina do Colégio Agrícola de Rio Verde era famosa por sua organização e divertimento. Nos jogos estudantis, o time de futebol de salão era o mais forte da cidade. Esses eventos muito contribuíam para a formação integral dos alunos.

No final da década de 1970, a escola já havia se estabelecido como instituição sólida e respeitada na cidade e região, tanto pela formação oferecida como pelas competições

esportivas. De acordo com relatos⁴⁴, o time de futebol do CARV era respeitado e aplaudido em suas apresentações e dali saíram muitos jogadores promissores, representando a escola e a cidade de Rio Verde.



Figura 23 - Time de futebol do Colégio Agrícola de Rio Verde em 1976/1977

Fonte: (BUENO, 1977).

Enfim, o Colégio Agrícola de Rio Verde seguiu seu curso obediente dentro dos parâmetros definidos pela política de educação vigente, normatizando sua ação pedagógica definida pela metodologia escola-fazenda, conforme será tratado a seguir.

4.2 Práticas escolares: o sistema Escola-fazenda do Colégio Agrícola

Com a transferência do ensino agrícola subordinado a SEAV do Ministério da Agricultura para o MEC, em 1967, sob a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola, que tinha como objetivo “reformular a filosofia do ensino agrícola, sendo implantada, então, a metodologia do Sistema Escola-fazenda, que se baseou no princípio aprendendo a fazer e fazer para aprender” (BRASIL, 1984), reforça a política social e econômica adotada pelo governo da ditadura, garantindo, assim, a exploração econômica aos trabalhadores, rural e urbano, bem como sua dominação. Para Cunha e Góes (1985, p. 33), “os acordos MEC-USAID cobriram todo o aspecto da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e

⁴⁴ Ex-professores e personagens da história do futebol rio-verdense relataram situações de destaque do time de futebol do CARV e alguns casos, inclusive de jogadores profissionais a partir dali.

superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos". Nesse sentido, o ensino profissional também foi visivelmente afetado.

Assim como a SEAV, a DEA mantinha um estreito contato com o convênio MEC/USAID e estava totalmente em consonância aos interesses norte-americanos no que se referia ao ensino agrícola da rede federal. Esses acordos eram firmados de forma que "visavam à melhoria do ensino agrícola de grau médio" (BRASIL, 1984, p. 13). Foram consolidados três acordos, entre 1966 e 1975:

O primeiro acordo foi celebrado entre o Governo Brasileiro, através do Ministério da Agricultura, e o Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso – CONTAP II, cuja preocupação fundamental foi a implantação de projetos agropecuários necessários ao funcionamento do sistema escola-fazenda. Em virtude da não renovação desse acordo, os objetivos traçados não foram atingidos, prejudicando assim, a implementação dos projetos agropecuários e, em consequência, o próprio sistema escola-fazenda.

O segundo acordo foi firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento do Ensino Médio – PRODEM, do MEC; por esse acordo, foram ampliados, reformados, adaptados e reequipados 5 (cinco) colégios agrícolas, vinculados ao DEM/MEC.

O Plano Nacional do Ensino Técnico agrícola de 2º Grau – PLANETAGRI previa a melhoria de mais de 27 (vinte e sete) estabelecimentos de ensino agrícola federal: o terceiro acordo internacional, firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, administrado pelo Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino Médio – PREMEM, beneficiou 10 (dez) desses estabelecimentos (BRASIL, 1984, p. 13).

Na perspectiva do sistema escola-fazenda, a escola tem a finalidade de atuar como espaço de formação profissional de trabalhadores para as grandes empresas do complexo agroindustrial, atendendo a necessidade econômica e política do setor agrícola de mão de obra qualificada, nos moldes da agricultura de grande porte. Sua concepção pedagógica, princípios e objetivos, foram fundamentados no modelo norte-americano, segundo o qual toda estrutura organizacional foi definida para o padrão de profissional mais adequada e eficiente. No Brasil, pelas condições não tão favoráveis, acabava se tornando uma atividade sem grandes perspectivas e fundamentos. O modelo apresentado era composto por áreas bem caracterizadas e com funcionamento integrado: Salas de Aulas, Laboratório de Prática e Produção, Programa Agrícola Orientado e Cooperativa-Escola.

Ferreira (2002) argumenta que, no Brasil, as primeiras experiências do sistema foram implantadas no Colégio Técnico Agrícola Presidente Prudente, em São Paulo, no ano de 1961, e baseavam-se na ideia de que a agricultura seria uma indústria de produção lucrativa, se bem planejada e executada em bases econômicas, pois a cada dia surgiriam inovações tecnológicas e o aluno deveria se preparar para acompanhar essa evolução. Desse modo, seria

necessário, então, desde cedo aprender não só a cultivar a lavoura, mas antes de tudo, a comercializá-la, industrializá-la, administrá-la, contabilizá-la, trabalhar em equipe e, principalmente, aprender a resolver problemas, tomar decisões e iniciativas acertadas e ágeis.

Com a implantação do Programa do Conselho Técnico-administrativo da Aliança para o Progresso (CONTAP II) do convênio MEC/USAID, para suporte do ensino agrícola de grau médio, em 1966, o sistema escola-fazenda foi implantado, experimentalmente, em alguns ginásios e colégios agrícolas, com o objetivo de reduzir os problemas de estrutura técnico-pedagógicas e administrativas do sistema de ensino.

A partir do Decreto n. 72.434, de 09 de julho de 1973, com a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola/COAGRI, o sistema escola-fazenda foi reformulado e implantado nas Escolas Agrícolas do Brasil, com mecanismos fundamentais estruturados em: Salas de Aulas, Unidades Educativas de Produção e Cooperativa-Escola, como setores distintos e interligados. Objetivava a aplicação do conhecimento teórico-prático na execução de projetos agropecuários, agroindustriais e de melhoramento das unidades educativas de produção.

O sistema seguido pela escola, a partir daí, tinha por princípios a formação do profissional rural, com preparação para gerenciar propriedades. Conforme postula Ferreira (2002), as chances desse aluno atuar como produtor rural eram mínimas, diante da política econômica do país, em consonância com as orientações políticas e filosóficas do princípio de ‘aprender a fazer e fazer para aprender’, fundamentado

No desenvolvimento de habilidades, destrezas e experiências indispensáveis á fixação dos conhecimentos ministrados nas aulas teórico-práticas, buscando integrar reflexão e ação, pensar e agir, ciências e humanismo. É uma escola dinâmica que proporciona ao educando a vivência com problemas da realidade, conscientizando-o de suas possibilidades e de seu papel junto á sociedade (BRASIL, s/d, p.2).

Além disso, cada escola deveria regulamentar seu funcionamento, por meio de um Regimento Interno da COAGRI, no qual estruturassem outros mecanismos de atuação com a intenção de fomentar a participação de membros da comunidade escolar no processo decisório que eram os Conselhos: Comunitário, de Professores, de Classe, de Alunos, dentre outros (BRASIL, 1985).

O sistema escola-fazenda tinha como visão direcionar o aluno para sua autossustentação, incorporando suas práticas pedagogias de modo a incentivar a atuação e o retorno do educando às comunidades de origem. Seus objetivos visavam à aplicação dos conhecimentos adquiridos com habilidade, destreza e experiência, promovendo uma melhor

formação profissional, de forma consciente e produtiva, oportunizando aos futuros técnicos a possibilidade de se estabelecer como profissional da atividade agropecuária, além de promover o intercâmbio de conhecimentos práticos entre a comunidade.

O sistema também oferecia a possibilidade de minimizar custos. A COAGRI, pela Portaria n. 253, de 13 de dezembro de 1977, instituiu a taxa de internato, cobrada nos Colégios Agrícolas. Essa taxa era estipulada em um salário mínimo anual, para alunos do regime internato, e meio salário para alunos do regime semi-internato. Os alunos que não tivessem condições de pagar, integralmente ou parcialmente, seriam isentos (BRASIL, 1977).

Para o funcionamento do sistema escola-fazenda eram necessárias algumas adequações da rotina de alunos, professores e funcionários da escola, responsáveis pelas práticas, pois, os projetos não poderiam ser interrompidos. Para isso, era realizado o esquema de rodízio de atividades, por meio de plantões em finais de semana, feriados, férias e recessos escolares. Os estudantes eram, portanto, trabalhadores da escola, responsáveis pelo seu bom funcionamento. Nesse sentido, havia uma política que, desde a ditadura de Vargas, reforçava

a dualidade escolar. A política educacional do Estado Novo erigiu uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão do trabalho e a estrutura escolar, isto é, entre o secundário, destinado às “élites condutoras” e os ramos profissionais de ensino médio, destinados às “classes menos favorecidas” (CUNHA, 2000, p. 7).

A afirmação de Cunha (2000) é reforçada pela constatação de que, na maioria das vezes, as atividades de manutenção eram desenvolvidas pela maioria “menos favorecida”. Isso porque a minoria, que possuía melhores condições sociais e financeiras, pagava para os colegas que se dispusessem a realização do trabalho a ele atribuído.

Dos mecanismos estruturados pelo sistema escola-fazenda, o que mais encontrou entraves foi a criação das cooperativas escolares. Eram direcionadas para se preocuparem apenas com os interesses comuns da cooperativa e não pela organização de interesses de estudantes ou trabalhadores. Para garantir seu bom funcionamento, eram estabelecidas regras bem claras que, muitas vezes, impedia a efetivação de seus objetivos⁴⁵. Essa realidade só começou a ser modificada com Resolução n. 23, de 9 de fevereiro de 1982, que a reconhece como instituição educativa, oferecendo melhores condições de funcionamento. Em 1984, conquistou o perfil de uma instituição de direito privado, com estatuto e sede própria, na escola.

⁴⁵ Com as restrições apresentadas pela COAGRI, a cooperativa não poderia se representar judicialmente, não tinha competência para gerir seus recursos e só poderia comercializar material escolar ao associado.

A adequação da realidade material da escola de Rio Verde, para o atendimento às exigências do sistema escola-fazenda, exigiu do diretor Júlio Brandão uma sensibilização da comunidade local, principalmente dos grandes grupos econômicos, na busca de apoio para a aquisição de equipamentos necessários ao sucesso das aulas do programa Agrícola Orientado. Dentre os que se sensibilizaram, destaca-se o gerente da distribuidora Sudoeste⁴⁶. Assim, por meio do Ofício n. 212, de 04 de julho de 1968, o diretor do Colégio, Júlio Brandão, descreve a necessidade de um arado para as aulas práticas do curso:

Este Colégio possue uma área de 200 ha, em que quase sua totalidade mecanizável, o que nos dará possibilidade de ministrar aulas práticas de real aproveitamento técnico-econômico. Temos internados no momento: 1º ano colegial, 35 alunos, 4ª série ginásial, 13 alunos, 3ª série ginásial, 27 alunos, 2ª série ginásial, 85 alunos (CARV, 1968, p. 1).

No Ofício, o diretor destacava as dificuldades financeiras, enfrentadas pelo MEC, que não possibilitaram o necessário equipamento do Colégio para as aulas práticas:

O Colégio Agrícola de Rio Verde pertence à Rede de Colégios Agrícolas da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Educação e Cultura, estando implantado numa das mais ricas zonas agro-pastoris do Brasil-Central. Iniciou suas atividades escolares em maio de 1967 tendo apenas um ano de vida, sofrendo, como é natural, as consequências de um estabelecimento com um ano apenas de vida ativa, agravando a sua situação num Estado que lamentavelmente é pouco lembrado dos poderes públicos. O Colégio Agrícola de Rio Verde propõem-se a formar técnicos em agricultura de nível médio (2º Ciclo) sendo o único no Estado de Goiás. Embora pertença ao MEC, este ainda não teve condições de aparelhá-lo, dado seus grandes encargos e assim nos ressentimos do que há de mais necessário, como seja aparelhamentos agrícolas para atende convenientemente as aulas do PROGRAMA AGRÍCOLA ORIENTADO (CARV, 1968, p. 1).

No Ofício n. 338, de 1º de outubro de 1968, encaminhado ao diretor do DEA/MEC, Júlio Brandão declarou que o Lions Clube de Rio Verde havia doado um trator zero quilômetro para o Colégio. Tal fato demonstrou o interesse dos órgãos do município em participar da empreitada de equipar a escola para preparação de futuros profissionais para a região. Nesse sentido, observa-se a coexistência das relações entre o público e o privado no Estado brasileiro, especificamente, no caso das escolas agrícolas federais.

Para Ferreira (2002), a proposta pedagógica do sistema escola-fazenda objetivava aulas práticas que oportunizassem o desenvolvimento de habilidades e experiências que auxiliassem na fixação dos conhecimentos adquiridos em aulas teóricas, aprofundando e ampliando a compreensão das relações que se estabelecem a partir do processo produtivo.

⁴⁶ Concessionária de automóveis da cidade de Rio Verde.

Além disso, não havia registro de muitos profissionais para prestação de serviços de manutenção. Portanto, além da preparação dos alunos para a mão de obra, era necessário a realização das práticas de manutenção interna do colégio, como serviços de manutenção do alojamento, jardinagem, manejo agrícola, trato com os animais, horta, entre outras tarefas designadas pelo instrutor ou supervisor de setor, para o bom funcionamento da instituição.

O período de cumprimento dessas tarefas também era contado como espaço de aprendizagem, pois havia ali uma intenção disciplinada para a aprendizagem, vivenciando, na prática, as atividades aprendidas em sala de aula, como: cuidado com a colheita e os animais, manejo de maquinários e implementos, rotinas de trabalho, enriquecendo, assim, o aprendizado dos estudantes. Muitos desses alunos, após a conclusão do curso, permaneciam no colégio como prestadores de serviços, ou mesmo contratados, já que naquela época não era necessário o concurso público.

Os espaços do colégio agrícola eram, portanto, espaços educativos disciplinadores. Para Viñao (2001), a educação, como atividade humana, necessita de espaços e de tempos definidos para ser efetivada. Assim, a educação possui uma dimensão espacial e, por outro lado, o espaço juntamente com o tempo são elementos constituintes da atividade educativa. Nesse sentido, segundo o autor supracitado, “a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas”. Isso significa que no interior da escola produzem-se “modos de pensar e de atuar que proporcionam” a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas” condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos (VIÑAO, 2001).

Vinão (2001) caracteriza o tempo escolar ao mesmo tempo como algo pessoal, cultural, individual e institucional. Afirma, ainda, que o tempo é do ponto de vista individual, plural e diverso, percebido e vivido diferentemente por cada um dos agentes da escola: aluno, professor, direção. Destaca, também, que o tempo é uma construção social em mudança contínua, vivida não apenas por aqueles que participam do espaço escolar, mas também pelas famílias e por toda a comunidade.

Assim como o tempo, o espaço escolar também não é imparcial nem neutro, pois, conforme Viñao (2001), ele sempre educa. O local de ensino, a estrutura do prédio e seus elementos arquitetônicos e simbólicos, a localização das escolas e sua relação com a cidade, o tipo e a disposição das salas de aulas e de outras instalações como, por exemplo, os alojamentos, o tipo e a disposição das carteiras e dos móveis escolares e os tempos reservados a cada disciplina não são elementos neutros na educação. Todos os aspectos devem ser

analisados e considerados como parte do currículo e da história da instituição, pois o conjunto desses elementos traduz todo o agrupamento de valores, explícitos ou não, incutidos no espaço escolar, a fim de garantir os padrões estabelecidos pela instituição.

Observar os espaços da escola possibilita a percepção de como aconteciam os agrupamentos, distribuições e apropriações desses espaços de uso por alunos, funcionários e comunidade, visando ao processo de ensino-aprendizagem. Viñao (2001) destaca os preceitos do higienismo que justificam a importância de prédios e espaços adequados às atividades escolares, com salas ventiladas, sanitários e espaços abertos, num ambiente educativo propício e alegre a fim de garantir o melhor rendimento escolar e físico.

Os alunos do regime internato e semi-internato faziam suas refeições no próprio refeitório da escola, o qual também era constituído como espaço de aprendizagem, pois, ali, desenvolviam hábitos de socialização, saúde, higiene, agregando, assim, conhecimentos princípios e hábitos de formação padronizados pela civilidade da sociedade moderna. A alimentação era complementada com alguns produtos cultivados na própria instituição, em especial com batatas, cuja plantação era abundante. Podemos observar no cardápio, apresentado em 19 de fevereiro de 1973, que a maioria da alimentação era produzida na fazenda-escola, ou seja, os alunos produziam seu próprio sustento.

Pelos relatórios e prestações de contas da escola, verificamos que tanto a alimentação dos alunos, quanto de professores e funcionários advinham, em grande parte, da produção da escola, a saber: da plantação, da granja de aves e suínos, e, também, de produtos derivados do leite que eram fabricados na própria cooperativa da escola. Os produtos não consumidos, só puderam ser comercializados, a partir da mudança de perfil, pela Resolução n. 23 de 1982 e da criação de estatuto próprio de funcionamento, ganhando mais autonomia e reconhecimento.

CARDÁPIO DO MÊS

1^a Semana

SEGUNDA FEIRA

ALMOÇO: – Arroz, Feijão, Purê de Batatas, Carne moída, com molho de extrato tomate e cebola.

JANTAR: – Arroz, Feijão, Panquecas.

TERÇA FEIRA

ALMOÇO: - Arroz, Feijão, Carne em pedaços, Batatas ensopada.

JANTAR: - Arroz, Feijão, Bolinhos de arroz, Carne assada com molho.

QUARTA FEIRA

ALMOÇO: - Arroz, Feijão, Bolo de carne.

JANTAR: - Arroz, Feijão, Carne picada.

QUINTA FEIRA

ALMOÇO: - Tutu de feijão, Arroz, Carne cozida.

JANTAR: - carne com batatas, Arroz, Feijão.

SEXTA FEIRA

ALMOÇO: - Arroz, Feijão, Pastel de queijo, Carne.

JANTAR: - Arroz, Feijão, Macarrão com carne.

SÁBADO

ALMOÇO: - Bife com molho, Arroz, Feijão.

JANTAR: - Arroz, Feijão, Carne ensopada, Pizza.

DOMINGO

ALMOÇO: - Macarronada, Arroz, Feijão, Frango ensopado.

JANTAR: Arroz, Feijão, Miúdos de frango enfarofado, Batatinha frita.

2^a Semana

SEGUNDA FEIRA

ALMOÇO: - Arroz, Feijão, Bife milanesa.

JANTAR: - Arroz, Feijão, Carne com batatas.

TERÇA FEIRA

ALMOÇO: - Arroz, Feijão, Bife ensopado.

JANTAR: - Arroz, Feijão, Omelete, Carne.

QUARTA FEIRA

ALMOÇO: - Arroz, Feijão, Carne moída, maionese.

ATENÇÃO

Avisamos aos senhores alunos, que qualquer reclamação, deve ser dirigida
Diretamente a “DIREÇÃO” ou “ALMOXARIFADO”, deste Colégio.

Rio Verde, 19 de fevereiro de 1973.

Figura 24 - Cardápio apresentado aos alunos

Fonte: Arquivo da Core do Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1973).

Ao final do cardápio, além da observação de que “verduras, na medida do possível”, existia, ainda, uma mensagem para os alunos que não estivessem satisfeitos.

4.3 A ditadura militar e o Colégio Agrícola de Rio Verde

A partir de 1964, a sociedade brasileira passou a viver sob o autoritarismo efervescente adotado com o golpe militar, com o objetivo de reprimir toda e qualquer mentalidade e atitude que considerassem entraves para a dominação do capitalismo e protegendo o país do socialismo.

Para Germano (2005), neste período, o Brasil acelerou seu processo de desenvolvimento do capitalismo, com uma economia de subordinação da agricultura em relação ao capital, exigindo um aperfeiçoamento e ampliação nas políticas agrícolas, que atendessem ao crescimento e transformações do mercado interno e externo.

As políticas públicas adotadas se voltaram para a profissionalização, com reformas educacionais, já presentes em debates anteriores. Contudo, estas foram mais fortemente efetivadas com o apoio de interesses internacionais sendo um dos mais relevantes. Diante do exposto, destacam-se: o acordo MEC/USAID⁴⁷ –, originando o Relatório Atcon do governo norte-americano e o Relatório Meira Mattos do MEC/Brasil, com o objetivo de agregar os compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro na Carta Punta Del Leste, em 1961 e no Plano Decenal da Aliança para o Progresso; o CIES - Conselho Interamericano Econômico e Social; OEA - Secretaria da Organização dos Estados Americanos para assuntos culturais, científicos e de informação; IEL⁴⁸ - Instituto Euvaldo Lodi - criado pela CNI e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961. Um dos momentos de maior amplitude na educação nesse período foi o Fórum “A Educação Que Nos Convém”, que tinha como principal intenção a divulgação da visão pedagógica adotada pelo regime militar. O evento foi preparado e organizado pelo IPES junto à Pontifícia Universidade Católica (PUC) e, minuciosamente supervisionado, com o objetivo de incorporar definitivamente as concepções da educação apresentadas (FRIGOTTO, 2003).

O Estado ditatorial tinha urgência nas reformas na política educacional, buscando a regulamentação de uma educação que priorizasse a educação primária e formação técnica, que

⁴⁷ Em 1965, foi assinado o acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), na qual a agência norte-americana se comprometia a enviar técnicos ao Brasil, para, junto aos brasileiros, formarem a Equipe de Planejamento do Ensino Médio.

⁴⁸ Segundo Frigotto (2003), o IEL é encarregado de analisar as tendências e as necessidades do setor industrial no plano da educação e formação técnico-profissional. Criado em 1969, funciona como mediador entre setor produtivo e instituições de ensino públicas e privadas, no sentido de sensibilizá-las sobre as necessidades da indústria nacional. No ano de 1992, o IEL elaborou o projeto Pedagogia da qualidade, com o apoio da CNI, SENAI e SESI; coordenou o Encontro Nacional Indústria-Universidade para discutir a Pedagogia da qualidade; realizou mais 16 encontros estaduais sobre educação para a qualidade e 15 cursos sobre qualidade total.

atendesse a maioria da população, deixando o ensino superior apenas para uma pequena parte da sociedade, a elite.

Dentre as principais medidas implementadas pela nova política educacional, Santos (2010, p. 25-26) destaca as seguintes:

- Aceleração da expansão das matrículas em decorrência da urbanização, que se tornou preocupação estratégica.
- Ampliação da política de subsídios públicos para escolas privadas com o objetivo de atender a população de baixa renda que não consegue vagas nas escolas públicas, através da ampliação do programa de bolsas de estudo, salário-educação e isenção de impostos.
- Mudança na estrutura curricular: retirada das disciplinas sociologia, filosofia e psicologia do núcleo obrigatório e introdução de organização social e política brasileira e educação moral e cívica.
- Fim dos exames adicionais e unificação de primário e ginásio no 1º grau, que não oferecerá mais formação profissional, mas sim geral.
- **Criação de escolas técnicas, com vista à formação para o mercado de trabalho.** Os ramos profissionais do ginásio desapareceram e foram unificados no 2º grau, que absorveu a formação profissional. Pela nova regra, todos os estudantes deveriam fazer um curso técnico profissionalizante, mais de 200 habilitações profissionais foram regulamentadas pelo Conselho Federal de Educação, com o objetivo de resolver o problema da qualificação da mão de obra.
- Criação do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), cuja finalidade era reunir recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, políticas de racionamento e controle do crescimento de matrículas.
- Criação do sistema nacional de mão-de-obra (Lei n. 6.297/1975), cuja finalidade era fornecer subsídios para as empresas que oferecessem treinamento para os trabalhadores adquirirem ofícios, em seus próprios escritórios e oficinas.
- Implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), programa criado pelo regime militar com o objetivo da alfabetização de jovens e adultos, existiu desde 1971 e foi extinto em 1985.

Para resolver a crise educacional, o governo militar teve que considerar as exigências e reivindicações da classe média, aumentando as vagas existentes e, ao mesmo tempo, tentando conter o acesso da população ao ensino superior. O governo acreditava que a crise educacional era resultado de uma falta de formação profissional e tinha em seu discurso a crença da falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho (CUNHA, 1977).

Para atender aos acordos MEC/USAID, foi elaborado o Plano de Estratégico Desenvolvimento. Este recomendava a “reformulação do ensino médio, para construir com o primário, um sistema fundamental que, atendendo à elevação do padrão qualitativo, assegure a formação básica do educando e sua preparação para as atividades econômicas na indústria, agricultura e serviços”. Cunha e Goes (1985) caracterizam a interferência norte-americana na educação nacional, como uma “assistência camouflada”, pois um dos principais, senão o principal objetivo do programa de assessoria era facilitar a divulgação e propagação da ideologia de interesse capitalista.

Nos programas de ajuda externa, promovidos pela USAID, faziam parte: empréstimos financeiros, doações de equipamentos, bolsas de estudo e custeio de técnicos para assessoria aos países subdesenvolvidos.

Até 1971, as escolas profissionalizantes tinham como objetivo a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, quando, por meio da aprovação da Lei n. 5.692/71, tentou-se implantar uma escola única em termos de uma educação profissionalizante para todos, em que o aluno estaria inserido no mercado de trabalho tão logo concluísse o Ensino Médio.

Cunha (2000) destaca que foi realizado um amplo trabalho de divulgação desses cursos profissionalizantes de Ensino Médio, neste período. Era necessário, pois, descaracterizá-los de assistencialista e formação de mão de obra barata, atribuindo-lhes valor ao trabalho técnico, minimizando a diferença entre o valor do trabalho exercido por profissionais de formação superior.

Em relação à reforma do ensino de 1º e 2º graus, Germano (2000) declara que a universalização da profissionalização compulsória no Ensino Médio já estava fadada ao fracasso, mesmo sob a justificativa de que seria para atender às demandas e exigências do mundo do trabalho e da competitividade por parte do mercado de consumo. Para ele,

A reforma educacional do Regime [Militar] foi particularmente perversa com o ensino de 2º grau público. Destruiu o seu caráter propedêutico ao ensino superior, elitizando ainda mais o acesso às universidades públicas. Ao mesmo tempo, a profissionalização foi um fracasso. O resultado foi o fortalecimento da rede privada, na medida em que ela assumiu a função de instância preparatória para os vestibulares, criando para tanto um novo tipo de escola exclusivamente propedêutica -, os chamados cursinhos (GERMANO, 2005, p. 190).

Cabe ressaltar que foi necessária ampla divulgação dos cursos profissionalizantes de 2º grau, na década de 1970, uma vez que no Brasil os cursos profissionais, inicialmente de caráter assistencialista, destinavam-se "aos miseráveis, aos órfãos, aos abandonados, aos delinquentes", depois "à infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares", e, mais tarde, à "formação de operários". Desta maneira, a desvalorização dos cursos de formação profissional no 2º grau, por parte das famílias de classe média, foi grande. Nesse período, foi publicado o 'Caderno de Profissões', distribuído gratuitamente, apresentando comentários sobre as profissões de nível médio e entrevistas que "diziam existirem boas oportunidades ocupacionais para técnicos, já que 'alguns ganhavam até mais do que um engenheiro'" (CUNHA, 2000, p.183).

A Lei n. 5.692/71 não atingiu os objetivos, sendo extinta a profissionalização compulsória de 2º Grau em 1982. Segundo Cunha (2000), neste nível houve uma

intensificação dos conteúdos profissionalizantes, com uma defasagem na formação propedêutica e de cultura geral.

Com efeito, a promulgação da Lei 5.692/71 representou no que se refere ao ensino de 2º grau, a vitória de uma corrente do pensamento que propugnava, dentro do MEC, pela profissionalização universal e compulsória do ensino médio, numa especialização estrita dos estudantes conforme as ocupações existentes no mercado (CUNHA, 2000, p. 18).

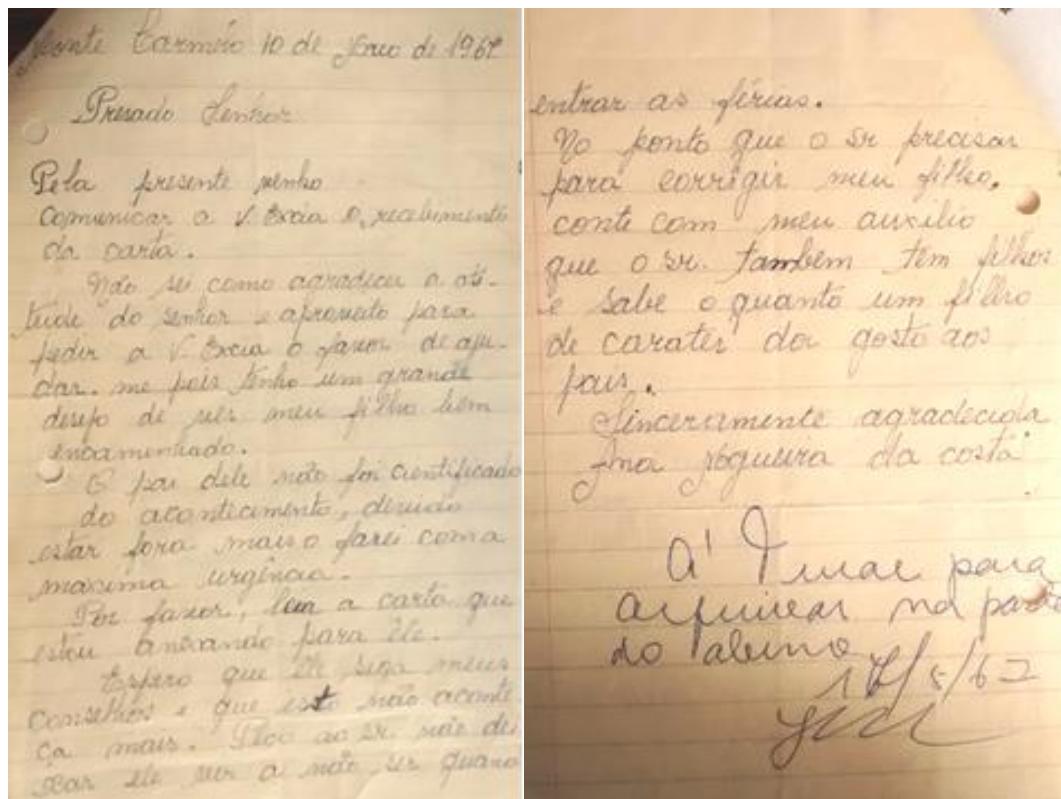
O controle das escolas pelo regime militar, no caso específico, do Colégio Agrícola de Rio Verde, se evidencia desde o início de seu funcionamento. Como unidade de ensino federal, esteve subordinada às políticas federais no cumprimento dos acordos EUA/Brasil, vigorando assim, uma pedagogia tradicional, em consonância com a finalidade de formação a que se propusera.

O Departamento de Atendimento ao Educando (DAE) era o órgão da instituição responsável pela manutenção da disciplina dentro do CARV. De acordo com seu regimento interno, documentado de forma a tratar como ação criminosa todo tipo de discordância e manifestações por parte dos alunos e, como tal, destacava punições severas como: ameaça de perda do internato, bem como sua efetivação, suspensões determinadas pela gravidade da ocorrência, advertências verbais e escritas, comunicação e/ou convocação dos pais ou responsáveis sobre a desobediência às regras da escola.

No DAE, foram encontradas fichas de identificação dos alunos, arquivadas em caixas, reunindo informações pessoais dos alunos, juntamente com a descrição das informações disciplinares, destacando, em alguns casos, assistência ao educando, no caso de atendimento, e a maior parte das observações se refere às ocorrências de indisciplinas e as decisões do Conselho de Professores do CARV. Com base nessa configuração do DAE, o internato do Colégio Agrícola de Rio Verde, assim como todos os estabelecimentos que possuíam o regime de internato e semi-internato, assumia seu controle disciplinar, de caráter intimidador e punitivo. Valorizava a hierarquia administrativa da escola, colocando todos aqueles que dela participavam ou dependiam, em uma posição de submissão e respeito, enfatizando uma prática pedagógica autoritária, característica da pedagogia tradicional, reforçada pelo regime vigente.

Essa disciplina fica evidente nas Atas do Conselho de Professores, em que a maioria dos assuntos tratados se refere à disciplina e às punições. Além disso, pode ser observada nas correspondências entre a escola e os responsáveis pelo aluno, como podemos verificar na resposta de uma mãe, ao ser notificada do mau comportamento do filho na escola. Fica claro

que a família acredita firmemente que o Colégio é o melhor ou o único meio do filho ter uma formação da qual possa usufruir a tão almejada ascensão social por meio da educação.



<p>Monte Carmelo, 10 de março de 1967.</p> <p>Presado Senhor</p> <p>Pela presente venho comunicar a V. Excia o recebimento da carta.</p> <p>Não sei como agradecer a atitude do senhor e aproveito para pedir a V. Excia o favor de ajudar-me pois tenho um grande desejo de ver meu filho bem encaminhado.</p> <p>O pai dele não foi cientificado do acontecimento, devido estar fora mais o farei com a máxima urgência.</p> <p>Por favor, leia a carta que estou anexando para ele.</p> <p>Espero que ele siga meus conselhos e que isto não aconteça mais. Peço ao sr. não deixar ele vir a não ser quando</p>	<p>entrar as férias.</p> <p>No ponto que o Sr. precisar para corrigir meu filho, conte com meu auxílio que o sr. Também tem filhos e sabe o quanto um filho de caráter da gosto aos pais. (sic)</p> <p>Sinceramente agradecida Ana Nogueira da Costa.</p> <p>A Tunae para arquivar na pasta do aluno. 17/05/1967.</p> <p>(Texto transcrito do original).</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 25 - Carta enviada pela mãe de um aluno

Fonte: Arquivo da Core do Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde (CARV, 1969).

Esse controle pode ser evidenciado em vários momentos. Podemos destacar, entre eles, a vigilância e repressão de qualquer tentativa de atividade envolvendo política, seja ela partidária, cultural ou educativa, de alunos ou qualquer indivíduo que esteve envolvido nas atividades escolares. A introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica, cunho ideológico, tinha o objetivo de propagar a alienação e conformismo social e, mais efetivamente, com a implantação do Programa Voluntários da Paz no Brasil, como forma de apoio a repressão contra possíveis tentativas de subversão, garantia a ordem e a disciplina.

Fico (2008), em seu livro ‘O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo’, mostra toda a trajetória de alinhamento dos EUA com o Brasil durante a ditadura brasileira. O autor, em sua obra, mostra a clara pretensão do Brasil em conseguir vantagens com os Estados Unidos e ainda como os EUA, por intermédio da Aliança para o Progresso, buscavam impedir a propagação das ideias comunistas no Brasil.

A criação do Programa Peace Corps – Voluntários da Paz, em 1961, pelo presidente estadunidense John F. Kennedy, foi como uma tentativa de intervir no Brasil, por meio da prestação de serviços essenciais e promovendo o melhor entendimento entre os americanos e povos de outras culturas, conforme Portal Oficial do Corpo da Paz:

Promover a paz e amizade mundial através de um Corpo da Paz, o qual deverá disponibilizar a países e áreas interessadas homens e mulheres dos Estados Unidos qualificados para serviço no exterior e prestos a servir, sob condições de dificuldades se necessário, para ajudar os povos e áreas de tais países a encontrar as suas necessidades com uma capacidade de trabalho disponível preparada.

Segundo Fico (2008), os auxílios recebidos dos EUA, como os Voluntários da Paz, foram, muitas vezes, ocultados por receio de uma resposta negativa da população, graças ao sentimento antiamericano entre brasileiros. Essa afirmação pode justificar a escassez de registro das atividades desenvolvidas pelo Programa no Colégio Agrícola de Rio Verde.

Vale ressaltar que a escola foi criada em meio ao regime militar, quando o presidente da República João Goulart é destituído do cargo e substituído pelo governo militar. Neste contexto, a educação, como campo de política social, sofreu seus reflexos, com duras represálias a qualquer oposição ao regime. Germano (2005) afirma que, durante esse período, o Estado teve uma visão utilitarista, imediatamente interessada na educação escolar sob forte inspiração da “teoria do Capital humano” ⁴⁹, em que a educação agrícola, para cumprir sua

⁴⁹ A teoria do capital humano desempenhou um papel central na certificação e legitimação “científica” de que a escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva. Mediante a transmissão, difusão e socialização dos conhecimentos e saberes, a escola, afirmavam os

função, deveria formar técnicos em uma perspectiva mais universal, buscando, teoricamente, reduzir as diferenças entre trabalho intelectual e manual.

Esta terminalidade faria com que um grande contingente de alunos pudesse sair do sistema escolar mais cedo e ingressar no mercado de trabalho. Com isso diminuiria a demanda para o ensino superior. A reforma do 2º grau, portanto está diretamente relacionada com a contenção do fluxo de alunos para as universidades. Desse ponto de vista, ela assumia uma função discriminatória, apesar do discurso igualitarista e da generalização da “profissionalização para todos” (GERMANO, 2005, p 176).

A educação no Brasil, nesse período, sofreu profundas reformas que objetivavam, principalmente, reformular e adaptar o sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos implantados pelo golpe de 1964. Para Germano (2005), as reformas da educação do regime militar foram demarcadas por dois momentos: um de 1964 a 1974, no qual buscavam a igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho e, outro, de 1975 a 1985, em que propunham corrigir as desigualdades sociais. Ambos com um único objetivo, o de construir o Brasil - potência⁵⁰, desmobilizando qualquer tipo de manifestação e movimentos sociais de oposição.

Ainda no final do ano de 1968, o Colégio recebe o Programa “Voluntário da Paz”, que apesar de apresentarem uma proposta de colaboração com o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico do país, seus verdadeiros propósitos ficavam obscuros, pois vinham de encontro com os interesses do governo militar de coesão e controle. Logo no início do funcionamento da escola, em outubro de 1968, o MEC, por meio da DEA, começa a articular, com a direção do CARV, a participação do Colégio no Programa.

Ferreira (2002, p.127) afirma que, nos contatos realizados, não ficaram claros os objetivos e a razão da presença dos alunos norte-americanos nos colégios agrícolas, ocultando os principais interesses do acordo, a cláusula décima do termo estabelecia:

“Os Voluntários da Paz formularão os planos de trabalho, bem como o desenvolvimento de toda a programação, em perfeito entrosamento com a direção da escola”, na décima segunda, afirma que “colaborarão no estabelecimento de programas de intercâmbio Brasil-Estados Unidos- de pessoa para pessoa ou de escola para escola, inclusive no ensino de inglês” (CARV, 1968, p. 2)

teóricos deste campo, contribui para formar o capital humano que, como um poderoso fator produtivo, permite um aumento tendencial das rendas individuais e, consequentemente, o crescimento econômico das sociedades. GENTILI (2002, p. 53)

⁵⁰ Durante o milagre econômico brasileiro, instaurou-se um pensamento ufanista de "Brasil potência" Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 1974. Paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza (GERMANO, 2005).

O documento também evidencia a disposição dos EUA em colaborar com o desenvolvimento econômico e tecnológico dos povos subdesenvolvidos, preparando-os para a aceitação alienada das regras de exploração do modo de produção capitalista. Era necessário que se formasse técnicos trabalhadores para a agroindústria que atendessem não só a demanda produtiva, mas principalmente uma classe que não questionasse as lutas de classe ou de exploração do trabalho pelo capital. Todos deveriam acreditar que o sistema traria uma melhoria de vida para eles e para suas famílias.

Os Programas, elaborados pelos Voluntários da Paz, deveriam atender às possibilidades e aos interesses da escola, tais como:

- a) No campo da pecuária e da agricultura, nas seguintes áreas: avicultura, cunicultura, gado bovino de corte e de leite, suinocultura, piscicultura, apicultura, horticultura, oficinas rurais etc.;
- b) No campo da Economia Doméstica, nas seguintes áreas: Corte e costura, melhoramento do lar nutrição, puericultura, trabalhos manuais, etc. (CARV, 1968, p. 3).

De acordo com a cláusula 15^a, também tinham competência para atuar em atividades que envolviam a população da cidade:

Os Voluntários da Paz poderão, também, participar do planejamento, organização e execução de programas relacionados à saúde e saneamento; organização e desenvolvimento de cooperativas escolares, a clubes de Futuros Fazendeiros do Brasil, Futuras Donas de Casa e Chefes de Família; a Clubes Agrícolas, Clubes de Mães, Clubes de 4-S^a, etc.; à organização e expansão de programas recreativos; à excursões; à comemoração de datas e festividades tais como: Semana do Fazendeiro, Dia da árvore, exposições, etc.; organização e expansão de bibliotecas; exposições educativas na escola e na comunidade (CARV, 1968, p. 3).

A Circular n. 21/68, apesar de não esclarecer o verdadeiro motivo da participação dos Voluntários da Paz na instituição, registra ainda que:

É do nosso interesse que o programa, objeto deste convênio, seja posto em execução a partir do próximo ano letivo (1969). Para tal estamos consultando a V. S^a sobre o interesse de receber um voluntário neste estabelecimento. (...) Na oportunidade, lembramos ainda a V. S^a que a aceitação dessa nossa consulta implica no cumprimento de todas as atribuições constantes do Protocolo (CARV, 1968, p. 2).

Todas as ações do governo militar, direcionadas à educação, nesse período, representavam uma política de controle e repressão. Utilizada pelos grupos dominantes na busca de uma atuação da sociedade que reproduzisse sua ideologia, neutralizando as intenções de transformação. Em destaque, podemos citar, o Decreto-Lei n. 477 de 1969 que passa a

vigiar e a restringir a atuação política de professores, alunos e funcionários públicos das escolas e universidades brasileiras. Esse decreto representava, de forma clara, o principal modelo que desejavam implantar nas escolas do país.

De acordo com Cunha e Góes (1985, p. 38),

Essa norma repressiva dizia que cometria “infração disciplinar” o professor, o aluno ou o funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito e distribuir material subversivo de qualquer natureza.

Em 12 de setembro de 1969, por meio do Decreto n. 869, o governo da ditadura militar instituiu a disciplina de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória para todos os níveis de ensino. Essa normativa buscava a propagação da ideologia do Estado, garantindo, assim, a condição alienada da população. O principal objetivo dessa normativa foi repassar para a escola o dever de educar todos os cidadãos para serem cumpridores das leis, dedicados ao trabalho e integrados na sociedade de tal maneira que possam ser, num clima de responsabilidade e liberdade, bem como de cooperação e fraternidade humana, um povo sincero, honesto, convicto e fiel no cumprimento de suas obrigações (CUNHA; GÓES, 1985).

Para Cunha e Góes (1985), a obrigatoriedade de ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica teria como principal objetivo:

Ela deveria ser uma prática educativa visando formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (CUNHA; GOES, 1985, p. 74).

As escolas, nesse período, foram controladas por meio das disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB, que deveriam ser ministradas por professores de “confiança”, com o objetivo do governo de “educar politicamente” a juventude. Mendonça (2005) esclarece que, para o cumprimento desse propósito, eram utilizados conteúdos curriculares de forte cunho ideológico e manipulador. Além dos livros e manuais, distribuídos pelo governo, cuja utilização era imposta por vários anos.

Tal medida foi tratada de modo especial no Colégio Agrícola de Rio Verde, pois havia indicações de movimentos subversivos. No Ofício encaminhado às escolas, em 29 de dezembro de 1969, o chefe da Seção de Administração da Diretoria de Ensino Agrícola, reafirmou a necessidade de uma providência urgente na designação de professores para

ministrar a disciplina de Educação Moral e Cívica, naquela unidade de ensino. Além disso, enfatizou a responsabilidade da direção em escolher pessoas que:

- a) Possuam idoneidade moral, devidamente apurada.
- b) Concordem, em documento escrito, em ministrar, a disciplina de acordo com a orientação dos dispositivos do Decreto Lei nº 869/69;
- c) Possuam certificado de conclusão do curso de ensino normal, para lecionarem em estabelecimento de nível primário;
- d) Possuam diploma de curso superior para lecionarem em estabelecimentos de nível médio e superior (BRASIL, 1969 apud FERREIRA, 2002, p. 132).

Desse modo, em 09 de julho de 1970, o diretor do CARV, Osmar José Schossler, comunica ao Chefe da DADES, por meio do Ofício nº 219/70, que a disciplina de Educação Moral e Cívica seria lecionada por ele mesmo, anexando uma completa documentação, exigida pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, que comprovasse a idoneidade e comprometimento de sua parte, para ministrar o ensino de tal disciplina. Diante do Ofício n. 515/BR, de 23 de outubro de 1970, com carimbo de confidencial, enviado pelo Diretor do Departamento de Ensino Médio do MEC, ao Diretor Osmar José Schossler, fica evidente que

Tendo tomado conhecimento da distribuição por organização subversiva, em escolas de ensino agrícola, de questionário objetivando reativar os movimentos estudantis, solicito a atenção e o cuidado de V. S^a para que tal questionário não circule neste estabelecimento, bem como a adoção das medidas necessárias à repressão desta tentativa de subversão.

Os conteúdos ministrados nesta disciplina, assim como os demais, eram estabelecidos pelas Diretrizes da DAE, com o intuito de auxiliar no controle, formação de caráter e padronização de comportamentos:

I – A moral e a religião: a harmonia do universo; conceito do homem espírito e matéria; Deus, ética e moral; Religiosidade, dignidade humana, liberdade; necessidade de religião na dignificação do homem para as bases da moral.

II – Visão de homem: seres existentes na natureza; suparidade do homem; respeito a si mesmo e aos outros.

III – Visão do homem: o homem tem direitos e deveres; o homem é um ser social; o progresso humano; leis em sociedade.

IV – Formação moral e cívica: noções de axiologia; escola e hierarquia de valores; atos humanos, seus fins e moralidade. Virtudes morais e as virtudes cívicas: o hábito; deveres e direitos morais e direitos cívicos.

V – Visão das sociedades: a sociedade familiar; orientação para o namoro e noivado; a comunidade escolar e o estudo; valor e dignidade no trabalho. Profissão.

VI – Visão das sociedades: o homem e os bens da terra; descanso, esporte, espetáculos, grupos juvenis; o estado; o estado moderno; sociedade civil.

VI – A Pátria brasileira: ideais de brasileiridade; características físicas e históricas; vultos nacionais.

IV – A Pátria brasileira: os símbolos nacionais; o voto e o serviço militar; o civismo como caráter de patriotismo e ação.

V – Organização administrativa e política: a constituição do Brasil; os poderes; a segurança nacional.

VI – Organização administrativa e política: direitos garantidos individuais; a ordem econômica e social; a família, a educação e a cultura; a democracia brasileira.

VII – Organização administrativa e política: organização política; divisão política do Brasil; o Brasil e o mundo; o mundo em que vivemos; a realidade atual.

VIII – O Brasil e o mundo: melhorias dos meios de comunicação; integração do Brasil no mundo ocidental; autodeterminação dos povos (CARV, s/d.d).

A repressão foi reafirmada, com a mesma alerta, pelo Ofício n. 893/BR, de 1970, e pelo Ofício Circular, também confidencial, n. 301, de 30 de maio de 1973. Estes documentos dispunham de um questionário sobre a situação política no interior do Colégio, solicitando, aos diretores dos colégios, informações sobre as relações existentes, entre as autoridades educacionais e culturais, e possíveis fatos delituosos, praticados por elementos ou organizações estranhas à área educacional, relacionando ocorrências e providências da direção da escola perante as mesmas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da história da educação, assim como a constituição do homem, perpassa o campo da subjetividade que o compõe. Desse modo, com base nesta ideia, construiremos as considerações da nossa pesquisa, reafirmando as adversidades que se fizeram presente no seu percurso. Apropriaremos da temática de Pollyanna⁵¹, quando do jogo do contente, pois, ao tentar transferir o Ginásio Agrícola de Urutaí para Rio Verde, aqueles que o fizeram, procuraram transparecer, na transferência dos alunos, uma satisfação coletiva. Todavia, em nossa pesquisa, percebemos que não se levou em consideração a vontade dos estudantes em saírem de sua escola para virem para uma região diferente. Fazemos a referida analogia, ao jogo do contente, visto que foi imposto aos alunos a transferência, considerando como a melhor opção. Este fato nos direciona à seguinte pergunta: melhor opção para quem? Polyana, ao aceitar como presentes um par de muletas, era conduzida à ideia que deveria agradecer o presente recebido, pelo simples fato de não precisar deles.

A pesquisa revelou que, ao considerarmos o contexto e as circunstâncias da criação e instalação do Ginásio Agrícola de Rio Verde, reconhecemos a influência de uma cultura escolar marcada por práticas e normas que disciplinam o saber fazer dos alunos no espaço da escola. Não temos, com isto, a pretensão de acreditar que nosso trabalho tenha sido plenamente concluído, mas acreditamos ter contribuído com os estudos sobre a educação profissional agrícola no contexto regional e local. Assim sendo, entendemos que novos projetos e pesquisas possam enriquecer e complementar o trabalho aqui iniciado.

Esta pesquisa, inicialmente, surgiu com o interesse em conhecer um pouco mais sobre a instituição em que atuava como pedagoga, a saber, Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde. Todavia, o trabalho foi se tornando mais interessante à medida que o contato com as fontes era aprofundado e as diversas versões sobre a origem e a implantação da instituição eram apontadas, alimentando a necessidade de se reconstruir a história daquele lugar, buscando, a partir daí, uma melhor compreensão sobre a trajetória e a consolidação dessa instituição de formação agrícola na região. Para tanto, o recorte temporal foi delimitado ao ano de sua criação, em 1967, até a sua transformação em Escola Agrotécnica Federal, em 1979. Consideramos, portanto, não só o período que a escola necessitou para se consolidar, mas também o fato da mudança de perfil e a reestruturação do ensino técnico.

⁵¹ Pollyanna é uma comédia de Eleanor H. Porter, publicado em 1913 e considerado um clássico da literatura infanto-juvenil. É a história de uma menina que após ficar órfã, vai morar com uma tia rica e severa. Lá passa a ensinar a todos o "jogo do contente" que consistia em procurar extrair algo de bom e positivo em tudo, mesmo nas coisas aparentemente mais desagradáveis.

Assim, o trabalho foi delineado a partir de alguns questionamentos, quais sejam: O que realmente motivou a criação de uma escola agrícola na região? Que fatos revelam a história de sua criação na década de 1960? Como aconteciam as relações internas da escola, suas funções, clientela, prestígio, inserção no plano da cidade e da sociedade? Quais suas contribuições para compor a história da educação profissional institucional no município? Todas essas questões nortearam a nossa pesquisa, motivando novas investigações, sem, no entanto, nos desviar das intenções iniciais.

A literatura mais uma vez nos ajudará com a possibilidade da analogia. Utilizaremos uma parte de uma lenda grega, que narra o momento em que Édipo⁵², sem saber que tinha matado o próprio pai, prosseguiu sua viagem para Tebas. No caminho, deparou-se com a Esfinge, um monstro metade leão e metade mulher, que lançava enigmas aos viajantes e devorava quem não os decifrasse. A Esfinge atormentava os moradores de Tebas. O enigma proposto pela Esfinge era o seguinte: “Qual o animal que de manhã tem quatro pés, dois ao meio-dia e três à tarde?” Édipo respondeu: “É o homem. Pois na manhã da vida (infância) engatinha com pés e mãos; ao meio-dia (na fase adulta) anda sobre dois pés; e à tarde (velhice) necessita das duas pernas e o apoio de uma bengala”. Diferente do que aconteceu com Édipo, as fontes de nossa pesquisa não apresentavam linearidade nos dados, dificultando a sistematização da mesma. Ressaltamos, aqui, que os registros, dos alunos que foram transferidos de Urutaí, não continham informações precisas sobre os problemas enfrentados, motivos de transferências, abandonos, bem como se a escola cumpriu sua função em relação a essa clientela.

Neste sentido, destacamos a ausência de documentos sobre o funcionamento do regime internato e semi-internato do colégio, assim como as atividades de rotina e manutenção exercidas pelos alunos, principalmente, nos setores de práticas. Tal fato inviabilizou uma pesquisa mais aprofundada em relação aos conflitos e aos confrontos envolvendo os agentes que fizeram parte do processo de formação. Dessa forma, nos documentos, não fica evidente se estes alunos, que vieram por imposição da escola, deveriam ter garantidas as mínimas condições para permanência e conclusão do curso. Enfim, não é possível confirmar tal fato por meio dos Livros de Registros de Diplomas.

Não podemos desconsiderar, nesta pesquisa, a análise de que para a política vigente, ou seja, o regime militar, uma camada social, sem acesso à educação, não favorecia ao

⁵² Édipo é um personagem da mitologia grega. Famoso por matar o pai e casar-se com a própria mãe. Filho de Laio e de Jocasta.

desenvolvimento econômico do país, como um todo. Além disso, existe, ainda, o fato de que a formação profissional, para o Brasil, seria uma forma de evitar a marginalização, garantindo mão de obra para o mercado de trabalho e aprimorando, então, as condições de expansão do capitalismo.

A pesquisa revelou que, na década de 1960, Rio Verde já apresentava um crescimento econômico considerável, com uma produção agrícola significativa e um crescimento populacional urbano e falta de mão de obra agrícola. Esses fatores exigiram uma tomada de decisão que favoreceu a elite econômica e política da região e, ao mesmo tempo, resolveu um problema administrativo da Escola Agrícola de Urutaí, que exigia uma adequação de cursos e rotinas na instituição e o afastamento do então diretor da instituição, que respondia por denúncias administrativas. A escola foi transferida para o município de Rio Verde trazendo consigo alunos, professores e funcionários. Aqueles funcionários que não tiveram interesse em transferir ficaram em Urutaí, ministrando cursos de curta duração e zelando do prédio escolar.

Analizada a trajetória histórica do Colégio agrícola de Rio Verde, enfatizando seu processo de criação, instalação e consolidação, no período entre 1967 a 1979, a partir dos documentos e registros, surgem evidências dos principais motivos políticos, econômicos e sociais que influenciaram sua criação no município de Rio Verde. Cabe salientar que, para que fosse instalado em Rio Verde, foi necessário o fechamento do Ginásio Agrícola de Urutaí. Percebemos, então, uma cadeia de interesses políticos envolvidos, principalmente, interesses individuais do diretor Júlio Brandão Albuquerque que, na época, respondia por irregularidades na escola de Urutaí. Sua transferência para uma localidade distante acalmaria os ânimos das denúncias envolvendo seu nome e o manteria no cargo sem nenhum tipo de comprometimento. Não se pode menosprezar a importância da criação do Colégio no contexto de desenvolvimento econômico do município de Rio Verde e região no período abordado. A criação de uma instituição de educação pública profissional na região foi extremamente importante para o acesso de uma camada social da região à escolarização profissional.

No que tange o desenvolvimento do município de Rio Verde e do estado de Goiás, destacamos ações que possibilitaram a incorporação de um espaço pouco explorado, às áreas de produção capitalista. Dentre os projetos desenvolvidos nesta época, a “Marcha para o Oeste” foi um dos que mais se destacaram em Goiás. Ele foi implantado pelo governo Getúlio Vargas e buscava incentivar a ocupação e o progresso da região Centro-Oeste do país. Um dos principais objetivos do projeto, além da popularização do centro do país, era que essa

região produzisse matéria-prima para a região sudeste, subsidiando seu processo de industrialização.

A proposta inicial desta pesquisa era trabalhar com a história oral, agregando a memória dos agentes envolvidos no processo de criação as fontes iconográficas, documentos e a pesquisa bibliográfica, a fim de desvendar os mistérios que envolveram esse processo. Entretanto, ao longo do trabalho, foi necessária uma melhor adaptação do projeto, tendo em vista a falta de disponibilidade dos envolvidos que ainda era possível contatar em participar. Este foi um dos maiores entraves encontrados.

Quanto às relações internas da escola, suas funções, clientela, prestígio, inserção no plano da cidade e da sociedade, bem como suas contribuições para compor a história da educação profissional institucional no município, percebemos que, os Projetos Pedagógicos, não permitiram visualizar a vivência de ações práticas de todas as disciplinas. Assim, compreendemos que estes necessitavam de um estudo mais abrangente, de forma a articular os principais aspectos históricos, sociais e políticos que envolveram a formação para o trabalho agrícola praticada na Escola Agrícola de Rio Verde, no período abordado.

A escola começou a funcionar em 1967, com uma estrutura ainda precária, ajustando o espaço disponível às necessidades de alojamento, refeitório, salas de aula e setor administrativo. Atendia aos alunos transferidos de Urutaí e aqueles matriculados na nova instituição. Esses alunos eram, em sua maioria, oriundos de municípios ou estados vizinhos. Existiam, também, alguns de lugares mais distantes e apenas 18% dos alunos que declararam a naturalidade eram do município de Rio Verde. Ou seja, a escola, por meio do sistema de internado, atendia uma clientela regional e até nacional, favorecendo um desenvolvimento mais abrangente.

Os docentes que ministraram disciplinas no CARV, nesse período, eram em sua maioria horistas, nomeados e trabalhavam com diversas disciplinas, nem sempre condizente com sua formação. Esse desajuste era justificado pela dificuldade de encontrar professores habilitados, principalmente para as disciplinas técnicas. A partir de 1975, esse problema começa a ser minimizado por intermédio de uma parceria entre o colégio e a faculdade de Rio Verde, possibilitando, assim, aos professores, frequentar o curso superior, com a possibilidade de atuar de acordo com seu nível de formação.

Com base na observação das fichas dos professores contratados, ficaram evidentes as indicações e nomeações para o cargo. Alguns casos, também indicavam um grau de parentesco bem íntimo com o diretor ou diretor de planejamento. Esse fato nos leva a

acreditar que os testes de suficiências eram direcionados de acordo com os interesses da equipe escolar.

Pelo quadro de disciplinas dos cursos ofertados no CARV e conteúdos ministrados, entendemos que a escola se constituiu num espaço de instrução direcionada. Assim, podemos confirmar tal afirmação ao considerarmos o perfil de profissional que a instituição se dispôs a formar, difundindo a profissionalização como sua principal função formadora, por meio das atividades teóricas e práticas desenvolvidas no espaço escolar, sejam na sala de aula, setores ou núcleos, ou até mesmo no estágio. Contudo, algumas questões nos inquietaram. Uma delas diz respeito ao início do funcionamento do CARV. Isso porque, com exceção do núcleo de suinocultura, que era precário, e hortaliças, mais especificamente, plantação de batatas, os setores ainda não possuíam estrutura adequada para o desenvolvimento de todas as atividades. Foi apenas a partir 1975 é que esses setores foram sendo ampliados e melhorados. Portanto, como eram desenvolvidas essas atividades sem comprometer o objetivo do curso? Como eram substituídas essas aulas práticas? Acreditamos esta pesquisa não se esgota aqui. Estas indagações, ora apresentadas, servirão para futuras pesquisas, na busca de uma melhor compreensão da realidade sociocultural de muitos Institutos Federais enquanto instituição de educação profissional agrícola.

Além das considerações acima, entendemos que, com esta pesquisa, contribuímos para os estudos de história e historiografia do Instituto de Federal Goiano – Câmpus Rio Verde. Ademais, consideramos que outras pesquisas poderão surgir nessa área, com novas perspectivas e com novos interesses.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Nair Leal de. **1930 – História e Histórias da CANG – Meu rincão por adoção.** Goiânia: Kelps, 1990.
- ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas – SP: Uberlândia, EDUFU, 2007.
- ARAÚJO JÚNIOR, E. D; SILVA, M. C. Batismo cultural de Goiânia: significados simbólicos e socioculturais na relação entre a Igreja e o Estado. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG – CONPEEX, 3, 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica [CD-ROM],** Goiânia: UFG, 2006.
- AZEVEDO, Watson Rogério de. **Instituto de Assistência a Menores de Rio Verde:** uma história construída a várias mãos. Rio Verde – GO: Kelps, 2009.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancia no ar:** a aventura da modernidade. 2. Ed. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional – 1930-1960.** Goiânia: CEGRAF, 2000a.
- _____. **A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960).** In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo: fronteiras,** Goiânia: UFG, 2000b.
- _____. A Expansão da Fronteira Agrícola em Goiás. **História Revista,** 1 (2): 37-55, jul/dez.1996.
- _____. **O despertar dos Dormentes.** Goiânia: Cegraf, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Trabalho. **Reforma do ensino técnico.** Brasília. 2006.
- _____. **Diretrizes de funcionamento de uma escola agrotécnica federal.** Brasília: MEC/Coagri. 1985.
- _____. **Educação Agrícola de 2º Grau:** linhas norteadoras. Brasília: MEC/Coagri,1984.
- _____. **Caracterização ocupacional do técnico em agropecuária.** Brasília: MEC/Coagri, 1983.
- _____. **Resolução CNC n. 23, de 09 de fevereiro de 1982.** Dispõe sobre a organização e funcionamento de Cooperativas-Escola. 1982.
- _____. **Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura.** Brasília: MEC, 1977.
- _____. **Decreto n. 72.434, de 09 de julho de 1973.** Cria a Coagri. Brasília, 1973.

_____. **Decreto-Lei n. 869, de 12 de Setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei n. 477, de 26 de Fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei n. 63.788, de 12 de dezembro de 1968.** Regulamenta a Lei n. 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas no estabelecimentos de ensino agrícola. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1968.

_____. **Decreto n. 62.178, de 25 de fevereiro de 1968.** Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1968.

_____. **Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967.** Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1967.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

_____. **Decreto n. 42.054, de 19 de agosto de 1957.** Aprova o regulamento para registro de professores dos estabelecimentos de ensino agrícola. 1957.

_____. **Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio De Janeiro, 1946.

_____. **Decreto n. 21.667, de 20 de agosto de 1946.** Regulamenta os currículos do ensino agrícola. Rio de Janeiro, 1946.

_____. **Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.** Cria o Ensino Agronômico e aprova o respectivo regulamento, 1910.

_____. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes e Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909.

_____. **A Coagri e o Ensino Agrícola de 2º grau.** Brasília: MEC/Coagri, s/d.

_____. **Escola Fazenda.** Brasília: MEC/DEM/Cenafor, s/d.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: Cegraf, 1991.

BUFFA, Ester. **História e Filosofia das Instituições Escolares.** In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Org.). Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002.

CAMPOS, Itami. **Coronelismo em Goiás**. 1ª Reimpressão, Goiânia: UFG, 1987.

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico – Aspectos históricos de Rio Verde (Goiás)**. São Paulo: EDIGRAF S/A, 1971.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não-pedagógica como fonte para a escrita da História da Educação. **Bras. Hist. Educ.**, Campina, SP, v. 12 n° 1 (28), p. 45-70, jan/abr. 2012.

CARVALHO, M. M. C. **Por uma história cultural dos saberes pedagógicos**. In: SOUSA, C. P. et al. Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 11. ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHARTIE, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: UFG, 2002.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 9. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: UNESP. Brasília: Flacso, 2000.

_____. **O Ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UBESP. Brasília: Flacso, 2000.

_____. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues. **Política educacional no Brasil**: a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacir de. **O Golpe na Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde**: Apontamentos para a sua história – documentário ilustrado. Goiânia: O Popular, 1988.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, Trabalho e Educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como**

campo de investigação na história da educação brasileira. In: Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 139-159. São Paulo, jan/abr 2004.

FICO, Carlos. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise no capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 5^a edição, 2003.

GENTILI, Pablo. **Três teses sobre relação trabalho e educação em tempos neoliberais.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis [orgs.]. Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas: Autores Associados. 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985).** 4. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Thompson Learnig. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Censo Demográfico de 1970.** Série Nacional. v. I. Brasil, 1973.

_____. **Censo Demográfico do Estado de Goiás.** Série regional. Volume XXX. Tomos 1 e 2. Rio de Janeiro, RJ, 1956.

_____. **Censo Demográfico de 1960.** Série regional. v. I. Tomo XVIII – Goiás [S.n.t].

_____. **Censo Demográfico de 1980.** Série regional. v. I. Goiás [S.n.t].

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas, SP: Autores Associados, n. 1, jan/jun, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento.** In. _____. História e memória. Trad. Bernardo Leitão [ET AL.]. – 5 ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Filadelfo Borges de. **Síntese dos prefeitos rio-verdense de Martins Borges a Nelci Spadoni.** Rio Verde – GO: IAM, 2000.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico:** um tempo, um carisma, uma história. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Da cadeira ao banco:** escola e modernização (séculos XVIII-XX). Lisboa: Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

_____. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UESP, 2000.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. **A História da formação docente:** a singularidade da Escola Normal de Rio Verde, GO (1933-1974). Goiânia: Asa, 2005.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e a República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941-1942.

MONTENEGRO, Lauro. Os patronatos agrícolas como fator econômico. **Anais** do I Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. Recife, 1923.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica:** 1930/1945 – Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: UFG, 1994.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, jan/abr., pp. 51-70, 2007.

_____. **A política educacional do governo de Goiás:** 1930 – 1945. 2014. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/102_maria_araujo>. Acesso em: 12 jan. 2014.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Esther. **Instituições escolares:** por que e como pesquisar. São Paulo: Alínea, 2009.

_____. **As Pesquisas sobre Instituições Escolares:** Balanço Crítico. 2013. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 18 out. 2013.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Nação, região, sertão e a invenção dos brasis: chaves de leitura para a história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, abr/jun. 2013.

PIRES, Zilda. **Rio Verde:** Pioneira e progressista: decolagem para o desenvolvimento. Goiânia: Kelps, 2004.

_____. **Rio Verde:** Sesquicentenário. Rio Verde: Gráfica e Editora IAM, 1998.

PORTER, Eleanor Hodgman. **Pollyanna.** Tradução de Monteiro Lobato. Cia da Editora Nacional. São Paulo, 1971.

RIBEIRO, M. B. A. **Família e poder em Goiás.** 2. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

SANFELICE, J. L. **História das instituições escolares.** In: NASCIMENTO, I. M. et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Perspectivas atuais da História da Educação.** In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G.(Org.). Educação em debate. Perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SOUZA, Eneida Maria. **O enigma em Édipo Rei.** In: BRANDÃO, Jacyntho Lins (Org.) O Enigma em Édipo Rei e outros estudos de teatro antigo. Belo Horizonte: UFMG, 1984.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Produção em história da educação em Goiás.** In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.). Fontes, pesquisa e escrita da educação no Centro-Oeste. Cuiabá: UFMT, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e práticas escolares:** uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VADEMARIN, Vera Teresa (Org.). A cultura escolar em debate. Campinas: Autores Associados. 2005.

VIÑAO, A. F. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas. SP. N. 0. 1995.

_____. **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões.** In: VIÑAO FRAGO. Antonio; ESCOLANO, Augustin. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Notas:

BRASIL. **Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura.** Brasília: MEC. 1977.

_____. Ministério da Educação. **Mapa com as Escolas Técnicas Federais criadas em 1909 e Colégios Agrícolas Federais em 1969.** Brasília – DF, 1969.

BUENO, Jason Pimenta. **Registro fotográfico do time de futebol do Colégio Agrícola de Rio Verde 1976/1977.** Rio Verde – GO, 1977.

_____. **Registro fotográfico dos alunos em sala de aula de cultura geral.** Rio Verde – GO, 1975.

CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim. **Educação Católica e Presença Dominicana em Goiás (GO):** A cultura escolar no Colégio Sant'Anna (1940-1960). Dissertação (Mestrado) Paranaíba. MS: UEMS. 2014.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e tecedoras:** um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968). 208 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. Juiz de Fora, 2006.

CARVALHO, Jadir. **Registro fotográfico do prédio do Colégio Agrícola de Rio Verde – GO (CARV).** Rio Verde – GO, 1960-1969.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Mestrado em História das Sociedades Agrárias. (Dissertação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1984.

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. **Iluminar a terra pela inteligência:** trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910-1933). Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 1909/1934. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2013.

COLÉGIO AGRÍCOLA DE RIO VERDE – GO (CARV). Gestores do Colégio Agrícola de Rio Verde em ordem cronológica até o ano de 2014. Rio Verde – GO, 2012.

_____. **Livro de Registro de Matrículas.** Rio Verde, 1967, 1968/1969, 1970-1975/1979.

_____. **Capa do histórico do Curso Ginásial do Ginásio Agrícola de Rio Verde.** Rio Verde, 1979.

_____. **Livro de Registro de Resultados Finais.** Rio Verde, 1972, 1975-1979.

_____. **Ata do Conselho de Professores.** Rio Verde, 1967-1976.

_____. **Livro de Registro de Inscrições para o Exame de Admissão.** Rio Verde, 1967, 1968, 1971-1975.

_____. **Registro de doação das terras onde foi instalada a Escola.** Rio Verde – GO, 1975.

_____. **Ata de Resultados dos Exames de Admissão.** Rio Verde, 1967/1968, 1973/1974.

_____. **Cardápio apresentado aos alunos.** Rio Verde – GO, 1973.

_____. **Livro de Registro dos Empregados do Colégio Agrícola de Rio Verde.** Rio Verde – GO, 1972.

_____. **Diploma do Curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola de Rio Verde – GO, 1971.** Rio Verde – GO, 1971.

_____. **Ofício Circular n. 219/BR,** de 09 de junho de 1970, Rio Verde – GO, 1970.

_____. **Ofício Circular n. 515/BR,** de 23 de outubro de 1970, Rio Verde – GO, 1970.

_____. **Lista de professores do Colégio Agrícola de Rio Verde com as respectivas habilitações e disciplinas lecionadas no período de 1968-1970.** Rio Verde, 1968/1970.

_____. **Carta enviada pela mãe de um aluno.** Rio Verde – GO, 1969.

_____. **Ofício Circular n. 21/DEA,** de 23 de outubro de 1968, Rio Verde – GO, 1968.

_____. **Ofício Circular n. 286/66.** Rio Verde – GO, 1966.

_____. **Anúncio sobre a entrega de certificados da primeira turma de formandos do CARV.** Arquivo do Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde. Rio Verde, s/d.a

_____. **Livro de Recortes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Rio Verde.** Rio Verde, s/d.b

_____. **Formação de Técnicos em Agropecuária.** Rio Verde, s/d.c

_____. **Plano de Curso.** Rio Verde, s/d.d

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás: Modernidade e crise 1920 – 1960.** Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, de 22 de novembro de 1951.

FEITOSA André Elias F. **A Trajetória do ensino agrícola no Brasil no contexto de capitalismo dependente.** Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006.

FERREIRA, Kênia Bueno de Castro. **A semiformação do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

GARCIA, Daniele da Costa. **História do Colégio Agrícola de Uberlândia – da criação a formatura da primeira turma de técnicos em agropecuária (1957-1972).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento de Goiás (1961-1965).** Governo Mauro Borges Teixeira. Goiânia, GO, 1965.

_____. **Correio Oficial.** Ano 80, n. 3.110, de 20 de outubro de 1935. [Decreto-Lei de Criação do Patronato Agrícola de Rio Verde], 1935.

GUIMARÃES, Mirian. **Registro fotográfico da Escola Profissional Rural de Rio Verde – GO.** Rio Verde – GO, 1939.

ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **A formação da mão de obra para o trabalho agrícola: Os ofícios na escola agrícola de Urutáí – GO (1960 -1976).** Dissertação (Mestrado). Goiânia, GO. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014.

JORNAL FOLHA DE GOIAZ. **Carta de agradecimento ao presidente do Programa. Acervo particular de Maria José Martins.** Rio Verde, 1971.

JORNAL FOLHA DO SUDOESTE. **Grupos escolares municipais em Rio Verde – GO.** Arquivo de Maria José Martins. Rio Verde, 1955.

_____. **Convite de formatura de normalistas da Escola Profissional Rural.** Arquivo de Maria José Martins. Rio Verde – GO, 1954.

JORNAL O POPULAR, 23 de junho de 1942.

LUZ, Josélio Mendes. **A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o plano e a reforma administrativa do Governo Mauro Borges (1961 – 1964).** Dissertação (Mestrado). Goiânia, GO. Universidade Federal de Goiás (UFG), 1987.

MACHADO, Vilma Fátima. **Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1996.

MEC-COAGRI. **Atuação da COAGRI para o desenvolvimento do setor primário da economia.** In: Revista Educação, n. 31, Gráfica Editora Uberaba; Brasília, DF, 1980.

PALACÍN, Luis Gomez; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão.** Goiânia: UFG, 1994.

PORTAL OFICIAL DO CORPO DA PAZ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE – GO. **Mapa da cidade de Rio Verde – GO em 1974.** Rio Verde – GO, 1974.

QUEIROZ, Gilberto José de Faria. **Modernização agrícola e transformações sócio-espaciais em Goiás:** desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período 1930 a 2007. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

RAMOS, Elbo Lacerda. **A reforma como paradigma:** um estudo de caso na Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.

RIO VERDE. **Guia Histórico/Cultural de Rio Verde.** Agosto/1997. Secretaria Municipal de Cultura de Rio Verde, Rio Verde, GO, 1997.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Maria Aparecida Alves. **Gênese do grupo escolar César Bastos no cenário educacional de Rio Verde/GO (1947-1961).** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. **Propostas, conteúdos e metodologias do ensino agrotécnico:** Que Interesses Articulam e Reforçam? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro com Dissertações e Teses referentes à história de educação em Goiás

Nº	Título	Autor	Instituição	Ano de defesa
Dissertações				
01	Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80.	José Maria Bauduínio	Universidade Federal de Goiás	1992
02	O sentido Histórico da criação da Faculdade de Educação da UFG.	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	Universidade Federal de Goiás	1997
03	O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50.	Luciene Lima de Assis Pires	Universidade Federal de Goiás	1997
04	A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis.	Sandra Elaine Aires de Abreu	Universidade Federal de Goiás.	1997
05	Democratização da Educação: uma leitura da CBES 1980/1991.	Ana Maria Gonçalves	Universidade Federal de Goiás.	1998
06	Criação e Estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)	João Oliveira Souza	Universidade Federal de Goiás	1999
07	O professor em Goiás: sociedade e estado no processo de constituição da profissão docente, na rede pública de ensino fundamental e médio do Estado.	Revalino Antônio de Freitas.	Universidade Federal de Goiás.	2000
08	Universidade Federal de Goiás: modernização da estrutura e da organização do trabalho acadêmico – 1984/1997.	Zilda de Araújo Rodrigues	Universidade Federal de Goiás	2000
09	A História Formação Docente: a singularidade da Escola Normal em Rio Verde/GO (1933-1974)	Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça	Universidade Federal de Uberlândia.	2000
10	A Semiformação do Ensino Agrícola na escola Agrotécnica Federal de Rio Verde - GO	Kênia Bueno de Castro Ferreira	Universidade Federal de Goiás	2002
11	Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás (1898-1960)	Mirian Fábia Alves	Universidade Federal de Goiás	2000
12	A Pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro: a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra.	Divina Maria Carlos	Universidade Federal de Goiás	2000
13	A disciplina da História da Educação em cursos de Pedagogia.	Marilda Piccolo	Universidade Federal de Goiás	2002
14	Os Cursos de Matemática da Universidade católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: história e memória.	Dagmar Junqueira G. Silva	Pontífica Universidade Católica de Goiás	2003
15	A reconstrução histórica da Fundação de Ensino superior de	Deniza Geny silva Machado Martins	Universidade Federal de Goiás	2004

	Rio Verde (FESURV): 1968-2004			
16	Modernização e expansão do ensino em Porangatu na década de 1950.	Edna Lemes Martins Pereira	Pontífica Universidade Católica de Goiás	2004
17	Memória e reforma do ensino de História na Rede Municipal de Goiânia (1906-1937)	Warlúcia Pereira Guimarães	Pontífica Universidade de Goiás	2004
18	Mudança na Formação do Técnico Agrícola do CEFET de Urutáí-GO – o proposto e o realizado	Enio Rodrigues Machado	Universidade Católica de Goiás	2005
19	A expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia: um estudo comparativo.	Danúzia Arantes F.	Universidade federal de Goiás	2005
20	O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930-1964)	Fátima Inácio Pacheco	Universidade Estadual de Campinas	2005
21	Os cursos de história da Universidade Católica de Goiás: um olhar histórico.	Simone Aparecida Borges	Universidade Federal de Goiás.	2006
22	A UEG no olho do furacão: O processo de criação, estruturação da UEG.	Cristiano Lucas Ferreira	Universidade Federal de Goiás	2006
23	A reestruturação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 à 2004.	Joel Ribeiro Zarantim	Universidade Federal de Goiás.	2006
24	Lycey de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas (1906-1937)	Fernanda Barros	Universidade Federal de Uberlândia	2006
25	Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)	Fernanda Franco Rocha	Universidade pontifícia de Goiás	2007
26	Mulheres Docentes: saberes e fazeres na cidade garimpeira, Cristalândia – TO (1980-2007)	Jairo Barbosa Moreira	Universidade Federal de Goiás	2008
27	Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: memória, história e leitura.	Leonardo Montes Lopes	Universidade Federal de Goiás	2008
28	O mestre-escola como preceptor particular da cultura letrada em Itaberaí-GO nas primeiras décadas do século XX.	Iricelma Borges de Carvalho	Pontífica Universidade de Goiás	2008
29	O Silêncio no Magistério: professores na instrução pública em Goyaz, Séc. XIX.	Maria das Graças Prudente	Pontífica Universidade de Goiás	2009
30	Gênese e desenvolvimento do Grupo Escolar César Bastos no cenário educacional de Rio Verde/GO (1947-1961)	Silva, Maria Aparecida Alves	Universidade Federal de Uberlândia	2013
31	A Escola Agrícola de Urutáí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola.	Sílvia Aparecida Caixeta Issa	Universidade Federal de Goiás-Câmpus Catalão	2014
32	Educação católica e presença	Kênia Guimarães	Universidade	2014

	Dominicana em Goiás (GO): A cultura escolar no Colégio Sant'Anna (1940-1960)	Furquim Camargo	Estadual de Mato Grosso do Sul	
Teses				
Nº	Título	Autor	Instituição	Ano de defesa
01	Educação Secundária Feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'anna – 1915/1937)	Ana Maria Gonçalves	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2004
02	Goyaz século XIX: as matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino.	Vanda Domingos Vieira	Uni. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2004
03	A instrução primária na Província de Goiás no século XIX	Sandra Elaine Aires de Abreu	Pontifícia Uni. de São Paulo	2006
04	Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República	Miriam Fábia Alves	Universidade Federal de Minas Gerais	2007
05	A atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão do estado (1960 a 2009)	Gil César Costa de Paulo	Universidade Federal de Goiás	2009
06	Goiânia, no “coração do Brasil” (1937-1945): a cidade e a escola re-inventando a nação	Rubia-Mar Nunes Pinto	Universidade Federal Fluminense	2009
07	No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudoeste goiano (1947-1963)	Aparecida Maria Almeida Barros	Universidade Federal de São Carlos	2010
08	Educação no Tocantins: ginásio Estadual de Porto Nacional.	Benvinda Barros Dourado	Universidade Federal de Goiás	2010
09	Extensão: uma política de interiorização da Universidade Federal de Goiás (1972-1994)	Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça	Universidade Federal de Goiás	2010
10	Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)	Thiago Fernando Sant'Anna e Silva	Universidade de Brasília	2010
11	Formação e profissionalização do docente primário em Goiás: a realização do projeto MEC/UNICEF/UNESCO (1961-1980)	Fátima Inácio Pacheco	Universidade Estadual de Campinas	2011
12	Lugar de escola e “lugar de fronteira”: a instrução primária em boa vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896)	Regina Padovani Célia	Universidade Federal de Goiás	2011

Fonte: VALDEZ ; BARRA (2012, p. 131-135)⁵³

⁵³ Quadro complementado pela autora.

ANEXO 2 – Relatórios sobre os Ginásios Agrícolas de Goiás – 1967

323/67

Diretor do Ginásio Agrícola de Rio Verde
Diretor do Ensino Agrícola
remete relatório

Incluso vos remeto um RELATÓRIO sobre os Ginásios A
Agrícolas de Goiás, esperando que V. Sa. possa dar uma solução aos
graves problemas que os mesmos enfrentam.

Atenciosas saudações.

Júlio Brandão de Albuquerque
Diretor

RELATÓRIO

Sr. Diretor

O ginásio Agrícola de Urutai, criado por Decreto de 1954, originou-se da extinta FAZENDA DE URUTAI, na época em que o titular da Diretoria era inspetor Chefe da inspetoria Regional do Fomento da Produção Animal do Ministério da Agricultura em Goiás.

Recebem o ginásio Agrícola de Urutai um escoar de imóveis velhos e sem conservação e um corpo de servidores estabilizado e viciado.

De adaptações vive até hoje o ginásio de Urutai. Estabulade bovinos e equinos serviam até 1966 de alojamento de alunos, iniciadas próprias baixas de animais, sem o menor princípio de higiene e conforto.

Só em 1966, na atual administração foi transferida a padilha que distava apenas 20 metros dos estabulados (dormitórios dos alunos).

Em 1965 na administração do meu antecessor, 2/3 do prédio meçou a fender-se, obrigando o então Diretor a retirar os alunos e alastrá-los no prédio destinado ao Almoxarifado, por ele construído, permanecendo na parte não demolida 60 alunos. As fotografias de mrs. (acompanharam a via) mostram o Estado em que foi encontrado o referido imóvel, já em fase de construção.

Iniciamos e terminamos em 1966 um pavilhão para 3 salas de aulas e iniciamos a construção de um dormitório para 200 alunos com 20 apartamento, que deu a escassez de verbas no corrente exercício financeiro não pôde ser determinado, permitindo no entanto que em Julho do corrente ano alojassemos os alunos internos em número de 180.

O ponto negligido deste ginásio é o que deve ser dos mais importantes: O CORPO DOCENTE.

Sempre se ressentiu desde o seu inicio de carência de professores qualificados. Em 1967 agravou-se a situação com remoção de Promotor público Dr. Onor Evangelista da Rocha, o não licenciado por falta de condições os professores Cléo Rodrigues Torres e Rosa Santana e por último o abandonado professor Antônio Marun Jorge de inglês e matemática, que licenciava em agosto 16 aulas, em setembro 12 aulas e em outubro apenas 2.

O Técnico Agrícola Ulisses Teles Kimerer que vinha licenciando Agricultura, Zootecnia e Indústria rural, nos nos abandonou por ter integrado no corpo da ACAR-GOIAS. Assim nos últimos dias do corrente ano letivo o ginásio Agrícola de Urutai, se acha sem professores em 7 matérias, sendo 3 de cultura técnica e 4 de cultura geral.

O recrutamento de professores de vizinha cidade de Ipameri (35Kms) é inexequível. O meu antecessor tentou tal medida, nos destruiu por falta de condição financeira, o que se agravou no corrente ano. Um professor para vir de Ipameri lecionar 2 ou 3 aulas, dependia pelo menos 5 horas daí as condições da estrada que separa esta daquela cidade. O veículo para trânsito e levar o professor era forçado a viajar 35 x 4 140Kms.

(CONTINUAÇÃO DA 18)

Iniciadas as atividades deste ginásio em 1955 veio a fechar em 1960 transformando-se num centro tratorista, só em 1969 reabriu suas aulas formando em 1966 a sua primeira turma de mestres agrícolas.

Sinceramente este ginásio não vem ministrado com eficiência desejada o curso profissional agrícola, nem fornece cultura acadêmica nem técnica, por falta de corpo docente de cultura geral ou técnico profissional.

Não deverei ser este o único caso dentro da rede de colégios e ginásios dessa Diretoria, nos quer ressalvar perante V. Se. a minha responsabilidade.

Estatística comparativa dos três últimos anos nos dá os números abaixo de alunos candidatos ao Ginásio Agrícola de Urutai.

1964.....	36 candidatos.
1965.....	26 "
1966	101 "
1967.....	168 "

No Ginásio Agrícola de Rio Verde, cujas circulares de comunicação da abertura de inscrição é exame da II. série foram expedidas 15 dias antes da realização dos exames, nos ginásios completamente desconhecido, alcançou o metro de 177 candidatos, conforme mapa anexo, isto no primeiro ano de funcionamento, enquanto o ginásio Agrícola de Urutai após 11 anos de fundado não conseguiu igualar o número de candidato de Rio Verde.

As terras do Ginásio Agrícola de Urutai não de derredo fraco, e de produção agrícola baixa, sendo, seu nome pastoril que de latrada.

Das 12 servidores do Q.P. e amparados pela lei 4.063/62 o quadro é o seguinte:

- 2 Dentista à disposição do S.P.P.A. em Goiânia.
- 1 Mestre Burel, esposo da dentista, em igualdade de condições.
- 1 Trabalhador bráspal, velho cansado quase sem nenhuma produção.
- 1 Mestre Burel ineficiente e faltoso, com pedido de 2 anos de licença para tentar de interesse particulares (segunda licença para o mesmo fim).
- 1 Escriturário sem habilitação para o cargo, pouco útil sendo ao serviço de escritório.
- 1 Tratorista, velho cansado e hipertensão crônica.

Somente pode contar esta Diretoria com 50% do seu efetivo corpo de servidores.

Temos ainda 5 trabalhadores das tabelas, seu círculo empregatício que realmente prestam serviço eficiente, talvez por não serem estabilizados !

A verba do serviços da 3^a diga de tabelas sómente abrem no 2^o semestre, motivo porque se soma com suas outras paralisações o dormitório de alunos.

Dante deste quadro que procurei resumir venho vos propor a transferência dos alunos deste Ginásio para o de Rio Verde, que possui resultados

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO) da 2ª

ssibilidade de atender com eficiência ensino Agrícola que pretendemos ministrar.

Zonas de recursos a serem atribuídas aos dois ginásios em Goiás, permitirão melhores condições de funcionalidade de um com capacidade para todos os alunos atualmente cursando os dois.

O aproveitamento de empregados com as mesmas funções nos dois ginásios, traz bastante economia para o Erário Públimo.

Como é de vosso conhecimento os dois Ginásios possuem apenas um Diretor que os Administram numa distância de 450 km. de estrada de macaíame, num desgaste físico impssível de perturbar em 1968, alem de flagrante inefciênciia com que os administra a 2 anos sem receber uma só diário, pois os ginásios e colégios dessa Diretoria não possuem verba de diárias.

Conforme relação de folhas e o número de alunos do município de Urutai era neste ginásio, em 1966 doi se formaram em mestria agrícola 2 foram reprovados e não continuaram seus estudos, 2 abandonaram os estudios.

Em 1967 somente 3 continuaram estudando, isto é, 1,6% do total de 180 matriculados,

Acrece que a cidade de Urutai existe um ginásio-formal Estadual, em cujo Estabelecimento poderão continuar seus estudos, caso não aceitam suas transferências para Rio Verde.

Os alunos de outro município e que constitui maioria absoluta poderão se locomover para Rio Verde, como se locomovem anualmente para Urutai.

Para agravar mais a situação do ginásio Agrícola de Urutai, basta dizer a V. Sa. que desde março do corrente ano que estamos sem luz elétrica em consequência de demanda judicial entre Empresa de luz elétrica de Urutai e Companhia de Elétricade de Goiás (celgo).

O Ginásio Agrícola de Urutai que foi desde 1922 até 1954 FAZENDA DE CRIAÇÃO, poderá continuar a se-lo como núcleo de abastecimento de gado de sôrte e cereais, embora este último sem grandes possibilidades, dada a constituição Geológica da região.

A extinta Fazenda de Criação de Urutai e o atual Ginásio Agrícola não receberam desde 1949, para não dizer desde seu n início em 1922 de cominidade, como também pouco ou nada deram a mesma.

Em contraste a Prefeitura de Rio Verde daí toda assistência que solicitamos incluindo a moral. Basta citar o seguinte:

Um cozinheiro pago pela prefeitura (salário mínimo).

Um telefone automático por ela instalado (NCR\$. 2.000,00).

Roupas de cama, talheres, lençóis etc.

80 carteiras escolares,

Concerto de um trator no valor de (NCR\$. 750,00).

5 quilos de carne verde diariamente.

Promessa feita aos alunos de um aparelho de televisão para os mesmos

O Ginásio Agrícola de Rio Verde foi criado as consequências da cessão que a então SFAV fez de

ANEXO 3 – Relatório sobre os Ginásios Agrícolas de Goiás - 1968

of. 287/68

18 de setembro de 1,968.

Diretor do Colégio Agrícola de Rio Verde - Estado de Goiás
 Exmº. Sr. Dr. Presidente da ~~Comissão~~^M de Educação e Cultura
 da Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso-
 Brasília - Distrito Federal.

Sr. Presidente:

Sabedor da denúncia levada a essa Douta Comissão sobre o fechamento, em janeiro do corrente ano, por ato do Presidente da República Lei nº 62.168 de 25 de janeiro de 1968, do Ginásio Agrícola de Urutai, torno a liberdade de esclarecer pontos que certamente por interesse prejudicado de terceiros, vêm sendo maliciosamente deturpados.

O ex-Ginásio Agrícola de Urutai, iniciou suas atividades em 1.955 como Escola de Iniciação Agrícola. Fechou em 1.960 e reabriu novamente em 1963, tendo naquele período funcionado, como é hoje se acha isto é, Centro de Formação de Mão de Obra Qualificada em Pecuária.

Em meu relatório enviado à Diretoria do Ensino Agrícola pelo ofício 303 de 5 de novembro de 1,967, dizia eu as páginas 1: OCORPO DOCENTE.

Sempre ressentiu desde o seu início da carência de professores qualificados. Em 1967 agravou-se a situação com remoção do Promotor Público Dr. Oner Evangelista da Rocha, o não licenciamento por falta de condições das professoras Cléa Rodrigues Torres e Rosa Santana da Silva e por último o abandono por parte do professor - Antonio Marun Jorge, de inglês e matemática, que lecionou em agosto 46 aulas, em setembro 12 e em outubro apenas 2.

O Técnico Agrícola Ulisses Teles Zimerer que vinha lecionando Agricultura Zootécnica e Indústria Rural, nos abandonou por ter ingressado o corpo da ACAR-GO. Assim nos últimos dias do corrente ano letivo o Ginásio Agrícola de Urutai, se acha sem professores em 7 matérias, sendo 3 de cultura técnica e 4 de cultura geral.

O recrutamento de professores da vizinha cidade de Ipameri (35 kms.), é inexcusável. O meu antecessor tentou tal medida, niss pela falta de condição financeira, o que agravou no corrente ano. Um professor para vir de Ipameri lecionar 2 ou 3 aulas, dispenderia de 5 horas, dada as condições da estrada que separa esta daquela cidade. O veículo para trazer e levar um professor era forçado a viajar $35 \times 4 = 140$ kms.

Iniciadas as atividades deste Ginásio em 1.955 veio ele fechar em 1.960, transformando-se num Centro de Tratoristas. Só em 1.963, reabriu suas aulas, formando em 1.966 a sua primeira Turma de mestres agrícolas.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO DO OFÍCIO N° 287/68. 0

Sincerosmente este Ginásio não vem sendo ministrado com a eficiência desejada o curso préfisional agrícola, nem fornece cultura acadêmica nem técnica por falta de corpo docente de cultura geral ou técnica-profissional.

Não deverá ser este o único caso dentro da rede de Colégio e Ginásios dessa Diretoria, mas quero ressaltar perante V. Exa. a minha responsabilidade.

O Juiz de Direito local Dr. Cézar Ferreira lecionou com mestre a cadeira de Português, em 1.966 não tendo pedido lecionar por não ter feito o curso de DADES conforme compromisso assumido perante a inspetoria do MEC. em 1.966, quando lhe foi dada licença provisória

Segue anexo uma relação de alunos matriculados em 1.967 no ex-ginásio Agrícola de Uurtaí, por onde V. Exa. verificará que de 167 alunos matriculados apenas 4 não do município de Urutai, ou seja, 2/3% apenas.

Com êsses dado verifica-se, é claro, que o Ginásio Agrícola de Urutai pouco ou nada servia aquela comuna e sim atendia alunos de outro município goiano e mineiro.

A quase totalidade de alunos ali matriculados em 1.967 está frequentando este Colégio, que tem superioridade comprovada de mestres, instalações, ambient social da cidade de Rio Verde, e influência geo-econômica do sudoeste goiano, de significação técnica-geológica, para formação de nosso futuro técnicos agrícolas.

Na certa enviada em 14 de junho do corrente ano do Senador Pericules Pedro ao ministro Tarsio Dutra, dizia o seguinte:

"O Ginásio Agrícola de Urutai, subordinado à esse ministério acha-se na eminência (o grifo é seu, pois naquela data já estava fechado) de encerrar suas atividades, prejudicando, aulas digo, assim, a centena de estudantes" (o grifo é novamente meu) que terão seus estudos interrompidos.

Veja V. Exa. o quanto se enganou maldosamente o Senador fazendo-o confiante em seus informantes ea escrever inverdades, deturpações para satisfazer interesses prejudicados.

V. Exa. sabe melhor, que eu, que é melhor ter poucos Ginásios, bem equipados e com professores qualificados do que muitos nas condições dos 2 que existiam em 1.967 em Urutai.

Encobrirão a verdade, não posso afrontar a V. Exa. que no Ginásio Normal Estadual de Urutai a maioria dos professores nem curso ginasial ...

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO DO OFÍCIO N° 287/68)

possuam, o mínimo que poderia exigir para Professor desta natureza

Poucos se aventurem ao curso de DADES, conscientes de seu despreparo e certos de uma repreação, lá não compareceram.

O Ginásio Agrícola de Urutai (curso de grau médio profissional) jamais contou com um professor sequer de cultura técnica descontinua, digo, a não ser esporadica, descontinua e ineficiência aulas dadas por técnico da ACAR=GO. Sem nenhum compromisso formal de assiduidade as aulas.

Em 1.966/1.967 (2 período letivos) apenas contamos com o técnico Agrícola Ulisses Teles Zimerer, por um período ~~de~~ meses

Sr. Presidente, podem ou interesses políticos regionais cometerem o crime de reabrir aquele Educandário, mas o farão ser a minha participação e com o meu protesto de educado responsável pelo futuro de sentenças de jovens protesto esse que levo a V. Excia.

Esta oportunidade, apresento-vosas minhas.

Cordiais saudações

Júlio Brandão de Albuquerque
Diretor do Colégio Agrícola de
Rio Verde - Goiás

ANEXO 4 – Conteúdos ministrados nas disciplinas de cultura técnica dos cursos.

Disciplina	Conteúdos
Programa Agrícola Orientado	I - Limpeza, manutenção e embelezamentos dos setores; sistematização das áreas de cultivos anuais, eliminação de pedras, tocos, roçadas, calagem, melhoria de estradas; formação de palhada e produção de forragem junto as áreas de cultivos; utilização de máquinas e ferramentas nos setores; preservação dos restos de culturas sobre o solo após as colheitas; rotação de culturas; manutenção e estruturação e conservação de solo; acompanhamento prático das culturas anuais e perenes; orientação de estágios e parcerias com empresas nas áreas de cultivos anuais e perenes, servindo estas como laboratório prático de aprendizado e produção, bem como demonstração de tecnologias e ou insumos agrícolas para os cultivos anuais e perenes importantes para a região; planejamento de atividades em jardinagem; preparar canteiros experimentais e em áreas anuais e permanentes paisagismo e flores, adubar canteiros com matérias orgânicos animal e vegetal e químico; manejo de gramados; reformas e manutenções dos aramados e cercas; limpeza dos comedouros e bebedouros; plantio de pastagens; preparo de máquinas para o trabalho na lavoura; regulagem dos implementos agrícolas; cuidado com os combustíveis; observação diária das regras de segurança; manutenção e conservação de tratores e implementos.
Vocacional Agrícola - 1 ^a e 2 ^a Série Ginásial	Não consta o Plano de Curso.
Agricultura - 3 ^a série Ginásial	I – Solo: definição e conceito; formação; perfil; classificação; principais características: composição; cor do solo; textura; estrutura; porosidade; permeabilidade; reação do solo; fertilidade; profundidade efetiva; declividade. II – Erosão: definição e conceito; agentes da erosão; fases e tipos de erosão; fatores que afetam e efeitos da erosão. III – Ordem de insetos de interesse agropecuário: Blatariae (baratas); Mallophaga (piolhos); Anoplura (piolhos); Thysanoptera (trips); Hemiptera (cigarras, pulgões, cochonilhas, etc.); Lepidoptera (borboletas e mariposas); Diptera (moscas e mosquitos); Suctoria (pulgas, bicho-saporco); Coleoptera (besouros, vaquinhas, etc.). IV – Práticas conservacionistas: edáficas (seleção de glebas; controle de fogo; rotação de cultura; adubações; correção da acidez) e mecânicas (plantio em nível; terraceamento; cordões em contorno; patamares; canais escoadoures; banquetas individuais; sulcos em contorno; valeteamento em pastagem; sub-solagem; controle de vaçorocas). V- Prática vegetativa: cultura em faixas; consorciação de culturas; capinas alternadas; adubação verde; cobertura morta ou “mulching”; outras práticas vegetativas
Agricultura - 4 ^a série Ginásial	I – A matéria orgânica dos solos: fontes; produtos simples que contém matéria orgânica e carbono – ciclo do carbono; quantidade de matéria orgânica e nitrogênio nos solos. II – Suprimento e disponibilidade de fósforo e de potássio: importância, influência e falta de fósforo e potássio. III – Utilização racional das terras de cultura: levantamento conservacionista; classificação; planejamento do uso da terra. IV – Conservação da fertilidade do solo: Adubação verde; calagem dos solos; rotação de cultura; fertilizantes e matéria orgânica. V – Os organismos do solo: macro-organismo do solo; micro-organismos do solo; minhoca.

Zootecnia – 3 ^a e 4 ^a Série Ginasial	Não consta o Plano de Curso.
Mecânica Agrícola– 3 ^a Série Ginasial	Não consta o Plano de Curso.
Indústrias Rurais - 4 ^a Série Ginasial	Não consta o Plano de Curso.
Indústria e Consumo de Produtos Agro-pecuários - 4 ^a Série Ginasial	Não consta o Plano de Curso.
Agricultura - 1º Ano Colegial	<p>I - Agricultura: introdução e conceito: Edafologia (definição; agricultura geral); conceito de solo Agrícola e solo Geológico; formação.</p> <p>II – Fertilidade: elementos da fertilidade e fertilização do solo; fatores conservacionistas.</p> <p>II – Fatores da fertilidade do solo: fatores primordiais da fertilidade: ar; água; elementos químicos.</p> <p>III – fatores básicos da fertilidade: fragmentos minerais: pedra, areia e argila; matéria orgânica: restos orgânicos, húmus e micro-organismos; fatores circunstanciais da fertilidade: porosidade; capacidade sortiva; capacidade de troca e acidez.</p> <p>IV – Fatores da fertilização do solo: culturais; estruturais: aradura, calagem, drenagem e adubação orgânica; nutricionantes: irrigação e adubação inorgânica.</p> <p>V – Fatores conservacionistas da fertilidade do solo: Procedimentos antiesgotantes (rotação de cultura, consorciação, restolhamento, capinação, escarificação, forramento; procedimentos antierosão (cobertura viva, enfaixamento cultural e terraceamento).</p> <p>VI – Instruções de coleta de amostra de terra para análise: finalidade; objetivos; separação das áreas uniformes; coleta das amostras; material para coleta; anotações e questionário.</p> <p>VII – Experimentação de adubação: Recomendações; instruções; práticas em solo.</p>
Agricultura – 2º Ano Colegial	<p>Introdução: reprodução assexuada e sexuada; modalidades da reprodução sexuada; seleção.</p> <p>I – Cultura (arroz, algodão, feijão, milho, amendoim, mandioca e café): classificação; descrição; variedades; clima e solo; preparo do solo, semeadura e cultivo; colheita; armazenamento; beneficiamento; rotação; adubação; pragas e moléstias; variedade e valor econômico; genética e melhoramento.</p> <p>II – Estudo de insetos de interesse agropecuário.</p>
Agricultura – 3º Ano Colegial	<p>I-Cultura da Soja; do milho; do amendoim; do abacaxi: botânica da planta; aspectos econômicos; cultura; condição da cultura.</p> <p>II-Principais pragas e doenças da região.</p> <p>III-Inseticidas e combate.</p>
Zootecnia – 1º Ano Colegial	<p>I – Domesticação das espécies: animal doméstico: importância, atributos e efeitos da domesticação.</p> <p>II – Melhoramento genético dos animais domésticos: reprodução; seleção; registro genealógico; cruzamento; mestiçagem; consanguinidade; hibridação e inseminação artificial.</p> <p>III – Exterior dos animais domésticos: introdução; ezoognosia; condições gerais do animal; beleza e defeito.</p>
Zootecnia - 2º Ano Colegial	<p>I – Avicultura: Indústria Avícola Brasileira; importância econômica; consumo; valor alimentício.</p> <p>II – Alimentação: noções de nutrição; ingredientes e matéria-prima; formulação de rações; conversão alimentar.</p>

	<p>III – Instalações (corte): capital disponível; mercado; estradas e vias de acesso; energia; água; condições climáticas e topográficas; equipamento; depósito para ração.</p> <p>IV – Instalações (granja): construção para produção de ovos.</p> <p>V – Medidas sanitárias: prevenção e tratamento de doenças; desinfetantes; vacinas e programas de vacinas; antibióticos.</p> <p>VI – Suínos: características; origem; criação a campo; fatores necessários.</p> <p>VII – Raças: práticas de criação; vacinação, marcação.</p> <p>VIII - Escrituração: registros, livros e fichas.</p> <p>IX – Profilaxia das doenças: higiene dos parques, piquetes, pocilgas e abrigos; doenças principais.</p>
Zootecnia - 3º Ano Colegial	<p>I - Alimentos e Alimentação: pastagens para os bovinos; construção de silo e feno; cálculos de ração e alimentação do gado na seca.</p> <p>II - Reprodução dos Bovinos: conceito e definições; aparelho reprodutor masculino e feminino; ciclo sexual; métodos de reprodução e noções sobre inseminação artificial.</p> <p>III - Gado de Leite: conceitos; vantagens econômicas; limitações para exploração; formação de rebanho; sistema de criação; cuidados antes e pós-parto; fatores que influenciam na secreção láctea e ordenha; produção de leite higiênica.</p> <p>IV - Gado de Corte: introdução; sistema de criação; instalações; cria, recria e engorda e classificação de animais.</p> <p>V - Noções de medicina veterinária aplicada aos bovinos: causas determinantes das doenças; profilaxia e tratamento de doenças; colheita (ou seria coleta?) de material para exame; enfermidades transmissíveis ao homem; aplicação de injeções e medicamentos; e pequenas cirurgias.</p> <p>VI - Principais doenças dos bovinos: noções das doenças causadas por vírus, bactérias, protozoários, fungos e por distúrbios alimentares; intoxicações mais comuns; como combater os endo e ecto parasitas.</p>
Indústrias Rurais – 1º Ano Colegial	<p>I - Indústrias e suas finalidades: definição; características; finalidades; importância; divisão; material necessário; matéria-prima.</p> <p>II – Conservação de frutas e tomates: banho-maria; equipamentos necessários; preparação; conserva e armazenamento.</p> <p>III – Tomates em conserva: equipamento e processo.</p> <p>IV – Suco de tomate: processo de fabricação.</p> <p>V – Frutas em conserva: processos de preparação (abacaxi, mangas, goiaba).</p>
Indústrias Rurais - 2º Ano Colegial	<p>I – Histórico.</p> <p>II – Vantagens e desvantagens.</p> <p>III – Tipos de indústria.</p> <p>IV – Consideração geral da indústria rural e caseira; definição de indústria rural, caseira e fepulária ou comercial.</p> <p>V – Importância da indústria; finalidade.</p> <p>VI – Tipos de indústria e sua origem</p>
Indústrias Rurais - 3º Ano Colegial	<p>I – Tecnologia agrícola: definição e representação.</p> <p>II – Conservação e industrialização dos produtos agrícolas: vinho, vinagre, sucos, geleias, balas, doces e sorvetes.</p> <p>III – Indústria do açúcar, rapadura e melado.</p>
Mecânica Agrícola – 1º Ano Colegial	<p>I - Oficina mecânica: setores de oficinas; máquinas e equipamentos; ferramentas; uso e manutenção das ferramentas; uso de aparelhos medidores; materiais de construção.</p> <p>II – Oficina de carpintaria: setores de oficinas; máquinas e equipamentos; ferramentas; uso e manutenção das ferramentas; uso de aparelhos medidores; materiais de construção.</p>

	<p>III – Força de tração animal: características e potência dos animais de tiro; gastos com animais de trabalho; comparação dos animais com motores.</p> <p>IV – Máquinas e implementos de tração animal: arado; grades; semeadores e adubadoras; cultivadores; pulverizadores; outros.</p> <p>V – Máquinas térmicas (motores de combustão interna): ciclo de motores; estudo dos órgãos fundamentais; estudo dos sistemas dos motores; combustível e lubrificantes; potência de motores.</p> <p>VI – Máquinas elétricas: uso da eletricidade na agricultura; noções fundamentais da eletricidade; motores elétricos; projetos de instalações elétricas na fazenda; seleção e cuidados com os motores elétricos.</p> <p>VII – Máquinas hidráulicas: carneiro hidráulico.</p> <p>VIII – Evolução da mecanização agrícola no Brasil.</p> <p>IX – Tratores agrícolas: classificação; escolha; manutenção e cuidados; cálculo da força do trator.</p>
Mecânica Agrícola – 2º Ano Colegial	<p>I - Máquinas e implementos agrícolas: conceito; classificação; máquinas e preparo inicial.</p> <p>II - Máquinas de preparo periódico do solo: arado; grades; rolos pulverizadores; pranchão nivelador; sulcador.</p> <p>III – Máquinas para adubação e plantio: adubadoras; distribuidor de calcário; distribuidor de adubos orgânicos; semeadeiras; adubadoras; plantadoras.</p> <p>IV – Máquinas para cultivo; combate às ervas daninhas, pragas e moléstias; cultivadores; pulverizadores; povilhadeiras; atomozadores.</p> <p>V – Máquinas para colheita e beneficiamento: colhedeiras de cereais de forragens, de cana-de-açúcar; moinhos e picadores de forragens.</p> <p>VI – Máquinas e implementos para uso diversos: subsolador; perfurador; ancinho rotativo; carreta; pá carregadeira; plataforma transportadora; trens de transporte.</p> <p>VII – Máquinas de tração animal: cálculo de preço de hora de trabalho do animal e das máquinas e implementos de tração animal; custo de um hectare trabalhado com tração animal.</p> <p>VIII – Máquinas de tração mecânica: cálculo de preço da hora de trabalho do trator e das máquinas e implementos de tração e acionamento mecânico; custo de um hectare trabalhado com tração mecânica; confronto entre tração animal e tração mecânica.</p>
Economia Rural	<p>I – Noções do sistema econômico: sistema econômico simplificado; oferta e demanda; ponto de equilíbrio de mercado; tipos de competição.</p> <p>II – Noções de estatística: medidas de tendência central; medidas de dispersão; testes.</p> <p>III – Caracterização do setor primário: setores básicos da economia; atividades principais; setor primário brasileiro: população; estrutura fundiária; posse e uso da terra.</p> <p>IV – Contabilidade agrícola: uso de cadernos de contabilidade; análise dos cadernos.</p> <p>V – Custo de produção: a função de produção; derivação de função de custo; custos fixos, variáveis e totais; cálculo de custos; custo de oportunidade; análise de custo.</p> <p>VI – Administração da empresa: fatores que afetam a renda do estabelecimento; tipos de decisão; setor agrícola; setor pecuário.</p> <p>VII – Mercados: estrutura, conduta e performance do mercado; tipos de mercado de produtos agrícolas; formação dos preços na agricultura.</p> <p>VIII – Comercialização: conceituação e funções da comercialização; instituição de comercialização; margens e custos da comercialização.</p> <p>IX – Crédito e financiamento: modalidades e instituições de créditos;</p>

	<p>títulos de créditos; Funagri.</p> <p>X – Cooperativismo: conceituação e formação de cooperativista; tipos de cooperativas.</p> <p>XI – Extensão rural: funções do serviço de Extensão; técnicas de Extensão.</p> <p>XII – Legislação: sindicalismo rural; previdência social rural.</p> <p>XIII – Escola Fazenda: disponibilidade da mão de obra; plano final do setor; capital inicial e parcial; plano de criação de culturas; análise à empresa; calendário anual.</p>
Culturas Regionais – 1º Ano	<p>I – Leguminosas forrageiras (alface; lab-lab; guandu; kudzu tropical; soja perene; mucuna preta; jetirana ou centrosema): características diferenciais entre gramíneas e leguminosas; origem e importância econômica; indicação; utilização; formação e tratos culturais; vantagens e desvantagens; produtividade e época de corte.</p> <p>II – Arroz de sequeiro: origem e importância econômica; preparo do solo; variedade e exigências climáticas; adubação e plantio; tratos culturais; colheita, armazenamento e comercialização.</p>
Culturas – 2º ano	<p>I – Gramíneas: características agronômicas; técnicas de cultivo; potencialidades e perspectivas das culturas.</p> <p>II – Oleaginosa: características agronômicas; técnicas de cultivo; potencialidades e perspectivas das culturas.</p> <p>III - Cana-de-açúcar: características agronômicas; técnicas de cultivo; potencialidades e perspectivas das culturas.</p> <p>IV - Forrageiras: produção animal baseada em pastagens; instalação, utilização e manejo de pastagens; forrageiras cultivadas; conservação de forragens.</p>
Culturas – 3º ano	<p>I - Leguminosa: soja e feijão: características agronômicas; técnicas de cultivo; potencialidades e perspectivas das culturas.</p> <p>II - Tubérculos: mandioca; características agronômicas; técnicas de cultivo; potencialidades e perspectivas das culturas.</p> <p>III - Gramíneas: arroz e milho: Características agronômicas; técnicas de cultivo; potencialidades e perspectivas das culturas.</p>
Desenho e Topografia – 1º Ano	<p>I – Desenho geométrico.</p> <p>II – Croquis.</p> <p>III – Escala.</p> <p>IV – Noções de topografia.</p>
Desenho e Topografia – 2º Ano	<p>I - Introdução ao desenho técnico: instrumentos e manejo; escalas e cotas; uso do escalímetro; desenho geométrico; perspectivas.</p> <p>II - Conceitos fundamentais: objetivos e importância da topografia; influência da forma e dimensões da terra nos levantamentos topográficos.</p>
Desenho e Topografia – 3º Ano	<p>III - Planimetria: introdução; rumo, azimute e ângulo interno/conversões; medidas de distâncias: métodos e instrumentos; medidas de ângulos: métodos e instrumentos.</p> <p>IV - Altimetria: introdução; nivelamento geométrico: simples e composto; cálculos do nivelamento geométrico; normas para o desenho de perfis longitudinais; nivelamento trigonométrico; cálculos do nivelamento trigonométrico; normas para o desenho.</p>
Agricultura Mecanizada - 3º Ano	Não consta o Plano de Curso.
Criações - 1º Ano	<p>I - Unidade: produção de ovos e pintos: técnicas econômicas de produção de ovos; seleção de ovos para o consumo e para a reprodução.</p> <p>II- Unidade: alimentos e alimentação: exigências nutricionais das aves; tipos de ração para aves.</p>

	<p>III - Unidade: cuidados sanitários: profilaxia; limpeza e desinfectação das instalações e equipamentos.</p> <p>IV - Unidade: principais doenças das aves: doenças mais comuns; doenças por carência alimentar; combate ao endo e ecto parasitas.</p>
Criações - 2º Ano	<p>I – Origem e história da suinocultura.</p> <p>II – O suíno no Brasil: quantitativo e qualitativo; composição do rebanho; situação racial; perspectivas.</p> <p>III – Funções econômicas: produção; retorno de capital; utilização na indústria animal.</p> <p>IV – Condições essenciais à suinocultura: mercado; disponibilidade financeira; pessoal; transporte; instalações; clima; solo; vegetação; alimentação.</p> <p>V – Estudos no exterior: determinação da idade.</p> <p>VI – Raças: principais raças nacionais e estrangeiras; escolha da raça.</p> <p>VII – Reprodução: importância; aparelho reprodutor; ação hormonal; puberdade; cio, sintomas; monta; fecundação; inseminação artificial; gestação e parição; fertilidade; manejo da reprodução; escolha de reprodutores.</p> <p>VIII- Manejo: cuidados com recém-nascidos; aleitamento; desmama; castração e destampe; recria; germinação; manejo sanitário; manejo dos reprodutores; agalaxia; canibalismo.</p> <p>IX – Instalação e equipamentos: orientação; escolha do local e divisão das pociilgas; maternidade, recria e terminação; instalações no período de gestação; pociila colonial; piquetes; cercas e sombras; comedouros e bebedouros; tronco de monta; equipamentos para manejo; instalações fixas.</p> <p>X – Melhoramento dos suínos: cruzamentos.</p> <p>XI – Alimentação: resenha digestiva; água; proteínas; nídrato de carbono; gordura; minerais; suplemento mineral; vitaminas; aditivos; cálcio da ração; preparo dos alimentos; manejo da alimentação.</p> <p>XII – Sanidade: principais doenças e combate às mesmas; profilaxia.</p>
Criações - 3º Ano	<p>I - Histórico das Raças Leiteiras: raças leiteiras; melhoramento da raça.</p> <p>II - Análise técnica e econômica da atividade leiteira.</p> <p>III - Desempenho ideal da vaca leiteira: o cio da vaca; sintomas; identificação do cio; momento para cobrir ou inseminação artificial.</p> <p>IV - Criação da novilha: cuidados com a vaca, antes do parto, durante o parto e pós-parto.</p> <p>V - Instalações para o gado leiteiro; curva de lactação; o cio da lactação; controle leiteiro; intervalo ante partos; escolha de terneiros e novilhas.</p> <p>VI - Nutrição: sistema digestivo dos ruminantes; valor nutritivo dos alimentos; alimentos concentrados e volumosos; fórmulas de rações caseiras, suplementação mineral.</p> <p>V - Alimentação da vaca leiteira: feno e silagem.</p> <p>VI –Desmame.</p>
Irrigação e Drenagem – 3º Ano	<p>I - Conceitos, importância e histórico.</p> <p>II - Relação água-solo-planta.</p> <p>III - Fontes de suprimento de água.</p> <p>IV - Captação e aproveitamento da água.</p> <p>V - Hidrometria.</p> <p>VI - Sistemas de irrigação: Dimensionamento dos sistemas; diferentes sistemas de irrigação.</p> <p>VII - Drenagem: conceito e importância; tipos de drenos; dimensionamento de drenos.</p>
Construção e Instalação – 3º Ano	I - Materiais de Construção: normas técnicas e definições; propriedades dos materiais de construção; pedras; madeiras.

	II - Projetos de Instalações Rurais: projeto de residência, estábulo, pocilga, silo, trincheira, apiário, defumador, aviário.
Adm. e Economia Rural – 3º Ano	<p>I - Introdução à Economia Rural: bens e serviços econômicos; problema econômico fundamental; sistema e atividade econômica; economia da produção; insumos de produção; funções e tecnologias de produção eficiência técnica; eficiência econômica.</p> <p>II - Mercado Agropecuário: função oferta; função demanda; estruturas de mercado; natureza do mercado agropecuário.</p> <p>III - Políticas Públicas para Agricultura: desenvolvimento agrícola, agrário e rural; políticas agrícolas; políticas agrárias; políticas de desenvolvimento rural; instrumentos de política pública.</p> <p>IV - Comercialização agropecuária: tipos de bens e serviços; tipos de mercado; canais de comercialização; pesquisa de mercado.</p> <p>V - Temas sobre desenvolvimento: evolução e diferenciação da agricultura; movimentos sociais no campo; agricultura sustentável; tecnologia e desenvolvimento da agricultura; desenvolvimento rural e agricultura familiar.</p>

ANEXO 5 – Reportagem sobre a ampliação de vagas do Colégio Agrícola de Rio Verde – GO

Escola de R. Verde amplia capacidade

O PÓBLICO - 16-12-71

A Escola Agrícola e Industrial de Rio Verde terá sua capacidade aumentada de 114 para 360 alunos no próximo ano letivo e, para os anos seguintes, ocorrerá uma ampliação que pode ultrapassar os índices de crescimento deste ano. A informação foi prestada pela diretoria do Programa do Ensino Médio Profissional e Superior de Curta Duração-Propem, que se avistou com o Secretário Josias Luiz Guimarães, da Agricultura.

Para a melhoria da Escola Agrícola e Industrial de Rio Verde, o Propem aplicará, nos próximos 3 a 4 anos, importância superior a cinco milhões de cruzeiros, em equipamentos, construções e treinamento do corpo docente e escolar de administração. Os professores serão treinados dentro da nova sistemática do Ministério da Educação e Cultura, para aquela área, oferecendo bolsa de especialização aos mestres interessados.

ENTUSIASMO

A comissão que esteve com o Secretário Josias Luiz Guimarães estava constituída do Diretor Edmar de Oliveira Gonçalves; Raul Ribeiro Guimarães, Secretário Executivo; arquiteto José de Barros Ramalho Ortigão Júnior; gerente de obra, Arlindo Clemente; gerente de operação administrativa, cel. Gastão Correia. Durante o encontro foram discutidos vários assuntos ligados ao ensino profissional agrícola e industrial.

A comissão está realizando visita a todas as unidades escolares de técnicas agrícola e industrial espalhadas por todo território nacional. Em Goiás existem diversas unidades com suas atividades paralisadas, como a Escola Agrotécnica de Urutai, da extinta Superintendência do Ensino Agrícola, do Ministério da